

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO-SENSU* EM
EDUCAÇÃO FÍSICA

O ENIGMA OLÍMPICO: O CONTROVERTIDO PERCURSO DA
AGENDA E POLÍTICAS ESPORTIVAS NO GOVERNO LULA

Wagner Barbosa Matias

BRASÍLIA
2013

O ENIGMA OLÍMPICO: O CONTROVERTIDO PERCURSO DA AGENDA E POLÍTICAS ESPORTIVAS NO GOVERNO LULA

Wagner Barbosa Matias

Dissertação apresentada à Faculdade de
Educação Física da Universidade de Brasília,
como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Mascarenhas

Matias, Wagner Barbosa.
M433e

O enigma olímpico: o controvérsico do percurso da agenda
e políticas esportivas no Governo Lula / Wagner Barbosa Matias. - -
2013.

xvii, 199 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,

Faculdade de Educação Física, Programa de Pós-Graduação
em Educação Física, 2013.

Inclui bibliografia.

Orientação: Fernando Mascarenhas Alves.

1. Esportes - Política e governo. 2. Esportes - Brasil
- Política e governo - 2003-2010. I. Mascarenhas,
Fernando. II. Título.

CDU 796(81)

O ENIGMA OLÍMPICO: O CONTROVERTIDO PERCURSO DA AGENDA E POLÍTICAS ESPORTIVAS NO GOVERNO LULA

Dissertação apresentada à Faculdade de
Educação Física da Universidade de Brasília,
como requisito parcial para obtenção do grau
de Mestre em Educação Física.

Aprovada em: ___/___/2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Mascarenhas Alves
Orientador
Faculdade de Educação Física – UnB

Prof. Dr. Edson Marcelo Húngaro
Membro Interno
Faculdade de Educação Física– UnB

Prof. Dr. Potyara Amazoneida Pereira Pereira
Membro Externo
Departamento de Serviço Social – UnB

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Maria José Prates Barbosa Matias, um ser humano admirável, que várias vezes deixou de realizar seus sonhos, para que seus filhos pudessem conquistar seus objetivos.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pela presença constante, apesar da distância geográfica, e, em especial, ao meu pai, exemplo de retidão;

Aos colegas de trabalho do Ministério do Esporte (ME) e do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 03 do Gama, que, por muitas vezes, com muita paciência, assumiram as minhas tarefas;

Aos amigos “Uesbianos”, especialmente ao mestre professor Manoel Gomes (pela sua coerência e compromisso social), e a cada um que, de algum modo, continua contribuindo com minha formação;

Aos colegas e ex-estudantes ligados ao Colégio Municipal Clóvis Adolpho Stoze, da cidade de Itapebi, Bahia, minha eterna gratidão pela troca de conhecimento e pela cumplicidade;

Aos colegas do AVANTE, pelos momentos de aprendizado.

Aos professores Marcelo Húngaro e Potyara Pereira, pelo compromisso com a formação dos sujeitos sociais e pelas críticas e sugestões durante o processo de elaboração do presente estudo.

Ao professor Fernando Mascarenhas, pela seriedade, pelo compromisso político-social, pela dedicação e preocupação com o andamento da pesquisa aqui apresentada.

A Wilka, pela companhia, por sua paciência e carinho.

SUMÁRIO

Lista de tabelas.....	X
Lista de gráficos.....	XII
Lista de quadros.....	XIII
Lista de figuras.....	XIV
Lista de Siglas e Abreviações.....	XV
Resumo.....	XVIII
Abstract.....	XIX
Introdução.....	20
Capítulo I- O Estado e as necessidades humanas e do capital.....	27
1.1. Estado e hegemonia de classe.....	27
1.2. O “pacto” capitalista e a ampliação das políticas sociais.....	33
1.3. O pós Welfare State e a submissão das necessidades humanas aos ditames do capital.....	39
1.4. O fundo público na mira do capital.....	48
1.5. A reconfiguração das políticas sociais.....	50
Capítulo II- Do esporte como anti-mercadoria ao esporte como valor.....	54
2.1. O esporte como não mercadoria.....	55
2.2. Desenvolvimentismo (s) e as políticas de esporte no Brasil.....	60

2.3. Determinantes do esporte.....	69
2.4. A avalanche neoliberal e a hegemonia do esporte- mercadoria- espetáculo no Brasil.....	77
2.5. O esporte como valor.....	84
CAPÍTULO III- Expressões do esporte como valor no Governo Lula/Dilma.....	91
3.1. Lula lá em campo.....	93
3.2. Cara ou coroa: direito ou mercadoria?.....	102
3.2.1. As conferências Nacionais do Esporte (I e II) e a Política Nacional do Esporte: tensões e permanências.....	111
3.2.2. Ordenamento legal e o esporte como não direito.....	116
3.3. A sizígia esportiva: fim de jogo?.....	125
3.3.1. Formulação e planejamento de políticas esportivas	128
3.3.2. Arranjo institucional e organizacional para os megaeventos	131
3.3.3. Legislação de exceção.....	133
3.3.4. Financiamento e gastos.....	135
CAPÍTULO IV- Jogos Rio 2016: hegemonia do esporte- mercadoria- espetáculo.....	142
4.1. Os megaeventos esportivos no contexto da economia política global	144
4.2. As transformações dos Jogos Olímpicos e o empreendimento Rio 2016.....	147

4.3. Vencedores e perdedores com os Jogos Rio 2016.....	166
5. Considerações Finais.....	181
6. Referências.....	185

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1: Taxa de variação do PIB América Latina e mundo.....	98
Tabela 2: Coeficiente Gini- 2000-2009, América Latina.....	100
Tabela 3: Gastos com os programas do ME em milhões de reais.....	108
Tabela 4: Volume de recursos para o Bolsa Atleta em milhões de reais..	117
Tabela 5: Quantitativo de projetos aprovados por manifestação esportiva	119
Tabela 6: Valores autorizados, captados e montante em milhões de reais por manifestação esportiva.....	119
Tabela 7. Relação de colaboradores em ordem de “contribuição” com LIE no ano de 2010.....	121
Tabela 8. Volume de recursos repassados pelas entidades públicas para Confederações no período de 2009-2012.....	136
Tabela 9: Recursos recebidos pelo COB e repassados as confederações, em milhões de reais.....	138
Tabela 10: Valores em R\$ autorizados e liquidados pelo ME, deflacionados pelo IGP-DI, bem como a participação no OGU liquidado pelo Poder Executivo.....	140
Tabela 11: Comparação entre a dotação inicial, o empenhado e pago, dentro da função “Desporto e Lazer” no período de 2004 a 2010, valores em R\$ deflacionados pelo IGP-DI.....	140
Tabela 12. Evolução do programa TOP.....	154
Tabela 13. Arrecadação do COI com os direitos de transmissão (em bilhão US\$).....	155
Tabela 14. Impactos sobre a população residente nas cidades-sede dos Jogos Olímpicos (1988-2008).....	156
Tabela 15: Remoções de famílias.....	168

Tabela 16: Ações e previsão de investimento em segurança para os Jogos Rio 2016.....	177
---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

	Página
Gráfico 1- Faturamento dos maiores campeonatos do mundo (2012), em bilhões de reais.....	88
Gráfico 2- Receita dos vinte maiores clubes de futebol do Brasil em bilhões de reais.....	89
Gráfico 3- Valores destinados aos programas do ME em milhões de reais.....	108
Gráfico 4- Repasse da Caixa Econômica Federal aos Clubes de Futebol em milhões.....	123
Gráfico 5- Repasse da Caixa Econômica Federal ao Comitê Paraolímpico Brasileiro em milhões.....	139
Gráfico 6- Distribuição do investimento nas ações do projeto Rio 2016.	159

LISTA DE QUADROS

Página

Quadro 1- Empresas contempladas com o Prêmio “Empresário Amigo do Esporte”, no ano de 2010.....	121
Quadro 2- Corredores dos BRT’S.....	170

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 1- Locais de competição dos Jogos Rio 2016.....	161
Figura 2- Vila Olímpica.....	162
Figura 3- Mapa de reassentamento.....	170
Figura 4- Parque Olímpico.....	173

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ACAD	Associação Brasileira das Academias
AL	Alagoas
APEX	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
APO	Autoridade Pública Olímpica
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Social
BRT	Bus Rapid Transit
CBCE	Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CBJD	Código Brasileiro de Justiça Desportiva
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CEDURP	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto
COT	Centro Olímpico de Treinamento
CGCOPA	Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014
CGOLIMPÍADAS	Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016
CND	Conselho Nacional de Desportos
CNE	Conselho Nacional do Esporte
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COI	Comitê Olímpico Internacional
COJO	Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CONFED	Conselho Federal de Educação Física
CPB	Comitê Paraolímpico Brasileiro
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DED	Departamento de Educação Física e Desportos
EAR	Esporte de Alto Rendimento
EDT	Estatuto de Defesa do Torcedor
EPT	Esporte Para Todos
FIFA	Fédération Internationale de Football Association
FHC	Fernando Henrique Cardoso

FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCA	International Congress & Convention Association
INDESP	Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIE	Lei de Incentivo ao Esporte
LOA	Lei Orçamentária Anual
ME	Ministério do Esporte
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MPRJ	Ministério Público do Rio de Janeiro
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organizações das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PELC	Programa Esporte e Lazer da Cidade
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Política Nacional do Esporte
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PP	Partido Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PA	Pará
PDEL	Plano Decenal do Esporte e do Lazer
PMDB	Partido da Mobilização Democrática do Brasil
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança com Cidadania
PPA	Plano Plurianual
PPP	Parceria- Público- Privada
RDC	Regime Diferenciado de Contratações
RJ	Rio de Janeiro (Estado)
RS	Rio Grande do Sul
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SECOM	Secretaria de Comunicação

Sindeclubes/RJ	Sindicatos dos Empregados em Clubes, Estabelecimentos de Cultura Física, Desportos e Similares do município do RJ.
Sindacad/RJ	Sindicato das Academias do estado do RJ
SNDEL	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer
SNEAR	Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
SNEED	Secretaria Nacional de Esporte Educacional
SNELIS	Secretaria Nacional do Esporte, Lazer e Inclusão Social
SNE	Sistema Nacional de Esporte
TCU	Tribunal de Contas da União
TOP	The Olympic Partner Programme
UEFA	União Europeia de Futebol
UNE	União Nacional dos Estudantes
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo analisar a agenda e a configuração das políticas de esporte e de lazer do Ministério do Esporte (ME) no Governo Luís Inácio Lula da Silva, no contexto dos megaeventos esportivos, em especial, dos Jogos Olímpicos. Trata-se de uma investigação com abordagem qualitativa realizada por meio de revisão bibliográfica e de pesquisa documental. Como resultado, percebeu-se que o esporte encontra-se totalmente inserido na lógica de produção e reprodução do capital, tendo o referido Governo como agente de contribuição principal, ou seja, as ações estatais hegemônicas pelo Partido dos Trabalhadores vêm legitimando o esporte como um não direito, direcionando os recursos para o esporte-espetáculo, estabelecendo ordenamento com viés mercantil e implementando políticas esportivas focalizadas, precárias para os pobres. Em tal cenário, o empreendimento Jogos Rio 2016 contribuiu para que o Estado ampliasse a presença do fundo público em ações de interesse do capital, ao invés de atender as necessidades humanas, inserindo a cidade do Rio de Janeiro e o país no fluxo mundial de circulação de capital.

Palavras-chave: Estado; Governo Lula; Políticas Sociais; Esporte; Megaeventos Esportivos.

ABSTRACT

This study examines the agenda and setting policies for sport and recreation Sports Ministry (ME) in the Lula government, in the context of mega sporting events, especially the Olympics. This is a qualitative approach to research conducted from literature review and documentary research. As a result, one realizes that the sport is fully inserted in the logic of production and reproduction of capital, and the Lula government has contributed to this. That is, the government's actions hegemonized by *Partido dos Trabalhadores* as a legitimate sport not right, directing resources to the sport spectacle, establishing spatial biased mercantile and implementing policies focused sports, precarious for the poor. In this scenario the Rio 2016 project contributes to the state expand the presence of the public fund into shares of capital interest instead of meeting human needs, entering the city of Rio de Janeiro and the country in the global flow of capital circulation.

Keywords: State; Lula Government; Social Policy; Sport; Sport Mega Events.

INTRODUÇÃO

O presente estudo investiga o controvertido percurso da agenda e das políticas esportivas do Governo Luís Inácio Lula da Silva, no contexto dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016¹, na cidade do Rio de Janeiro.

O Estado possui um papel importante no desenvolvimento do esporte. No entanto, somente em 2003, no governo hegemônico pelo Partido dos Trabalhadores (PT), é que foi criada uma pasta exclusiva para o setor.

O Ministério do Esporte (ME), pasta responsável pela questão, surge com a missão de “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando, para o desenvolvimento nacional e humano (BRASIL, 2003, p. 1). Neste contexto, formou-se a expectativa de que, finalmente, o texto da Constituição Federal (CF) de 1988, que garante o esporte como direito, fosse materializado pelo Estado.

Porém, diante da necessidade de acomodar os aliados, o presidente Lula estabeleceu um arranjo institucional que contou com a cessão do ME ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). As lideranças do PC do B aceitaram, mas a contragosto, pois acreditavam que mereciam um posto que tivesse mais viabilidade. Para completar o desgosto, teriam que dividir o Ministério com o setorial do PT ligado ao esporte.

O PC do B já havia administrado a pasta do esporte em alguns municípios, mas não possuía uma base sólida sobre a temática. Portanto, o desenvolvimento de políticas esportivas foi entregue a um partido político que, a princípio, rejeitou a pasta e também a quem não tinha quadros afeitos ao debate.

O ME inicialmente foi comandado pelo ex-deputado federal e atual governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz². Nos primeiros anos, observou-se um forte discurso, com ações na perspectiva do esporte como direito social, por meio da criação de programas sociais; a instituição de Conferências Nacionais do Esporte e o documento referente à “Política Nacional do Esporte”.

¹ No presente estudo, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro, serão denominados “Jogos Rio 2016”.

² Em meados de 2006, assume Orlando Silva (PC do B), que, atualmente, é vereador na cidade de São Paulo. E desde o fim de 2011, o ME é conduzido pelo deputado federal Aldo Rabelo (PC do B).

Porém, os gestores aos poucos foram se aproximando dos “feudos esportivos”, comandados pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), o que culminou na subordinação da agenda do ME aos interesses das entidades esportivas e do mercado (CASTELLANI, 2009). Tal fato mostra-se evidente a partir da realização dos Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos de 2007, na cidade do Rio de Janeiro.

Portanto, vislumbra-se que o ME, como integrante do campo social do Governo Federal, inicialmente pauta suas ações e políticas pelo discurso da inclusão social. Entretanto, a partir de 2007, com a organização do Pan e do Parapan e, posteriormente, com a “conquista” do direito de sediar outros eventos e megaeventos esportivos, ganha destaque na agenda o discurso do esporte enquanto fomentador do crescimento econômico.

O principal marco que consolida a “virada” na agenda do ME são o Jogos Rio 2016. O direito de sediá-lo ao longo do século XX e início deste novo século ficou restrito a um seleto grupo de países, com o Brasil passando a fazer parte destes.

Os Jogos Olímpicos tornaram-se, a partir do final dos anos 1980, um valioso produto no mercado internacional de eventos, sendo cobiçado por metrópoles de países de todos os continentes.

A história recente tem demonstrado que as previsões positivas para sua realização são superestimadas e que os legados³ são anunciados para legitimar o uso de recursos públicos em áreas de interesse do capital (PRONI, 2012).

Neste sentido, parte-se do pressuposto de que as medidas do ME – que tinham o esporte como direito social – são abortadas para atender a lógica do esporte-mercadoria-espetáculo, com o Estado ampliando as políticas de atendimento das necessidades do capital, no contexto dos megaeventos esportivos. Os Jogos Rio 2016 se inserem na lógica de reorganização do capital, de preparação *ad hoc* da cidade para os consumidores locais e externos, bem como para os empreendedores.

Considerando o exposto, observando-se a totalidade contraditória da realidade social, tem-se as seguintes questões de partida: Como se articulam e/ou

³ Villano e Terra (2008), afirmam que não existe uma definição clara para os legados de megaeventos esportivos. De acordo com aqueles autores, trata-se de um conceito complexo e polissêmico, que pode, inclusive, ser melhor traduzido por outros termos e idiomas, expressando seu caráter histórico e perspectiva de continuidade. Destarte, há o entendimento de que os legados se constituem como uma herança positiva e duradoura.

se contraditam as demandas social e econômica na agenda e nas políticas do ME no Governo Lula? Qual a dimensão priorizada? O que representa os Jogos Rio 2016?

Assim, tem-se como objeto do presente estudo: a relação do esporte como direito e não direito no controvertido percurso da agenda e políticas esportivas do Governo Lula, no contexto dos Jogos Rio 2016.

Como objetivos principais, destacam-se:

Objetivo geral:

Analisar a relação do esporte como direito e não direito no controvertido percurso da agenda e das políticas do ME no Governo Lula, no contexto dos Jogos Rio 2016.

Objetivos específicos:

- Identificar os princípios e diretrizes orientadoras das políticas do ME no Governo Lula;
- Identificar e avaliar a configuração do direito ao esporte e ao lazer na agenda do ME;
- Avaliar o desenho institucional, atores, interesses, forças hegemônicas e os dispositivos políticos produzidos pelo ME no Governo Lula.
- Analisar as implicações dos megaeventos, especificamente dos Jogos Rio 2016, sobre a agenda e o desenvolvimento de políticas esportivas no âmbito do Governo Lula.

Para a realização da presente pesquisa, fez-se a opção teórico-metodológica consolidada no materialismo histórico, o que possibilita, de forma dialética, realizar uma análise do objeto, dentro de uma totalidade formada por complexos de complexos, indo para além da aparência fenomênica.

Na busca pela essência do objeto desse estudo, o investigamos interior da totalidade contraditória das relações sociais. Afinal, não possui vida própria e não é

uma abstração dos seres humanos, mas um fenômeno social reflexo das condições históricas criadas pela relação dos indivíduos e destes com a natureza.

Ressalta-se que a totalidade não é uma junção de várias partes amorfas, mas uma totalidade dinâmica; “[...] seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõe a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas [...]” (NETTO, 2011, p. 56).

Como destaca Behring e Boschetti (2011, p. 40), “a totalidade compreende a realidade nas suas íntimas e complexas determinações, e revela, sob a superfície dos fenômenos, suas conexões internas, necessárias à sua apreensão”.

Neste sentido, a tarefa do pesquisador é apreender as contradições presentes na totalidade do objeto estudado e, por conseguinte, a terceira categoria nuclear do método dialético – a mediação, é fundamental, uma vez que possibilita à pesquisa estabelecer as relações entre os complexos e realizar as sucessivas aproximações à essência do objeto.

Para tanto,

[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também dos anos narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos, e com base no seu processo real de vida [...] (MARX, ENGELS, 2009, p. 31).

Parte-se do imediato, do abstrato, daquilo que os homens criaram e construíram, diante das relações com os demais seres humanos e com a natureza, para, então, se chegar ao concreto, à “síntese das muitas e complexas determinações” (HÚNGARO et al, 2008, p.102).

Quanto ao desenvolvimento do estudo, este se caracterizou por ser uma pesquisa social de nível exploratório, uma vez que a temática abordada mostra-se como algo pouco estudado na literatura científica⁴. A abordagem escolhida foi a pesquisa qualitativa, tendo os dados quantitativos como suporte.

A pesquisa qualitativa, por não possuir uma estrutura fechada, padronizada, permite ao pesquisador mais liberdade no tratamento dos dados coletados; “[...] é realizada num movimento contínuo de fases interligadas. No entanto, ainda que tais

⁴ Ver Miranda e Mascarenhas (2012).

fases se imbriquem numa dinâmica de idas e vindas, preservam-se, em cada uma dessas, características e objetivos singulares” (SOUZA JUNIOR et all, 2010 p. 32).

Em relação ao sujeito investigador, compreende-se que seja integrante do processo de conhecimento, que interpreta os fenômenos, saturando o objeto de determinações e atribuindo-lhes significado. Este não é neutro e nem a investigação desenvolvida.

Nas linhas a seguir, tem-se a existência de três partes que, indistintamente, se articulam e se sobrepõem, dando unidade ao estudo, quais sejam: a) revisão de literatura; b) pesquisa documental; c) discussão teórica – análise das informações coletadas e o debate político, econômico e social em torno das ações e políticas de esporte e lazer.

O levantamento bibliográfico teve como sustentação principal as seguintes categorias: Estado; direitos sociais; fundo público; mercadoria; necessidades humanas; necessidades do capital; política de esporte. Ao longo da discussão, tais aspectos foram devidamente explicitados.

No segundo momento, fez-se uma coleta dos dados – por meio de pesquisa documental⁵ –, bem como a análise dos mesmos. Tal pesquisa foi realizada a partir dos seguintes documentos:

- 1- Os Planos Plurianuais (PPA) do período de 2000 a 2003, elaborados pelo Governo Fernando Henrique Cradoso e concluídos no Governo Lula; e os PPAs de 2004-2007 e o de 2008 a 2011, que foram concluídos no primeiro ano do mandato da Presidente Dilma Rouseff.
- 2- O marco legal: Decreto nº. 3.199/1941; Lei nº. 6.251/1975; Lei nº. 8.672/1993 (Lei Zico); Lei nº. 9.615/1998 (Lei Pelé); Lei nº. 10.264/2001 (Agnelo Piva); Lei nº. 10.891/2004 (Bolsa Atleta); Lei nº. 10.671 (Estatuto de Defesa do Torcedor); Lei nº. 11.438/2006 (Lei de Incentivo ao Esporte); Lei nº. 11.345 (Timemania); Lei nº. 12.035/2009 (ato olímpico); Lei nº.

⁵ Os documentos podem ser classificados como sendo de primeira mão, que ainda não receberam tratamento analítico – documentos oficiais, reportagens de jornais, contratos, Diário Oficial etc.; e ainda, aqueles de segunda mão que, de alguma forma, já foram analisados, como, por exemplo, os relatórios de pesquisas, tabelas estatísticas etc. No presente estudo, além dos documentos oficiais, também fez-se uso de reportagens veiculadas na imprensa nacional, relacionadas ao objeto de estudo.

- 12.663/2012 (Lei Geral da Copa); Lei nº. 12462/2011- (Regime Diferenciado de Contratação); Lei nº. 12.395/2011 (altera a Lei Pelé).
- 3- Os Dispositivos políticos institucionais, tais como: as Resoluções da Primeira e da Segunda Conferência Nacional do Esporte, o Plano Decenal do Esporte e do Lazer (PDEL) – fruto da terceira Conferência Nacional do esporte; a Política Nacional do Esporte (PNE) etc.;
 - 4- Os relatórios de gestão do Governo Lula; relatórios anuais do ME; relatório de Atividades; documentos de Tomada de Contas Anual; relatórios de auditoria;
 - 5- Os documentos para o esporte dos Organismos Internacionais;
 - 6- Os documentos do COB, relacionados aos Jogos Rio 2016;
 - 7- Os documentos de reorganização institucional do ME;
 - 8- As Atas do Conselho Nacional do Esporte;
 - 9- As Diretrizes produzidas dos programas do Governo Federal;
 - 10-E, acessoriamente, dados sobre financiamento do esporte – fontes, magnitude e direção do gasto⁶.

A última fase da pesquisa trata da discussão em torno da literatura e dos dados coletados, em um processo não linear, dialético, de análise crítica concernente às ações e políticas esportivas do Governo Lula.

A revisão de literatura, a análise e o debate acerca dos dados existentes nos documentos foram fundamentais para entender os ajustes institucionais promovidos e para a identificação dos agentes, dos princípios, dos interesses e das forças hegemônicas que predominam neste período tão importante da história do Brasil e que, possivelmente, continuarão por mais alguns anos.

O escopo da pesquisa compreende o período a partir do qual se inicia o Governo Lula, 2003 – que coincide com o ano em que é criado o ME –, e os dois primeiros anos do Governo Dilma. Em tal período, estão inclusos o último ano do PPA do segundo Governo de Fernando Henrique Cardoso, os dois mandatos do Governo Lula e o primeiro e segundo ano do Governo Dilma Rousseff.

⁶ A partir das informações do Portal da Transparência, “Siga Brasil”, balanços do COB, Relatórios da Caixa Econômica Federal e do ME.

O texto encontra-se dividido em quatro capítulos, que se articulam e formam um todo, além da presente introdução – que delimita o problema de pesquisa e os elementos lógicos (questões de partida, objeto, objetivos, hipótese e metodologia). Neste sentido, tem-se:

- Capítulo 1: Aborda o contexto de reestruturação do capitalismo em meados da década de 1970, as transformações no mundo do trabalho, na economia, na cultura e, principalmente, na forma de atuação do Estado e as implicações para as políticas sociais.
- Capítulo 2: Descreve a passagem do esporte integrado às políticas sociais do *Welfare State*, no caso brasileiro, o(s) contexto(s) desenvolvimentista(s) para o esporte integrado em relação à lógica de produção e reprodução do capital.
- Capítulo 3: Analisa o contexto político econômico e esportivo do Governo Lula e os primeiros anos do Governo Dilma Rousseff, demonstrando a hegemonia do esporte-mercadoria-espetáculo.
- Capítulo 4: Dedicar-se ao debate sobre os Jogos Olímpicos: expressão máxima do esporte-mercadoria-espetáculo, que passa a organizar toda a agenda esportiva do governo brasileiro e se insere no cenário de reestruturação do capitalismo, que é indicado no capítulo 1; assim, tem-se as características da gestão urbana atual, a passagem dos jogos para a forma mercadoria e o que é e o que está sendo o projeto Rio 2016.

CAPÍTULO 1

O ESTADO E AS NECESSIDADES HUMANAS E DO CAPITAL

O reflexo da luta entre as classes sociais na sociedade regida pelo capital se materializa na ossatura do Estado, através da constituição de políticas sociais como *antimercadorias* e/ou como valor.

À medida que o pêndulo da luta de classes desloca, tem-se, por um lado, o Estado estabelecendo um conjunto maior de políticas sociais que garante direitos de cidadania, e, por outro, o Estado priorizando as demandas do capital e as políticas sociais inseridas diretamente no processo de produção e reprodução do capital.

Assim, no presente capítulo, dá-se a discussão das transformações nos complexos econômico, político e cultural, de forma articulada. Vale destacar que a compreensão das mudanças na sociedade, em especial, da atuação do Estado, é fundamental para o entendimento das transfigurações do mundo esportivo, e os sentidos e significados das atuais políticas esportivas.

Neste sentido, o presente capítulo, a partir da revisão da literatura, encontra-se dividido em cinco seções, a saber: a primeira, refere-se à discussão sobre a concepção de Estado e a disputa pela hegemonia; na segunda, aborda-se a constituição do *Welfare State* e as políticas sociais como *antimercadorias*; na terceira, trata-se a reestruturação do capitalismo em meados da década de 1970 e a reconfiguração da função do Estado; na quarta, discute-se a disputa pelo fundo público no contexto atual; e, por fim, na quinta, demonstra-se a reconfiguração das políticas sociais, vista como um não direito, onde o Estado direciona suas ações para as demandas do capital.

1.1. Estado e hegemonia de classe

Karl Marx anotava brilhantemente na década de 1840, que o Estado só existe porque a sociedade era dividida em classes sociais (a burguesia – detentora dos meios de produção – e os proletários – que vendem sua força de trabalho). Na época, o Estado tinha a função de defender os interesses da classe dominante por meio da coerção. O seu executivo se constituía como um balcão de negócios da burguesia (MARX; ENGELS, 2002).

Como homem de seu tempo, atento e observador da realidade, Marx percebe determinadas mudanças na atuação do pessoal do Estado. Na obra *18 Brumário de Luis Bonaparte*, demonstra que a sociedade possuía outras classes sociais e frações de classe, e que o Estado não agia somente por meio da coerção para manter os privilégios da burguesia (MARX, 2011).

Ao olhar um pouco mais a frente, tem-se os escritos elaborados no cárcere do regime fascista por Antonio Gramsci. O líder do Partido Comunista Italiano foi um ator e expectador atento das tensões políticas da Europa no início do século XX.

Os membros das classes populares conquistaram direitos políticos em diversos países do continente europeu. Como consequência, os trabalhadores puderam se organizar em partidos, sindicatos e ligas.

Gramsci assiste aos avanços e aos recuos dos movimentos revolucionários e, seguindo as pistas deixadas por Marx e Engels, com o rigor científico e revolucionário característicos da concepção marxiana, inova na leitura sobre a atuação do Estado; percebe que o Estado continuava a atender aos interesses da classe dominante, mas não atuava somente com coerção, como Marx já sinalizava no *18 Brumário*; tinha a sua ação também balizada pelo consenso estabelecido pelas classes sociais no seio da sociedade civil.

Assim sendo, Gramsci identifica que o Estado era formado tanto pelo seu corpo político – detentor do aparato burocrático e militar - como pela sociedade civil – espaço de disputa de hegemonia entre as classes (COUTINHO, 2011a). Ao elevar ao campo da superestrutura as relações presentes na sociedade civil, Gramsci estabelece uma nova compreensão do Estado, denominando Estado ampliado ou integral.

A originalidade da obra de Gramsci está justamente quando o aquele autor incorpora a sociedade civil ao Estado (COUTINHO, 2011b; PEREIRA, 2011a). Estado é igual à “sociedade política” + “sociedade civil”, “isto é, hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI apud COUTINHO, 1996, p. 54).

Na sociedade civil, o poder de uma classe é exercido por meio de uma relação de hegemonia construída pela direção política e pela busca constante dos *intelectuais orgânicos* do consenso nos aparelhos privados de hegemonia (igreja, escolas, partidos, entre outros).

A hegemonia é uma categoria fundamental no pensamento gramsciano e possui dois significados principais, a saber:

a) “O primeiro é um processo na sociedade civil pelo qual uma parte da classe dominante exerce o controle, através de sua liderança, moral e intelectual, sobre outras frações aliadas da classe dominante”; b) “O segundo é a relação entre as classes dominantes e as dominadas. A hegemonia compreende as tentativas bem-sucedidas da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal” (CARNOY, 1988, p. 92-93).

Gramsci morre em 1937 e não vê a expansão das políticas sociais no ocidente com o *Welfare State*. A burguesia estabelece, após a II Guerra Mundial, um Estado com mais “feição social”, que amplia as políticas sociais como direitos de cidadania.

Neste momento histórico, a hegemonia da burguesia se dá muito mais por meio do consenso entre as classes do que pela coerção. As classes sociais estabelecem um “pacto” que garante aos trabalhadores “*antimercadorias sociais*”, e à burguesia, patamares elevados de produção de mercadorias e acumulação de capital, além de manter seu *status quo*.

Para compreender esta “nova” organização do modo de produção capitalista, é justo recorrer ao intelectual greco-francês Nicos Poulantzas, que, no intervalo de uma década (1968-1978), publicou cinco obras relacionadas à teoria política⁷, além de produzir novas categorias que modificaram e fortaleceram a análise marxista acerca do Estado.

Seguindo os pressupostos marxianos e os escritos de Gramsci, Poulantzas identifica que a luta de classes encontra-se tanto na sociedade civil, conforme demonstrado por Gramsci, mas, também, na ossatura material da sociedade política. Esta foi a primeira constatação inovadora de sua obra. A segunda foi perceber que as relações do Estado com a infraestrutura-mercado não é “algo estranho”, como advoga os liberais, mas algo intrínseco.

O político-Estado (válido igualmente para a ideologia), embora sob formas diferentes, sempre esteve constitutivamente presente nas

⁷ *Poder político e classes sociais*, 1968; *Fascismo e ditadura*, 1971; *As classes sociais no capitalismo contemporâneo*, 1974; *A crise das ditaduras*, 1975; e, por fim, *Estado, poder e socialismo*, 1978, um ano antes de sua morte.

relações de produção, e assim em sua reprodução, inclusive no estágio pré-monopolista do capitalismo, contradizendo uma série de ilusões relativas ao Estado liberal, que supostamente não interfere na economia a não ser para criar e manter a "infraestrutura material" da produção (POULANTZAS, 2000, p. 16).

Neste sentido, o Estado possui uma função muito mais importante nas relações de produção do que aquele que o limita "ao exercício da repressão física organizada [...]; ele tem um papel específico na organização das relações ideológicas e da ideologia dominante" (POULANTZAS, 2000, p. 26).

A ação do Estado repressiva e/ou ideológica deve ser vista de forma relacional, ou seja:

Acreditar que o Estado só age assim é completamente errado: a relação das massas com o poder e o Estado, no que se chama especialmente de *consenso*, possui sempre um *substrato material*. Entre outros motivos, porque o Estado, trabalhando para a hegemonia de classe, age no campo do equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominantes e dominadas. Assim, o Estado encarrega-se ininterruptamente de uma série de medidas positivas para as massas populares, mesmo quando estas medidas refletem concessões impostas pela luta de classes dominadas. Eis aí um dado essencial, sem o qual não se pode perceber a materialidade da relação entre Estado e massas populares, se fosse considerado o binômio repressão-ideologia (ibid, p. 29, grifos do autor).

A partir daí, é possível realizar dois indicativos sobre o Estado nos escritos de Poulantzas: o primeiro, que ele é formado por classes e possui a burguesia como figura dominante. Desta forma, atua para organizar as frações desta classe, sendo o bloco de poder dirigido pela fração hegemônica.

Ele [o Estado] representa e organiza a ou as classes dominantes, em suma representa, organiza o interesse político a longo prazo do bloco no poder, composto de várias frações de classe burguesas (pois a burguesia é dividida em frações de classe) [...] Organização, na perspectiva do Estado, da unidade conflitual da aliança de poder e do equilíbrio instável dos compromissos entre seus componentes, o que se faz sob a hegemonia e direção, nesse bloco, de uma de suas classes ou frações, a classe ou fração hegemônica (POULANTZAS, 2000, p. 128-129).

O segundo, que a hegemonia não é composta de maneira harmônica, pois o Estado apresenta uma unidade conflitual, existem disputas e compromissos em busca de certo equilíbrio. Tal fato mostra-se evidente quando Poulantzas (2000, p. 135) destaca que os ministérios, o Poder Executivo, o exército, os municípios, os

aparelhos ideológicos etc., “[...] mesmos divididos em circuitos, redes e trincheiras diferentes, representam com frequência, conforme as diversas formações sociais, interesses absolutamente divergentes de cada um ou de alguns componentes do bloco no poder”.

De acordo com Carnoy (1988, p. 138), o “bloco no poder” constitui a expressão política das distintas frações da classe dirigente, sendo por meio deste que as diferentes frações são unificadas para governar. “É através do bloco no poder que a ideologia se transforma numa série de práticas materiais, costumes e morais, as quais agem como cimento na ligação das relações sociais, políticas e econômicas”.

As lutas populares fazem parte da constituição do Estado, que “concentra não apenas a relação de forças entre as frações do bloco no poder, mas também a relação de forças entre estas e as classes dominadas” (POULANTZAS, 2000, p. 143). Desta forma, o Estado não é monolítico, mas um campo de disputas entre as frações de classe e as classes.

Entretanto, Poulantzas afirma que a classe trabalhadora está no seio do Estado de forma dominada, uma vez que não existe um duplo poder; as classes ou frações dominantes presentes nos setores e aparelhos do Estado não deixam que se cristalice um poder próprio das classes populares em seu interior.

Em alguns momentos, para se manter como hegemônica, a burguesia estabelece estrategicamente relações com a classe dominada, buscando apoio em algumas de suas frações e, ao mesmo tempo, curto-circuitando sua organização. A presença das classes populares no seio do Estado não significa que seja o bastante para sua transformação, apesar de ser uma condição necessária.

Diante da possibilidade da classe dominada – ou uma de suas frações – chegar ao governo, Poulantzas (2000, p. 141) observa que “a unidade centralizada do Estado não reside numa pirâmide da qual bastaria ocupar o cume para garantir seu controle”. Assim, a esquerda, ao ocupar o governo, não significa que possui o controle dos aparelhos do Estado.

Neste sentido, o Estado é “[...] como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe,

tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado” (POULANTZAS, 2000, p. 130). Poulantzas compreende o Estado nem como “Estado- coisa” e nem como “Estado- sujeito”, uma vez que, assim, não se vislumbra no seu interior a existência de contradições⁸.

O Estado apresenta autonomia relativa quanto ao bloco no poder, já que busca garantir o interesse da burguesia como um todo, ainda que sobre a hegemonia de uma ou mais frações. Desta forma, a autonomia no Estado se manifesta nas ações contraditórias que são realizadas pelas classes e frações de classe que estão dentro do Estado. “Essa autonomia do Estado em relação a tal ou qual fração do bloco no poder existe, pois concretamente como autonomia relativa de tal ou qual setor, aparelho ou rede do Estado em relação a outros” (POULANTZAS, 2000, p. 138).

Os apontamentos de Gramsci e Poulantzas fornece um suporte teórico importante no sentido de pensar o Estado, ampliado, como uma condensação da luta de classes e frações de classe, bem como perceber que sua relação com a infraestrutura não é algo exterior, mas uma característica própria da função que exerce na perpetuação da hegemonia e acumulação de capital da burguesia.

Ao tentar apanhar o que a tradição marxista – na qual se apoia o presente estudo – elaborou sobre o Estado, no modo de produção capitalista, observa-se no caminhar alguns indicativos de como as relações de classe foram moldando sua atuação no atendimento das necessidades humanas e das necessidades do capital. Assim, é preciso qualificar alguns termos utilizados e encaminhar o debate para o tratamento dado pelo Estado às políticas sociais.

1.2. O “pacto” capitalista e ampliação das políticas sociais

⁸ O Estado-coisa seria o Estado plenamente a serviço da burguesia, não havendo nenhuma autonomia em relação à classe ou fração hegemônica. Já o Estado-sujeito se apresenta como a própria vontade racionalizante, o Estado com poder próprio, dotado de autonomia absoluta em relação às classes sociais. Neste sentido, a concepção de Poulantzas se edifica a partir da ideia de Estado-relação, isto, pois “o estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado” (POULANTZAS, 2000, p. 134).

Conforme Gramsci e, principalmente, Poulantzas, o Estado ampliado não é monolítico, ou seja, condensa no seu interior disputas entre classes e frações de classe, como em um jogo de xadrez, cada movimento é estrategicamente calculado.

Ao longo do século XX, tal cenário mostrou-se mais visível. Nas primeiras décadas, percebeu-se uma intensificação dos conflitos entre as classes sociais e, como consequência, a conquista de direitos políticos e sociais por parte da classe trabalhadora⁹.

Na época, borbulhava na Europa levantes dos trabalhadores, o espectro comunista rondava o mundo capitalista¹⁰, e ainda, ocorreu o *crack* ou crise de 1929¹¹ e a queda da acumulação de capital.

Como resultado, surge o *Welfare State*¹², “aquele modelo estatal de intervenção na economia de mercado que, ao contrário do modelo liberal que o antecedeu, fortaleceu e expandiu o setor público e implantou e geriu sistemas de proteção social” (PEREIRA, 2011a, p. 23).

Conforme Chesnais (1996, p. 297), o período de vigência do *Welfare State* (pós segunda guerra mundial até meados da década de 1970) “caracteriza-se por um regime internacional relativamente estável, tendo como pivôs o sistema de paridades fixas entre as moedas e a difusão do modelo fordista de produção e consumo de massas”.

Observa-se que pela primeira vez, os membros da burguesia passaram a pagar impostos, especialmente com o mecanismo de progressividade sobre a renda

⁹ Marshall, observando a realidade inglesa, aponta que os direitos civis e políticos surgem no século XVIII e XIX como objetivos das revoluções inglesa, americana e francesa, e os direitos sociais emergem no século XX, após a II Guerra Mundial, associados ao *Welfare State* (BARBALET, 1989). Tal periodização varia conforme as lutas de classe nos países. No Brasil, por exemplo, obtiveram-se alguns direitos sociais se consolidando antes dos direitos políticos.

¹⁰ Sem dúvida, o maior símbolo é a Revolução Socialista de 1917, que conduziu os proletários ao poder na Rússia.

¹¹ A crise de 1929 que se arrastou até o fim da II Guerra Mundial em diversos países, foi marcada pela superprodução, retração do consumo, aumento do desemprego, altas taxas de juros, queda das ações da bolsa de valores etc.

¹² Apesar de comumente ter como marco de sua gênese, a adoção de medidas intervencionistas Keynesianas pelo governo norte-americano de Roosevelt nos anos de 1933 a 1940, na Suécia também surgia no mesmo período medidas semelhantes, “[...] igualmente considerada marco inicial do *Welfare State*, mas ideologicamente diferente [...] guiado por concepções social-democratas e não liberais, como faz parte da tradição norte-americana, e, por isso, considerado mais progressista do ponto de vista social” (PEREIRA, 2011, p. 23).

e as posses; os trabalhadores e os pobres em situação de pauperização se beneficiaram com serviços públicos e com os programas de transferência de renda.

Salvador (2010a, p. 616) sintetiza tal acontecimento da seguinte forma:

Em resumo, consolidou-se uma nova estrutura secundária (fundo público) de redistribuição da renda, que veio a se sobrepor à já existente estrutura distributiva primária constituída pela própria dinâmica capitalista. Enquanto os ricos passaram a ser tributados consideravelmente (impostos sobre renda, patrimônio e herança), foi possível formar fundos públicos capazes de financiar a transferência de renda para a população de menor rendimento, permitindo reduzir a pobreza, o desemprego e a desigualdade social no centro do capitalismo mundial.

O *Welfare State*, vinculado com as políticas keynesianas\fordistas, não se resumiu em disponibilizar serviços públicos e garantir renda aos pobres, “mas tratou principalmente de retirar das forças do mercado o monopólio da expansão econômica e da gestão sobre a força de trabalho” (SALVADOR, 2010b, p. 616); se diferenciou conforme o contexto cultural, econômico e sócio-histórico da luta de classes dos países. A mais antiga classificação de Estado de Bem Estar é a de Titmus (apud FIORI, 1991), nos anos 1960. Para aquele autor, têm-se três tipos de estados de bem estar: 1) Estado de intervenção residual e temporária nos grupos incapazes de trabalhar para adquirir a subsistência, como é o caso do modelo norte americano; 2) O Estado meritocrático-particularista, atuando para corrigir as distorções do mercado, como, por exemplo, a Alemanha, Inglaterra e França; 3) O Estado distributivo, universalizador, característico dos países nórdicos.

Esping-Andersen (ibid, 1991) considera que tenha havido três tipos de regimes de *Welfare State*: 1) Liberal – somente para os pobres, com poucos elementos de universalização, como o caso dos EUA, Austrália e Canadá; 2) Conservador ou corporativista – que mantém as diferenças de *status*, com baixa redistribuição, com os direitos ligados à classe e ao *status*, como, por exemplo, os modelos existentes na França, Alemanha, Itália e Áustria. 3) Social-democrata – que se caracteriza pelo universalismo e pela desmercantilização, como, por exemplo, o caso dos países escandinavos.

Nenhuma das duas perspectivas inclui os países da América Latina e da Ásia. Todavia, é preciso destacar que diante do arranjo proposto por Titmus, o Brasil

figura entre as nações agrupadas como “meritocráticas-particularistas”, e na classificação de Esping-Andersen, de “conservador-corporativista” (DRAIBE, 1985).

No caso do Brasil, “o *Welfare State* surge a partir de decisões autárquicas e com caráter predominantemente político: regular aspectos relativos à organização dos trabalhadores assalariados dos setores modernos da economia e da burocracia [...]” (MEDEIROS, 2001, p. 8).

O *Welfare State* brasileiro, como na maioria dos países latinos, se diferencia pelo:

Financiamento regressivo do gasto social e uma hipertrofia burocrática que eleva em muito o custo operacional e favorece a manipulação clientelista. Um *Welfare State*, em síntese meritocrático-particularista fundado na capacidade contributiva do trabalhador e um gasto público residual financiado por um sistema tributário regressivo. Um sistema não-redistributivo e montado sobre um quadro de grandes desigualdades e de misérias absolutas (KORNIS, 1994, p. 58, apud FIORI, 2001, p. 10).

No Brasil, percebe-se que o orçamento público se caracterizou e continua sendo “[...] financiado pelos mais pobres e trabalhadores e apropriados pelos ricos” (SALVADOR, 2010b, p. 617). Destarte, é possível afirmar que o fundo público no Brasil procurou atender aos ditames do capital.

Enquanto isso, em diversos países, especialmente naqueles situados no norte da Europa, com os governos sociais-democratas ou de partidos alinhados aos princípios do socialismo, as políticas sociais¹³, antes restritas a grupos fora do mercado de trabalho ou “inválidos”, foram universalizadas.

Estas encontravam-se sustentadas no princípio da desmercadorização, que consiste na “[...] possibilidade de a política social permitir aos cidadãos o atendimento de suas necessidades por uma questão de direito social, e não de mérito individual, vinculado ao trabalho” (PEREIRA, 2009, p. 191).

¹³ A política social se caracteriza pela intervenção na realidade social, perpassando as contradições inerentes a formação social do capitalismo. Pereira (2011a, p. 171-172) ressalta que esta se refere à política de ação que visa, mediante esforço organizado e pactuado, atender as necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea, e requer deliberada decisão coletiva regida por princípios de justiça social que, por sua vez, devem ser amparados por leis impessoais e objetivas, garantidoras de direitos. Assim, as políticas sociais têm como função atender as necessidades humanas dos indivíduos, materializadas pelas políticas públicas nos programas, projetos e serviços sociais (PEREIRA, 2009).

Os gastos sociais com os serviços de saúde, educação, previdência, esporte etc., eram considerados como antivalor ou antimercedorias sociais¹⁴, “pois sua finalidade não é a de gerar lucros, nem mediante sua ação dá-se a extração da mais valia” (OLIVEIRA, 1998, p. 29). Ou seja, as políticas sociais que concretizam direitos de cidadania¹⁵ em si não geram valor (diretamente), pois tratam de um salário indireto que atende (parcialmente) as necessidades humanas e não origina acúmulo.

Faz-se necessário destacar as necessidades humanas (ou sociais) básicas, a saber: saúde física e autonomia. Estas são universais e objetivas, independem das escolhas, desejos, compulsões ou contexto cultural (PEREIRA, 2011b).

De acordo com Junior e Pereira (2013, p. 55):

A saúde física é essencial para alguém viver, ser capaz de agir e de participar socialmente. Trata-se da mais básica das necessidades humanas; ou, conforme Marx, do “[...] primeiro pressuposto da existência humana e, portanto, de toda a história [...]” (MARX; ENGELS, 1979, p. 39-40). Porém, homens e mulheres também necessitam de autonomia de agência, isto é, da capacidade para fazer coisas informadas sobre o que deve ser feito e como proceder para fazer. E mais, necessitam de autonomia crítica – para conhecer, criticar e contribuir para a mudança do meio em que vivem. Este é o mais alto nível de participação social, sem o qual a criatividade, especialmente em tempos de transformações e crises, não poderá ser desenvolvida. Portanto, trata-se daquilo que, havendo negligências no seu atendimento, implicará ameaça real ao exercício do direito à vida humana, para além da sua dimensão biológica.

O contentamento destas se dá por meio das necessidades intermediárias ou “*satisfiers*”, que são relativos, sendo a expressão da realidade onde estão inseridos os sujeitos sociais. Doyal e Gough (1991 apud Pereira, 2011b) destacam onze tipos de necessidades intermediárias, quais sejam: 1) alimentação nutritiva e água potável; 2) habitação adequada; 3) ambiente de trabalho desprovido de riscos; 4) ambiente físico saudável; 5) cuidados apropriados de saúde; 6) proteção à infância;

¹⁴ No presente estudo, preferiu-se adotar o termo “antimercedorias” em vez de “antivalor”, utilizado por Oliveira (1998), pois, considerando que as políticas sociais não estão diretamente envolvidas com a lógica do valor, mas, indiretamente, estas se integram. Portanto, o termo “antimercedoria” é utilizado no sentido de que hegemonicamente as políticas sociais não são vistas na perspectiva mercantil.

¹⁵ Faz-se importante destacar a compreensão do termo “cidadania” como “fruto de um desenvolvimento sócio-histórico, posto que “[...] não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração” (COUTINHO, 2005, p. 2).

7) relações primárias significativas; 8) segurança física; 9) segurança econômica; 10) educação apropriada; e, 11) segurança no planejamento familiar, na gestação e no parto (PEREIRA, 2011b).

Faz-se importante ressaltar que os trabalhadores, mesmo com a posse dos direitos sociais, não possuem as possibilidades para moldar a natureza conforme as suas necessidades, pois, apesar da existência de todas as condições para a plena vida humana, a sociedade é regida pelo capital, onde o homem explora o homem, e o resultado de seu trabalho e as próprias relações entre os seres humanos são transformadas em coisas vendáveis, ou seja, ao valor de uso é acrescido o valor de troca.

Portanto, para não restar dúvidas, quando se discute a questão do atendimento das necessidades humanas no marco do capital, refere-se à geração de políticas sociais que restabelece as condições do trabalhador, para que no processo sócio-metabólico com a natureza, haja condições da criação de produtos para seu uso e para a troca com condições de vida “digna”, mesmo com as imposições do capital.

No marco do capital, é impossível a emancipação humana, pois, mesmo no processo em que o ser humano satisfaz suas necessidades (sejam materiais ou simbólicas), ao mesmo tempo cria novas necessidades e novos objetos de consumo, e quando menos se espera, ele está produzindo um novo objeto, um modo diferente de consumo e uma nova tendência para o consumo (MARX, 1983).

Neste sentido, as políticas sociais são um vetor de mão dupla, mesmo nos países nórdicos, pois, ao garantir melhores condições de vida ao trabalhador, possibilita que este continue a produzir mais e mais mercadorias, para a troca, ampliando a acumulação capitalista e sua subordinação ao capital.

O apoio à implementação de ações assistenciais e protecionistas nem sempre fica confinado aos desprotegidos. “Os patrões têm por vezes concordado em que medidas sociais podem contribuir para a eficiência e para o controle social” (BARBALET, 1989, p. 97).

Deste modo, somente as políticas sociais não são suficientes para tirar os trabalhadores da subordinação aos ditames do capital, ainda que tenha uma significativa importância para a conquista de uma melhor qualidade de vida e para a emancipação política e humana.

Paiva e Ouriques (2006, p.171) apresentam uma síntese da relação entre classes sociais e políticas sociais:

Cabe pensar as políticas sociais para além do horizonte da mera estratégia de acomodação de conflitos ou caridade social. O que requer referencia-las no processo de disputa política pelo excedente econômico real pelas massas historicamente expropriadas, de maneira que as políticas sociais não possibilitem somente reduzir as manifestações agudas da pobreza, através da ampliação dos serviços sociais básicos e do seu acesso.

De fato, não é possível discutir a questão das políticas sociais sem remeter aos interesses e à luta dos trabalhadores e também das frações da burguesia pertencentes ao bloco no poder. A expansão dos direitos sociais ou sua restrição perpassa pelos conflitos e consensos entre as frações das classes sociais.

Se o sistema de proteção social do *Welfare State* garantia na sua fase mais progressista o atendimento (parcial) das necessidades humanas, apesar da coexistência de pauperização relativa e bolsões de pobreza, em especial, na periferia do capitalismo, do lado do capital não faltava benesses (OLIVEIRA, 1998).

Logo, em nenhum momento, o Estado deixou de exercer seu papel de classe. E ainda, a exploração do trabalhador continuava existente por meio da mais-valia relativa ou mesmo com a mais-valia absoluta. Na verdade, tal fato somente deixará de existir quando o capital for superado em todas as relações ali estabelecidas.

Devido ao próprio movimento do capital, não existe qualquer possibilidade do capitalista direcionar sua produção de riqueza para a satisfação das necessidades humanas. Este é o seu limite estrutural, e a superação do modo de produção capitalista somente ocorrerá quando a relação necessidade-qualidade-uso ocupar a centralidade na reorientação da produção e distribuição (MÉSZÁROS, 2011).

O importante da exposição desenvolvida até aqui é o fato de que, conjugado com a acumulação de capital, algumas parcelas da população tiveram acesso a diversos direitos sociais.

Na seção seguinte, tem-se uma discussão sobre o processo de reestruturação do capitalismo que ocorre a partir deste período, e que provocou uma

exacerbada correria para a produção e para o consumo, originando a situação da classe que vive do seu trabalho¹⁶, que piorou continuamente.

1.3. O pós *Welfare State* e a submissão das necessidades humanas aos ditames do capital

O padrão de financiamento do *Welfare State*, a partir do regime de produção fordista, garantiu por pelo menos vinte e cinco anos, a estabilidade e a expansão da acumulação capitalista, devido a três fatores essenciais: a política de pleno emprego, que produziu uma massa salarial que impulsionava a produção e o consumo de bens em grande volume; devido à subordinação das finanças às necessidades da indústria e à manutenção das taxas de câmbio fixo; e, a presença de instituições fortes nos Estados para disciplinar os movimentos do capital privado, tanto para suprir as deficiências setoriais de investimentos, bem como fortalecer a demanda (CHESNAIS, 1996).

Chesnais (1996) argumenta que o “acordo” entre as classes sociais e o grau de soberania das nações assegurou o respeito das multinacionais a determinadas formas de acordos salariais fordistas, além da colaboração para o êxito das políticas econômicas, como, por exemplo, o equilíbrio da balança comercial.

Porém, tal aspecto se desfaz na entrada da década de 1970, e o capital rompe as amarras e combate duramente o fordismo e os princípios econômico-sociais Keynesianos. Desde então, assiste-se à intensificação da exploração do capital sobre o trabalho.

Conforme Behring (1998, p. 159), a longa onda de depressão ou de estagnação iniciada nos anos 1970, que continua até hoje, deve-se à convergência de:

[Crises] clássicas de superprodução, limitadas pela expansão do crédito, que vem perdendo eficácia, em cada pequeno ciclo; contenção brusca dos rendimentos tecnológicos (poucas e marginais

¹⁶ A expressão “classe-que-vive-do-trabalho”, cunhada por Antunes (1999), procura dar validade contemporânea à noção de classe trabalhadora, englobando todos aqueles que vendem sua força de trabalho e incorpora o proletariado industrial, os trabalhadores rurais, os assalariados sem carteira, os trabalhadores por conta própria, os prestadores de serviços etc., até os desempregados, excluindo-se os gestores e altos funcionários de grandes empresas, os detentores de capital que vivem da especulação e dos juros, os pequenos empresários e a pequena burguesia proprietária.

invenções novas); crise do sistema imperialista (mesmo da dominação indireta dos países coloniais e semi-industrializados) crise social e política nos países imperialistas, com ascensão das lutas operárias, em função das políticas de austeridade; e, por fim, crise de credibilidade do capitalismo, enquanto sistema que possa garantir o nível de vida, o pleno emprego e as liberdades democráticas.

Além disso, é possível destacar as duas crises do petróleo, o rompimento do acordo de Bretton Woods¹⁷, a intensificação das fusões e internacionalização das empresas e a hipertrofia do capital especulativo financeiro. A conjunção dos referidos elementos dilacerou o “Estado social”.

É importante ressaltar que as críticas de liberais ou neoliberais ao *Welfare State*, ao seu possível papel “intervencionista”, ao seu tamanho e aos valores gastos com políticas sociais, existiam desde o seu surgimento. Para intelectuais como Hayek¹⁸, o modo de regulação e produção existente levava os indivíduos à servidão e à paralisia do desenvolvimento da sociedade. Neste sentido, estes anotam que o capital precisa de liberdade para se organizar, circular e produzir prosperidade para humanidade.

A corrente de pensamento liberal e a neoliberal não aceitam o uso do orçamento público para o atendimento das necessidades humanas, e tentam “destruir a relação do fundo público com a estrutura de salários, a correção das desigualdades e dos bolsões de pobreza” (OLIVEIRA, 1998, p. 46).

O combate ao *Welfare State* não significa que seja uma luta de frações da burguesia contra a presença do fundo público financiando políticas sociais. Tal ação pode ocorrer desde que atendam às necessidades de reprodução do capital.

É claro, portanto, que o objetivo real do capital monopolista não é a “diminuição” do Estado, mas a diminuição das funções estatais *coesivas*, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um “Estado mínimo”, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é do que um **Estado mínimo para o**

¹⁷O acordo de Bretton Woods definiu algumas regras, além do surgimento de instituições e procedimentos para regular a política econômica internacional. Cada país deveria adotar uma política monetária que mantivesse a taxa de câmbio de suas moedas dentro de um determinado valor indexado ao dólar, que, por sua vez, estaria ligado ao ouro. Ao Fundo Monetário Internacional (FMI) coube emprestar recursos para os países suportarem as crises. Em 1971, os EUA cancelou a conversibilidade direta do dólar em ouro.

¹⁸F. Hayek foi um dos principais pensadores liberais do século XX. Entre seus escritos, destaca-se a obra *Caminhos da servidão*, na qual defende o livre mercado.

trabalho e máximo para o capital (NETTO; BRAZ, 2009, p. 227, grifos do autor).

As medidas para determinados setores – inovação tecnológica, formação de mão de obra flexível e barata e políticas focalizadas de coesão social etc. – sempre foram amplamente incentivadas pelo bloco no poder.

Porém, o novo regime que se instala a partir de 1970, aprofunda tais relações e altera completamente a sociabilidade humana, a organização política, econômica e cultural, a forma de lidar com a natureza, com a construção de conhecimento no modo de atender as necessidades humanas e do capital.

Vale salientar que, quando se discute a questão do atendimento das necessidades do capital, refere-se à sua lógica de sempre buscar a obtenção de mais lucro, acumulação e valorização, independente do que for necessário e das consequências que geradas por tal ação. Conforme Mézáros (2011, p. 800) “o capital não pode ter outro objetivo que não sua própria autorreprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve se subordinar absolutamente”.

No momento contemporâneo, o neoliberalismo, mascarado “por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista” (HARVEY, 2011, p. 16).

Chesnais (1996, p. 301) descreve da seguinte forma o regime atual:

O modo de produção dominante mostra à luz do dia, de forma cotidiana, sua incapacidade de gerir a existência do trabalho assalariado como forma predominante de inserção social e de acesso à renda. Depois de ter destruído o campesinato e a boa parte dos artesãos urbanos, desertificado regiões inteiras, apelado para o exército industrial de reserva dos trabalhadores imigrantes, criado concentrações urbanas desumanas e inadministráveis, ele condena milhões de assalariados e jovens ao desemprego estrutural, isto é, à marginalização, passando facilmente à decadência social. [...] Em segundo lugar, o sistema, pela primeira vez em toda a história, confiou completamente aos mercados o destino da moeda e das finanças. Os governos e as elites que dirigem os principais países capitalistas adiantados deixaram que o capital-dinheiro se tornasse incontrolável, que se ergue em total impunidade “diante do crescimento mundial”. Por fim, os Estados viram sua capacidade de intervenção reduzida a bem pouco, pela crise fiscal, e os

fundamentos de suas instituições solapados a ponto de torná-los quase incapazes de impor qualquer coisa ao capital privado.

No mundo do trabalho, estabelece-se o “pós-fordismo”, um regime flexível da produção, desterritorializado, com produção direcionada pela necessidade criada, com lucro obtido principalmente por meio de incentivos fiscais do Estado ou através de forte investimento em tecnologia e com mão de obra polivalente e qualificada em combinação com a mão de obra não qualificada, espoliada ao máximo.

Neste novo cenário, a classe que vive do seu trabalho perde poder de luta, e a burguesia estimula a fragmentação, o sindicalismo de empresa e de resultados¹⁹, sem contar, com a informalidade, com o trabalho temporário e os baixos salários.

De acordo com Mészáros (2011, p. 824), atualmente:

não apenas piorou o padrão de vida da força de trabalho em emprego formal (para não mencionar as condições de milhões de pessoas desempregadas e subempregadas [...] também reduziu as possibilidades da sua ação autodefensiva como resultado da legislação autoritária imposta às classes trabalhadoras pelos seus parlamentos supostamente democráticos.

Para reduzir, ainda mais, os custos da produção, as empresas buscam as regiões do mundo que possuem legislação trabalhista flexível, com impostos reduzidos e que ofereça incentivos fiscais, provocando o crescimento da desproteção social, o aumento da informalidade e da migração de trabalhadores²⁰.

As populações excedentes não estão mais ancoradas em um lugar, assim como não está o capital. Elas fluem para todos os lugares em busca de oportunidades ou emprego, apesar das barreiras à imigração por vezes colocadas pelos Estados-nação. A força de trabalho cativa dos trabalhadores domésticos, grupos de trabalhadores migrantes na construção e trabalhadores rurais disputam com as populações e os indivíduos locais, que se deslocam em busca de melhores chances de vida (HARVEY, 2011, p. 122).

Apesar do aumento da produção, dos serviços e do consumo, a disjunção da produção de riqueza e das necessidades humanas persiste e se aprofunda. Tal

¹⁹ Como exemplo, tem-se a criação da Força Sindical no Brasil, em 1991, dividindo o movimento dos trabalhadores com um discurso avesso as ideologias e alinhado com o “possibilismo”.

²⁰ Não se pode deixar de fazer referência aos trabalhadores qualificados, que estão empregados e ganham bem (minorias). O regime atual produz a dualidade e a disputa entre membros de uma mesma classe.

período se caracteriza pela acentuação dos processos de exploração da força de trabalho, pela diminuição da presença direta do Estado, do fundo público, com reprodução da força de trabalho, bem como a expansão da penetração das relações mercantis para os diferentes fenômenos culturais da vida humana.

Ou seja, o *modus operandi* do modo de produção capitalista encontra-se em uma fase em que tudo e todos estão diretamente subordinados a suprir as necessidades de produção e reprodução do capital, de uma forma cada vez mais ampliada, pouco importando as consequências para os trabalhadores e para a própria continuidade da vida humana (NEVES; PRONKO, 2010).

Se antes existiam políticas que garantiam direitos de cidadania, com disseminação de políticas como antimercadoria, conforme as características das lutas sociais em cada país, no pós-*Welfare State* esvaziam-se as políticas sociais como antimercadoria, e os direitos do consumidor se sobrepõem aos direitos de cidadania. As necessidades humanas são providas a partir do consumo no mercado, mas o acesso é reduzido a uma parcela que pode pagar. Portanto, no âmbito político, a ofensiva neoliberal provocou mudanças na natureza da intervenção do Estado, ampliando sua ação para o atendimento das necessidades do capital.

O Estado Schumpeteriano e o domínio da fração financeira

De acordo com Mézáros (2011, p. 700), ainda que o Estado permaneça com o seu papel de classe, ao garantir a propriedade e colocar o pobre estritamente à condição de trabalho contínuo, a diferença é que, atualmente, o Estado capitalista:

[...] precisa agora assumir um papel intervencionista direto em todos os planos da vida social, promovendo e dirigindo ativamente o consumo destrutivo e a dissipação da riqueza social em escala monumental. Sem esta intervenção direta no processo sócio-metabólico, que age não mais apenas em situações de emergência mas em base contínua, torna-se impossível manter em funcionamento a extrema perdularidade do sistema capitalista contemporâneo.

No estágio atual do capitalismo, a principal função do Estado é agir como financiador das medidas que garantam a estabilidade econômica e um ambiente favorável aos investimentos e à competitividade empresarial (ARIENTE, 2003).

Neste sentido, as ações de ampliação da acumulação capitalista são amplamente difundidas. O Estado, denominado por Jessop (1998) de Schumpeteriano²¹, atua, por exemplo, no incentivo à inovação, ao empreendedorismo e à qualificação profissional.

A pressão da burguesia sobre o Estado para reduzir os gastos sociais, sobretudo, daqueles que não contribuem diretamente para o controle da taxa tendencial de queda dos lucros, estão maximizados.

A redução direta da presença do Estado na execução das políticas sociais fortalece a burguesia de serviços que, apesar de não possuir o poder econômico da burguesia financeira e industrial, ganha cada vez mais destaque no bloco de poder (NEVES; PRONKO, 2010).

O Estado atual, também, possui um papel importante na manutenção da “paz social”. Para tanto, amplia a focalização das políticas de assistência naqueles que estão (ou ordenam) em situação de risco. Ao mesmo tempo em que tal ação distribui benefícios monetários, também incrementa o lucro do produtor capitalista.

A atuação do Estado Schumpeteriano em favor do setor privado fica mais visível nos momentos de “crise”. Em 2008, os governos de diversas nações, para conter mais uma tensão do modo de produção capitalista – sem dúvida, a mais grave dos últimos anos –, planejavam gastar cerca de cinco trilhões de dólares em pacotes, que incluíam ajuda a empresas privadas, disponibilização de crédito para investidores e consumidores, cortes de impostos e investimentos em infraestrutura²².

Vale salientar que o Estado não apenas oferece as condições para a competitividade capitalista, mas prioriza as estratégias “que criem, reestruturem ou reforcem vantagens competitivas de seu território, de sua população, de seu ambiente, de suas instituições sociais e de seus agentes econômicos” (PEREIRA, 2009, p. 225).

Entre as medidas adotadas sob orientação das ideias neoliberais, estão o fim da barreira de livre circulação de capital e a mudança no modelo de gestão das cidades/nações. Sobre tal questão, vale destacar que as cidades, nos últimos anos,

²¹ Da mesma forma que o *Welfare State* foi buscar em Keynes a sustentação teórica de suas ações, para Jessop (1998) o Estado atual se baliza sob os escritos do economista Joseph Schumpeter, com destaque para as obras *Teoria do desenvolvimento econômico* (1911) e *Capitalismo, socialismo e democracia* (1942).

²² O que já foi feito contra a crise. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/crise-financeira/guia1.html>. Acesso em: 11/11/2012.

intensificaram a oferta de condições fiscais, trabalhistas, logística e segurança, no intuito de atrair capital para seu território. O governo (seja municipal, estadual ou federal):

[...] se torna responsável por garantir força de trabalho em quantidades e qualidades adequadas (incluindo formação profissional, treinamento e docilidade política) em relação à demanda de trabalho corporativo. Embora o aparelho do Estado possa passar a seguir a agenda das empresas em da agenda de trabalho, há ainda um grande interesse em localidades que investem em oportunidades educacionais de alta qualidade (universidades e escolas técnicas), pois isso poderá ajudar a atrair a indústria de alta tecnologia que irá contribuir mais para a base tributaria da localidade (HARVEY, 2006, 60).

Em tal perspectiva, os governantes devem ser prioritariamente conhecedores em gestão e/ou empresários com larga experiência e com resultados positivos no mercado. Nesta lógica, o povo pode escolher e referendar, mas não tem condições de governar (SCHUMPETER, 1984).

Os especialistas no comando dos governos possuem como estratégias: a) o empreendedorismo tanto na gestão como na ideologia de formação do sujeito; b) o ataque ao fundo público para manutenção da financierização da economia, para sustentar a competitividade das empresas nacionais e atrair investimentos estrangeiros; e, c) a privatização das empresas estatais e dos serviços públicos.

A condução das referidas medidas dá-se pela fração financeira, que controla hegemonicamente o Estado, que dita a direção e a forma que se organiza os interesses das diferentes classes e frações de classe no interior do bloco no poder.

O poder da fração financeira é o resultado das transformações no modo de produção capitalista, ou seja, da crescente fusão entre indústrias, bancos e a junção do capital industrial com instituições financeiras (bancos, seguradoras e fundos de pensão), formando oligarquias financeiras transnacionais que determinam a política econômica e social dos países.

As oligarquias ganham muito dinheiro com as especulações, com os empréstimos do Estado, enfim, com as tentativas de reduzir a fórmula geral do

capital de 'D-M-D' para 'D-D'²³. Porém, encoberto pelo fetichismo financeiro, encontra-se a expropriação de mais-valia dos trabalhadores, inclusive, a futura.

Os ricos ficam cada vez mais ricos com os investimentos no mercado financeiro e, conseqüentemente, no aumento dos níveis de exploração sobre a produção. A burguesia financeira investe em ações, pouco importando a situação das empresas (HARVEY, 2011). Os rentistas e donos de capital fictício possuem ganhos sobre o capital “imaginário”, que em um dia vale “X”, e em outro pode valer “-X” ou não vale nada. Assim, nos últimos trinta anos, as finanças passaram a constituir o sistema nervoso do capitalismo (NETTO; BRAZ, 2009).

O Estado, sob o controle da fração financeira, continua com algumas de suas típicas funções, como, por exemplo, o apoio à acumulação e de hegemonia política e controle social. Contudo, no atual estágio do capitalismo, houve uma descentralização de seu poder, em três direções, a saber: a) “para cima”, em direção aos organismos internacionais, grupos dos países ricos que acabam controlando e ditando a circulação de capitais e mercadorias; b) “para baixo”, do Executivo federal para as esferas regionais e locais; c) e, “para fora”, que são as redes horizontais de poder-internacional, regional e entre governos e o “terceiro setor”.

Neste sentido, Jessop (1998, p.33) destaca:

Em primeiro lugar, algumas das funções particulares tecnoeconômicas, estritamente políticas e ideológicas do Estado nacional estão sendo realocadas noutros níveis da organização estatal. Referi-me a este processo como a desnacionalização da condição estatal. Em segundo lugar, algumas das funções particulares tecnoeconômicas, políticas e ideológicas anteriormente ou atualmente desempenhadas pelo Estado nacional têm sido crescentemente partilhadas com, ou totalmente deslocadas para, outros atores políticos, arranjos institucionais ou regimes (paraestatais ou privados). Referi-me a esse processo como o deslocamento do governo à governança. Em terceiro lugar, em consonância com os argumentos do próprio Poulantzas, o contexto internacional da ação estatal doméstica adquiriu um significado maior para os aparelhos nacional, regional e local; e os seus campos de ação para propósitos domésticos se expandiram até o ponto de incluir uma extensa lista de fatores e processos extraterritoriais ou

²³ Trata-se do processo em que o capital passa a privilegiar as atividades centrais, ou seja, aquelas que geram uma maior transferência de valor para seus capitais, na valorização na esfera financeira. Tal fato ocorre, por exemplo, quando um indivíduo de posse de seu excedente passa a emprestá-lo a juros, visando um lucro maior (MARX, 1983).

transnacionais. Todas essas três tendências estão associadas a uma redefinição parcial das funções particulares do Estado.

A presença de instituições supraestatais (FMI e Banco Mundial), os grupos de países do G8 e G20 etc.) desempenham cada vez mais influência no direcionamento dos fluxos de capital e na proteção da acumulação de capital (HARVEY, 2011).

Assim, além dos seus dispositivos próprios, o grande capital vem instrumentalizando diretamente a ação desses órgãos para implementar as estratégias que lhe são adequadas. O poder de pressão dessas instituições sobre os Estados capitalistas mais débeis é enorme e lhes permite impor desde a orientação macroeconômica, frequentemente direcionada aos chamados “ajustes estruturais”, até providências e medidas de menor abrangência (NETTO; BRAZ, 2009, p. 225).

Cabe destacar o papel exercido pelas entidades do chamado “Terceiro Setor” que, no Brasil, com a contrarreforma do Estado na década de 1990, passou a desenvolver funções típicas da administração pública. O mundo das ONGs movimenta mais de US\$ 1 trilhão por ano, aproximadamente 8% do PIB do planeta. No Brasil, que reúne mais de 200 mil organizações e representam R\$ 10,9 bilhões anuais, este segmento possui cerca de 1,2 milhão de pessoas (2,2% dos empregos) e mobiliza milhares de voluntários²⁴.

A desobrigação direta do Estado na execução dos serviços sociais fortalece o setor de serviços, principalmente porque a reestruturação neoliberal, ao diminuir o fundo público aplicado ao financiamento da força de trabalho, passou a disponibilizar um crescente exército de reserva, em contínua luta por condições de empregabilidade.

Portanto, o Estado, sob o controle da fração financeira, descentralizou o poder, privatizou e publicizou os serviços sociais, bem como buscou concentrar o fundo público na reprodução ampliada do capital. As despesas e os investimentos sociais são duramente combatidos, e as frações da burguesia disputam entre si e com a classe que vive do trabalho os recursos públicos.

²⁴ Dados referentes ao período de fevereiro de 2003 a janeiro de 2004. Informação disponível em: <http://www.mackenzie.br/7513.html>. Acesso em: 12/01/2013.

1.4. O fundo público na mira do capital

A ofensiva neoliberal sobre o fundo público se acentuou nas últimas décadas. Este último assume funções cada vez mais centrais, como, por exemplo, a contenção ou amenização das crises cíclicas do capitalismo e em manter elevados os níveis de acumulação.

Convém apontar que o fundo público é formado por contribuições, taxas e impostos da mais-valia socialmente produzida e do trabalho necessário dos trabalhadores²⁵; é composto pelo resultado da exploração do trabalho na produção e da exploração tributária, em especial, das classes populares.

No caso do Brasil, a arrecadação caracteriza-se por ser do tipo regressiva e não proporcional aos ganhos e posses dos cidadãos²⁶. Neste sentido, quem ganha mais paga proporcionalmente o mesmo que um trabalhador assalariado.

No capitalismo contemporâneo, o conjunto da classe trabalhadora e os detentores de capital – estes com mais força, agem através de diferentes formas para que o Estado atenda suas necessidades. As classes lutam para subordinarem o orçamento público aos seus interesses imediatos e de longo prazo.

É importante ser dito que a forma de arrecadação e do gasto dos recursos públicos não tem por base critérios neutros, mas, como pano de fundo, possui a correlação de forças estabelecidas pelos atores sociais²⁷.

Deste modo, quando o capital é coagido, este passa a ter consideração pela sociedade, e parece que tal fato se deu no período do *Welfare State*, uma vez que

²⁵Para a formação de uma noção do tamanho e da importância do orçamento público no Brasil, em 2010, o montante era de mais de 1,8 trilhão de reais; já em 2011, o orçamento fechou no valor de 2,073 trilhões; em 2012, foi de R\$ 2,23 trilhões de reais, dos quais 653,3 bilhões referem-se ao refinanciamento da dívida pública. O volume de recursos confirma o porquê da luta das classes sociais para se apropriarem do referido orçamento. Informação disponível em: www.camara.gov.br. Acesso em: 18/12/2012.

²⁶ Salvador (2010b) demonstra que a tributação pesa em mais de 60% sobre o trabalho. Ademais, 63% da carga tributária recai sobre o consumo, enquanto 29% sobre a renda e 4% sobre o patrimônio (SALVADOR, 2007 apud BEHRING, 2009, p. 50). Em dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1996, aqueles que ganham até dois salários mínimos gastavam 26% de sua renda com pagamentos de tributos indiretos, enquanto famílias com renda superior a trinta salários mínimos pagavam cerca de 7%. No período de 2002 e 2003, respectivamente, os dados revelaram que aqueles com ganho de até dois salários mínimos pagavam 46%, e os até 30 salários mínimos, 16% de tributos indiretos (SALVADOR, 2010a).

²⁷ A título de exemplo, os gastos do período 2004-2007 revelam quem realmente possui influência sobre o orçamento público. De acordo com Salvador (2010b), o montante pago com juros e amortização da dívida equivale a duas vezes o gasto com assistência social, saúde, trabalho, educação, cultura, saneamento, esporte, lazer, reforma agrária e gestão ambiental.

houve um crescimento dos investimentos públicos no atendimento das necessidades de reprodução da força de trabalho e uma menor presença do fundo público na estruturação direta da reprodução do capital.

À medida que não crescia a arrecadação, o padrão de financiamento do *Welfare State* fez com que os países contraíssem crescentes déficits públicos. Como resultado, configurou-se, na visão da burguesia, uma crise associada à produção de bens sociais públicos, e menos “à presença dos fundos públicos na reestruturação do capital, revelando um indisfarçável acento ideológico na crítica a crise” (OLIVEIRA, 1998, p. 24).

Com o referido discurso, as frações da classe dominante responsabilizam os recursos públicos voltados para a reprodução da força de trabalho pelo déficit no orçamento e, conseqüentemente, pleiteiam constantes ajustes fiscais. Dito de outra forma, significa a defesa do aumento dos repasses do fundo público para o capital em detrimento do trabalho.

Ao fundo público, sempre coube um papel estrutural para a expansão do capital.

O que torna o fundo público estrutural e insubstituível no processo de acumulação de capital, atuando nas duas pontas de sua constituição, é que sua mediação é absolutamente necessária pelo fato de que, tendo desatado o capital de suas determinações autovalorizáveis, detonou um agigantamento das forças produtivas de tal forma que o lucro capitalista é absolutamente insuficiente para dar forma, concretizar, as novas possibilidades de progresso técnico abertas. Isto somente se torna possível apropriando parcelas crescentes da riqueza pública em geral, ou mais especificamente, os recursos públicos que tomam a forma estatal nas economias e sociedades capitalistas (OLIVEIRA, 1998, p. 31-32).

O Estado, sob o domínio da fração financeira, diminuiu a presença dos investimentos e gastos na reprodução da força de trabalho, passando a favorecer mais a rentabilidade financeira, especialmente por meio da dívida pública.

Com a financerização da riqueza, os mercados financeiros passam a disputar cada vez mais recursos do fundo público pressionando por destinação de elevados montantes de recursos para a esfera financeira, que passa pela remuneração dos títulos públicos emitidos pelas autoridades monetárias e negociados no mercado financeiro,

os quais constituem importante fonte de rendimentos para os investidores institucionais. Além da transferência de recursos do orçamento público para o pagamento de juros da dívida pública, que é combustível alimentador de rentistas. Neste bojo, também se encontram generosos incentivos fiscais e isenção de tributos para o mercado financeiro à custa do fundo e com fortes implicações sobre o orçamento das políticas sociais, particularmente no caso brasileiro, sobre os recursos destinados à seguridade social (SALVADOR, 2010, p. 59).

A busca desenfreada por superlucros e superacumulação levou as frações do capital a criar diversas formas de aumentar a participação do fundo público no círculo de rotação do capital, seja no tempo de trabalho quanto no tempo de circulação.

Enfim, o financiamento da política social, como forma de retornar a mais valia expropriada dos trabalhadores, está cada vez mais subordinada às necessidades de reprodução do capital, o que obriga os cidadãos a comprar no mercado o benefício da aposentadoria, o seguro saúde, a educação, entre outros.

1.5. A reconfiguração das políticas sociais

Diante das constatações até aqui levantadas, cabe a seguinte questão para se avançar na reflexão: quem sofre as consequências com o Estado a serviço da acumulação de capital? A resposta é óbvia. No caso brasileiro, como na maioria dos países, o ônus recai justamente em quem financia as medidas de acúmulo de capital: os trabalhadores.

O corte nos gastos sociais destitui os direitos sociais e o atendimento (parcial) das necessidades humanas passam a ser satisfeitos no mercado. Mas, como observar melhor tal situação se as políticas neoliberais “provocaram aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho não-qualificados, redução dos salários devido ao aumento da oferta de mão-de-obra e redução de gastos com políticas sociais”? (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 127).

O salário, que antes era liberado para o consumo de bens, agora custeia as necessidades fisiológicas dos seres humanos, e quando sobra, obtém os satisfadores histórico-culturais. A destituição das políticas como direito para atender as emergências do capital vem agravando a situação da população que depende do trabalho para sobreviver.

No contexto contemporâneo, as políticas sociais ocorrem em dois sentidos, a saber: a) serve como amortecedor das tensões sociais, promovendo a coesão social; e, b) atua como moeda, como um mecanismo para impulsionar o crescimento econômico e os lucros dos membros da burguesia. Ambas as ações são funcionais aos interesses de acumulação capitalista.

O Banco Mundial e outros organismos internacionais, nos últimos anos, estabeleceram como parâmetro as políticas de manejo social do risco, nas quais o pessoal do Estado atua mapeando os mais “precarizados” e criando formas de "melhoria social" ou redução da indigência (STEIN, 2006).

O alinhamento das ações governamentais com os ditames do capital geram discursos e práticas que individualizam e responsabilizam as pessoas por serem miseráveis. O discurso neoliberal de autorresponsabilização está impregnado nas consciências e estigmatiza qualquer ação social que não tenha dispêndio de força física dos necessitados. Tal fato se dá com a substituição do Estado democrático de direito (Estado de bem estar social) pelo Estado meritocrático (Estado antissocial), onde os cidadãos se tornam devedores sociais (PEREIRA, 2009).

As medidas de alívio da pobreza são ampliadas, como alternativas ao desmonte de uma proteção intensiva em segurança social. As políticas focalizadas agem de forma a garantir a reprodução do capital, legitimando as desigualdades existentes e amenizando os problemas sociais (PEREIRA, 2011a). As necessidades humanas são rebaixadas ao mínimo²⁸, para diminuir os gastos sociais e aumentar o investimento em setores de acumulação capitalista (PEREIRA; STEIN, 2010).

A redução da política social ao conceito de política de combate à pobreza destitui todas as ações que garantem direitos e provoca uma metamorfose: a prestação de serviços públicos foi substituída pela monetarização de benefícios²⁹.

Tem-se aqui uma alteração da materialização das políticas sociais. Ela se torna ao mesmo tempo apoio ao beneficiário e investimento na circulação de mercadorias. A aplicação do benefício se dá no mercado e, pela incidência de impostos regressivos nas mercadorias

²⁸ Em 2011, o governo abaixou o limite de extrema pobreza para R\$ 70,00 *per capita* por mês. O valor é muito próximo do recomendável pela ONU nos objetivos do milênio: U\$ 1,25 dólar por dia. Já imaginou passar um dia com pouco mais de dois reais, ou seja, quatro ou cinco pães?!

²⁹ No Brasil, o principal exemplo é o Bolsa Família. O programa atende a população de extrema pobreza. Apesar de ser inegável sua importância no cenário brasileiro de desigualdade, é fato que ações governamentais deste tipo dão suporte e reforçam os interesses das frações da burguesia.

(quem menos tem, paga mais), uma parte do benefício retorna ao Estado na forma de taxações. Uma das mãos estende e a outra recolhe. Portanto, a monetarização da política social tende a ser mais uma política econômica com efeito social pela ampliação das condições de consumo. O gerenciamento de políticas monetárias é similar ao da gerência financeira. A relação direta entre o agente institucional e o requerente se dá no momento de preencher cadastros e apresentar documentos. A partir daí, a gestão de cadastros, o banco de dados, a seleção para inclusão e controle de resultados ou condicionalidades ocorrem por ferramentas informatizadas e cartões plásticos (SPOSATI, 2011, p.5).

A monetarização e a inserção das políticas sociais na lógica da acumulação de capital geram para a burguesia mais pessoas para consumir seus produtos, mais pagadores de impostos e mais endividados com os empréstimos e cartões de crédito, além de servirem como um “calmante”.

Portanto, o que se observa com a hegemonia das ideias e práticas neoliberais é o rompimento com os pilares econômico-sociais do *Welfare State* (com a política de pleno emprego e com o princípio da universalidade da proteção social). O fundo público é cada vez mais assaltado pela burguesia, na sua ânsia de ampliar a acumulação. Quanto mais se apropriam dos recursos públicos, mais são os abandonados à própria sorte no mercado – reféns de expropriadores e de um Estado que apenas gerencia a desigualdade. Tudo isto com muita naturalidade ³⁰.

O Estado, sob o domínio da fração financeira, oferta o mínimo aos trabalhadores, em áreas estratégicas na reprodução ampliada do capital, o que obriga as “classes exploradas” a comprar no mercado, a reprodução da sua força de trabalho.

O acesso aos “satisfadores sociais” é restrito àqueles que podem pagar, e neste sentido, cada um vai consumir conforme as suas posses. Aqueles que possuem as melhores condições, em tese, terão um produto de mais qualidade. Por outro lado, têm-se bilhões de pessoas que, infelizmente, não conseguirão atender plenamente as suas necessidades.

Hegemonicamente, é isso que se tem assitido nos últimos anos. No entanto, é preciso lembrar que o Estado não é um bloco monolítico e não é possível

³⁰ De acordo com o BM, em 2008, cerca de 43% da população vivia em estado de pobreza, com menos de U\$ 2 dólares por dia, sendo que 22% eram considerados extremamente pobres, pois tinham que sobreviver com menos de U\$ 1,25 dólar ao dia. Em relação a 2005, os números eram respectivamente 47% e 25% – uma redução pífia. Informação disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/pobreza-mundial-recua-para-1-29-bilhao-revela-banco-mundial>. Acesso em: 18/12/2012.

compreender a sua atuação sem inseri-lo no contexto do modo de produção capitalista.

Conforme Pereira (2009), o Estado não é um invólucro, isolado das relações de classe. Não foi o Estado, *de per si*, que priorizou a primazia da acumulação capitalista, atualmente hipertrofiada, em detrimento do atendimento das necessidades humanas.

O ente estatal condensa os interesses das diferentes classes e frações de classe, conforme a correlação de forças estabelecidas. Assim, devido a sua natureza conflituosa, existe a possibilidade de se ter políticas controversas sendo desenvolvidas, principalmente em momentos de crises, de agravamento da situação dos explorados pelo mundo e de diminuição dos recursos naturais³¹.

³¹ Conforme relatório apresentado pela rede WWF, a demanda humana por recursos naturais chega a 50% do que o planeta pode suportar, e neste ritmo, em 2030, far-se-á necessário uma capacidade produtiva equivalente a dois planetas para satisfazer os níveis anuais da demanda da humanidade contemporânea. Informação disponível em: <http://www.wwf.org.br/?26164/Recursos-naturais-diminuem-em-ritmo-alarmante>. Consultada em: 18/12/2012.

CAPÍTULO 2

DO ESPORTE COMO ANTI-MERCADORIA AO ESPORTE COMO VALOR

No capítulo anterior, nos dedicamos a compreender as transformações dos complexos econômico, político e cultural, com destaque para reorganização da atuação do Estado, que acabou inserindo diretamente as políticas sociais na lógica de produção e reprodução do capital. Na aproximação ao contexto em que se insere o objeto desta pesquisa, apresentamos, brevemente, que a burguesia para manter e ampliar os níveis de acumulação expandiu as relações mercantis para os diferentes setores da vida humana e vem estabelecendo diferentes estratégias de subordinação do fundo público as suas necessidades.

Agora vamos fazer um trajeto semelhante, mas olhando para as singularidades e particularidades do campo esportivo. O esporte como um fenômeno social, construído a partir das relações dos seres humanos foi se modificando conforme as mudanças no modo de produção capitalista.

Muitas das modalidades esportivas que hoje são consumidas como espetáculo, no início do século XX, ocupavam um lugar de destaque na imprensa escrita e no rádio, todavia se balizavam sob o princípio do amadorismo. O mercado esportivo ainda era incipiente e o Estado incentivava a prática esportiva com um viés nacionalista, como forma de disciplinamento e controle do tempo livre do trabalhador.

Na “Era de Ouro” do capitalismo (fim da segunda guerra mundial até meados de 1970) o Estado amplia as políticas esportivas, populariza e massifica o esporte. Da mesma forma ocorre um crescimento da profissionalização, impulsionado pelas transmissões da televisão. A formação de um mercado de consumo de massa e uma próspera indústria do entretenimento contribuiu para o desenvolvimento da forma esporte-espetáculo. Porém, até a década de 1970 não se tinha uma hegemonia desse modelo esportivo.

Contudo, a reestruturação do capitalismo potencializou a mercantilização do esporte e em torno dele formou-se um mercado mundial de produtos, de serviços e de eventos.

É esta dinâmica (rapidamente antecipada) que pretendemos examinar neste capítulo. Acreditamos que isso seja importante para compreendermos a agenda e as políticas esportivas contemporâneas, bem como os Jogos Rio 2016, para além de suas aparências.

Portanto, neste momento a nossa tarefa é entender o processo de ascensão, expansão e mercantilização do esporte, considerando as relações sociais e transformações da ordem do capital apontadas no capítulo anterior.

Este capítulo se divide em cinco seções que se articulam. A primeira demonstra o desenvolvimento do “mundo esportivo”- os momentos de ascensão, expansão e inserção na lógica do valor. A segunda discute as políticas de esporte na formação social brasileira. A terceira apresenta, brevemente, os determinantes da mercantilização do esporte. Na quarta expõe o processo de mercantilização do esporte no Brasil, no período da avalanche neoliberal. E na última apresentamos algumas características do esporte-mercadoria num contexto mais amplo.

2.1. O Esporte como não mercadoria

Para o entendimento do processo de mercantilização do esporte é importante perceber a distinção entre profissionalismo e amadorismo no âmbito de sua constituição e disseminação pelo mundo.

O esporte surge no seio da sociedade inglesa, a partir da sistematização pela burguesia dos componentes da cultura corporal das camadas populares e da nobreza no século XVIII (BRACHT, 2005). E, como um símbolo do modelo de vida burguês, se alastra como um incêndio pelo mundo (HOBSBAWN, 1988).

Na medida em que os princípios liberais se difundiam e ampliavam a industrialização nas nações do ocidente, o mundo esportivo se transformava e apresentava as seguintes características: hierarquia, disciplina, racionalização, competição, rendimento físico-técnico, recorde, burocracia e normas universais (BRACHT, 2005).

Na virada do século XIX para o século XX, a oposição entre práticas pertencentes à aristocracia e burguesia, se contrapunha a práticas esportivas de rápida popularização, passíveis de serem influenciadas pelos valores mercantis. “Essa polaridade espelhava-se na confrontação de modalidades enfaticamente

amadoras (como o *cricket*, o tênis e o remo) com modalidades que se prestavam para o espetáculo popular e o profissionalismo (como o beisebol, o boxe e o futebol inglês)” (PRONI, 1998, p. 62).

Em meio à profissionalização e a espetacularização de alguns esportes, a nobreza dos países do velho continente, a partir do discurso idealista do Barão Pierre de Coubertin criam os Jogos Olímpicos da era moderna.

Os jogos representavam uma maneira de promover (ou resgatar) os nobres valores de uma época pré-moderna; um momento de “consagração do culto da prática atlética no mais puro espírito do verdadeiro esporte”; e, nessa condição um evento cultural destinado às elites [...] Coubertin procurava, de fato, manter o esporte umbilicalmente ligado a um ideal aristocrático, o que estava implícito na defesa do amadorismo, e ao mesmo tempo associar a prática esportiva a um modelo burguês de educação. Não por acaso, as modalidades inicialmente escolhidas foram o atletismo, o ciclismo, a esgrima, a ginástica, o levantamento de peso, a luta, a natação, o tênis de campo e o tiro (PRONI, 1998, p. 63).

A defesa do amadorismo, também se confirmava na gestão das modalidades esportivas. A maioria das entidades eram essencialmente amadoras mesmo que existisse o profissionalismo entre os atletas (PRONI, 1998).

Nas primeiras Olimpíadas, os principais impérios estavam envolvidos em disputas políticas e econômicas, o que acabou também se estendendo para o esporte. As conquistas nas lutas, na corrida, nas piscinas e no campo significavam a superioridade de um povo sobre o outro.

Vale lembrar que o esporte já ocupava um lugar de destaque na imprensa escrita e o surgimento do rádio na década de 1930, também impulsionou o desenvolvimento do profissionalismo e da cultura esportiva de massa.

Com a entrada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1952, na olimpíada realizada na cidade de Helsinque/Finlândia, as disputas ficam mais acirradas, culminando com o aumento da presença de atletas profissionais no evento.

A divisão (quase total) do mundo entre o bloco socialista liderado pela URSS e o bloco capitalista capitaneado pelos Estados Unidos da América (EUA) influenciou diretamente a formação do campo esportivo.

Os Jogos Olímpicos foram manipulados como mais uma forma de demonstração de poder político e força social. As medalhas passaram a ser contadas como pontos a favor de seus respectivos regimes [...]. As competições esportivas tornaram-se uma das manifestações públicas de maior divulgação desse conflito. Grandes nações obviamente deveriam produzir grandes atletas que demonstrariam ao mundo o verdadeiro potencial de construção de domínio de uma ordem mundial binária (RUBIO, 2010, p. 62).

Se até o fim da II Guerra Mundial, especificamente, no período denominado por Hobsbawm (2003) de “Era da Catástrofe” (de 1914 a 1945, ou seja, da primeira guerra ao fim da segunda guerra mundial) o esporte buscava se afirmar no contexto das políticas desenvolvidas pelo Estado, nos anos seguintes, do *Welfare State*, período chamado por ele de “Era de Ouro” (pós-segunda guerra até 1973), não há dúvida que o Estado aumentou os recursos para as políticas de massificação e de popularização do esporte, bem como ampliou o investimento no esporte de alto rendimento.

A expansão do esporte pelos diversos continentes, por intermédio de políticas de massificação se constituía numa estratégia da burguesia, por meio do Estado, de controlar e moldar o tempo livre dos trabalhadores, bem como em recuperá-lo para o trabalho. Além disso, os gastos com o esporte de rendimento visavam à formação de novos atletas que pudessem representar o país nas competições internacionais.

Mas o esporte não cumpria apenas as funções de disciplinamento e de projeção internacional das nações; aos poucos também criava um estilo de vida *esportivus* que requeria uma indústria de produtos, serviços e espetáculos, que começa a se expandir a partir de meados do século XX (PRONI, 1998).

Porém, a forma não mercantil no período da guerra fria era hegemônica e na década de 1960 vários estados nacionais, especialmente do velho continente desenvolveram a campanha “Esporte Para Todos”. Ela buscava conscientizar as pessoas para a prática esportiva, o que rompia com as noções anacrônicas de que esporte era algo das elites e de pessoas com biótipo favorável.

Para Tubino (2010, p. 4), o ponto alto de reconhecimento do esporte como um fenômeno sócio-cultural que deve ser tratado pelo Estado por meio de políticas públicas ocorre quando a Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (UNESCO), através da Carta Internacional da Educação Física e Esporte de 1978, e o Comitê Olímpico Internacional (COI), por meio da Carta

Olímpica, reconhece a prática esportiva como um direito de todos. A partir de então “todos os países passaram a incorporar o direito às atividades físicas nas suas políticas e constituição” (TUBINO, 2010).

No entanto, isso não significa dizer que houve uma garantia formal e nem que existiram as condições necessárias para o desenvolvimento do esporte como um direito social balizado pelo princípio da universalidade. Ainda que a presença do esporte no ordenamento legal das nações seja uma conquista, o uso utilitarista e assistencial se sobrepôs na maioria das vezes, e impedia qualquer tentativa de implementação de políticas de esporte como direito de todos (LINHALES, 1996).

Aliás, neste momento histórico, em que emergem os documentos citados por Tubino (2010), já havia traços marcantes no mundo esportivo que sinalizava não para a sua democratização, mas para a sua elitização, especialmente na forma de consumo de espetáculos esportivos.

Isto se confirma se observarmos que, após a segunda guerra mundial, há um processo de profissionalização e espetacularização do esporte, impulsionado pelas transmissões pelo rádio e posteriormente pela televisão das competições esportivas, pela formação e expansão de um mercado de consumo de massa e um acirramento nas disputas entre os países, especialmente nos Jogos Olímpicos.

Para Proni (1998, p. 98), “a partir dos anos oitenta, uma lógica eminentemente capitalista (baseada no monopólio dos direitos de exploração e nas expectativas positivas de expansão do setor econômico) se tornaria cada vez mais presente na organização do esporte-espetáculo”. Assim, ainda que os países tenham incorporado na legislação o esporte como direito, isso ocorre em um momento em que as relações sociais, econômicas e políticas apontam para um cenário de desobrigação da execução direta do Estado dos serviços sociais, bem como para um modo de vida em que a mercantilização se expande por todos os fenômenos da nossa cultura.

É neste momento, por exemplo, que João Havelange, após ser eleito para presidente da Federação Internacional de Futebol (FIFA), em 1974, atrai para o projeto de *marketing* da entidade grandes grupos empresariais como a Adidas e a Coca-Cola, com objetivo de angariar fundos e expandir os negócios relacionados ao futebol para novos mercados (PRONI, 1998).

Em suma, se até meados dos anos 1970, a disseminação do esporte no seio da sociedade estava mais relacionada às questões sociais, produtivas e políticas do que mercantis, desde então mediado por um sistema próprio e dominante da divisão social do trabalho, “sofre um profundo e avançado processo de reificação na medida em que as relações entre os sujeitos sociais que o produzem e reproduzem perdem sua magnitude. Assim, o que passa a se impor, na sua forma imediata, são as relações entre “coisas” [...]” (PENNA, 2011, p. 156).

O processo de reestruturação do capitalismo, que modifica diversos aspectos da vida humana, bem como a presença da televisão e da profissionalização tanto dos atletas como da gestão dos negócios esportivos, caso especial dos Jogos Olímpicos, acaba influenciando na inserção do esporte na lógica de produção de valor. Neste sentido gera lucro para a burguesia por meio de patrocínios, de bilheteria, da venda de imagem e da posse dos atletas e demais profissionais ligados ao mundo do esporte.

O campo esportivo torna-se templo de produção e de circulação de capital excedente, de disputa entre grandes marcas, ligadas diretamente (ou não) ao mundo esportivo e parte do processo de produção, sendo os atletas propriedades privadas de clubes e/ou acionistas, ou seja, meros trabalhadores a serem explorados.

Portanto, estamos descrevendo a passagem de um fenômeno elitizado, como símbolo da burguesia que posteriormente foi amplamente massificado pelo Estado, com suas particularidades, que atendia a necessidades dos trabalhadores, ao passo que disciplinava, garantia a melhor forma física para o trabalho e internalizava o sentimento patriótico na população com as conquistas esportivas, conjugado recentemente aos processos de automação e de mercantilização.

Vale salientar que o processo de abertura do esporte para o mercado, não elimina as políticas esportivas como atividades de lazer (principalmente pela sua capacidade de colaborar para a “paz social” e para a formação de novos consumidores esportivos), todavia está subordinada à lógica do esporte de rendimento-espetáculo (com capacidade de gerar mais riquezas e bonanças para os

membros das entidades esportivas e para os setores do mercado que estão envolvidos)³².

Mas não avancemos, ainda, no processo de mercantilização do esporte. Em um movimento de idas e vindas, vamos olhar para a realidade nacional e identificar como a nossa formação social tratou o esporte e, posteriormente, adentremos na subsunção real do esporte ao capital, apresentando os determinantes e as expressões hegemônicas do esporte como valor.

2.2. Desenvolvimentismo(s) e as políticas de esporte no Brasil

Para melhor compreensão da intervenção do Estado no campo esportivo no Brasil, recorre-se à estratégia de periodização. Apesar dos limites deste artifício, dividimos em três momentos: A Era Vargas (1930-1945), o Regime Democrático (1946-1964) e a Ditadura Militar (1964 a 1985). Num primeiro momento apresentamos os aspectos políticos, sociais e econômicos e na sequência a política de esporte.

A ascensão de Getúlio Vargas³³ ao poder ocorre após a crise do capital em 1929, que alterou a correlação de forças entre as frações da burguesia no país. As oligarquias agroexportadoras cafeeiras ficaram vulneráveis e as demais frações aproveitaram a oportunidade para se inserir no bloco de poder. “Assim, chegam ao poder político outras oligarquias agrárias e também um setor industrialista, quebrando a hegemonia do café e com uma agenda modernizadora” (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 105).

De forma combinada estas frações conviveram no interior do Estado. Oliveira (2011, p. 60) sintetiza da seguinte maneira:

³² Uma característica do processo de mercantilização do esporte é a diferenciação do esporte, por um lado, como esporte de rendimento ou espetáculo e por outro, esporte enquanto uma atividade de lazer. O primeiro se organiza dentro das regras do mercado e possui: a) um sistema de gratificação; b) os meios de comunicação como co-organizadores; c) uma massa consumidora; d) um pequeno número de atletas que têm o esporte como ocupação; e) um sistema próprio de busca e formação de talentos financiado pelo Estado. O esporte enquanto uma atividade de lazer, que a constituição federal de 1988 subdivide em esporte participação e educacional, se integra ao conjunto das demais políticas sociais, para satisfazer as necessidades humanas dos sujeitos sociais, e não deve ser pautado pelo esporte de rendimento, senão estará a serviço do modelo esportivo piramidal, mercantil (BRACHT, 2005).

³³ Após golpe de Estado em 1930, Vargas revoga a constituição de 1891 e passa a governar por decretos. Contudo em 1937 é promulgada uma nova Constituição, que deu início ao chamado “Estado Novo” ou ditadura Vargas. Esse Estado vigorou até 1945, quando foi deposto. Em 1950 ele volta “nos braços do povo” e governa, sob regime democrático, até 1954, ano que se suicidou.

A expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para fins de expansão do próprio novo.

Entre a modernização mais acelerada e os interesses dos senhores proprietários de terra, prevaleceu:

[...] uma acomodação intermediária, na qual se barganhava certa contenção da heteronomia nos níveis econômicos e técnicos, ao lado de uma contenção do mercado interno moderno, neutralizando as vantagens econômicas da criação de um Estado nacional (BEHRING, 2008, p.76).

A integração dialética entre os interesses das frações da burguesia passava pela submissão dos trabalhadores aos seus interesses. A burguesia de Estado estabeleceu marcos regulatórios para os trabalhadores urbanos que garantiam serviços públicos, proteção trabalhista e salário de subsistência. Concomitantemente conquistou o apoio das classes populares urbanas e fornecia às indústrias uma força de trabalho excedente, migrante do campo.

A acomodação das frações do bloco no poder, associada às políticas populistas, com expansão gradual, fragmentada e corporativista dos direitos sociais, possibilita a Getúlio Vargas construir uma nova ordem político-social, centralizando as decisões e controlando a atuação da sociedade civil. Assim:

[...] verifica-se a existência de um Estado corporativizador da ordem social, que pressupõe a intervenção do Estado na dinâmica e no funcionamento das entidades civis, superpondo o público ao privado em nome de uma suposta harmonia social (STAREPRAVO, 2011, p. 187).

Na Era Vargas, inicia-se o chamado nacional-desenvolvimentismo, com um forte crescimento do parque industrial, com capital nacional. O Estado ocupou na época um papel central no desenvolvimento e no crescimento econômico do país.

Outro aspecto que se deve evidenciar, deste momento histórico, é o estabelecimento dos primeiros elementos do sistema de proteção social brasileiro. Os trabalhadores tiveram importantes conquistas, concretizadas na Consolidação da Legislação Trabalhista (CLT).

Getúlio Vargas é deposto pelos militares em 1945 e de 1946 a 1964 vigora no país um curto Regime Democrático, mas sem alternância na hegemonia de classe na condução do Estado.

Eurico Gaspar Dutra é eleito em dezembro de 1945 e governa o país de 1946 a 1951. Com o fim da segunda guerra mundial e a recomposição dos países, especialmente dos Estados Unidos, iniciou-se no Brasil e demais países da América Latina “um processo de integração de importantes setores da indústria destes países no circuito internacional do capital” (SINGER, 1989, p. 48).

Este processo se inicia no governo Dutra, continua no governo de Getúlio Vargas (1951-1954)³⁴ e se aprofunda na gestão de Juscelino Kubitschek. A abertura do país para o capital estrangeiro ocorre principalmente a partir deste governo, deslocando parte da produção nacional para os produtos de bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos e automóveis (SOUZA, 2011).

Segundo Draibe (1985), o período de 1945 a 1964, representou o momento final da construção de sólidas bases para a industrialização da nação. Em 1956 o setor agrário perde espaço e a fração industrial da burguesia se torna hegemônica no bloco no poder com maior participação no PIB.

A adoção de políticas mais flexíveis no que tange à economia e à política cambial refletia a adesão do país ao liberalismo econômico. A dinâmica da industrialização tornou-se cada vez mais associada ao movimento de expansão nacional e crises do capital internacional, ampliando a sua dependência ao capital estrangeiro.

A hegemonia da burguesia no campo político - com os governos populistas³⁵ e pseudodemocráticos - e econômico não significou o arrefecimento das lutas entre as classes sociais. O crescimento da acumulação capitalista, com as altas taxas de

³⁴ Getúlio Vargas, na sua segunda passagem pela presidência criou diversas estatais, como: Petrobras, Eletrobrás, empresas dos setores de mineração e siderurgia, bem como criou instituições credoras, tais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) e o Banco do Nordeste do Brasil.

³⁵ São considerados populistas pelas supostas melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora e pela centralização das decisões e do poder na figura do Presidente.

inflação e endividamento externo, limitava os ganhos salariais dos trabalhadores. Assim, estes intensificaram as mobilizações e os pleitos por reforma de base.

Com a extensão das reivindicações, a conscientização e a luta dos trabalhadores pela melhor distribuição da renda e após o governo de João Goulart³⁶ divulgar o programa de reforma de base, com itens como a reforma agrária, o capital internacional e as diversas frações da burguesia nacional uniram-se aos militares e, a partir de 1964, o país volta a viver sob uma ditadura.

No período da Ditadura Militar, a política de internacionalização da economia brasileira continuou se aproveitando da necessidade de o capital se expandir para novos mercados. Os militares conseguiram controlar a inflação através do congelamento dos salários dos trabalhadores e a economia voltou a crescer com a política liberal de crédito.

O crescimento econômico do país ocorre “[...] após vários anos de recessões, com baixa utilização da capacidade produtiva, taxas relativamente altas de desemprego e custo reduzido da mão-de-obra de pouca qualificação” (SINGER, 1989, p. 61).

O governo militar ampliou a capacidade de investimento das empresas estatais, incentivou a industrialização, estimulou o consumo e aumentou o investimento nas políticas sociais, porém subordinadas ao crescimento econômico.

Destaca-se que a ampliação da proteção social configurou-se como uma resposta ao agravamento da situação dos desprotegidos, aos baixos salários e ao endurecimento do regime com a censura e a perseguição aos opositores³⁷. E o chamado “Milagre Econômico” custeado predominantemente com recursos estrangeiros ampliou a disparidade de renda.

Houve um agravamento de todo o quadro social no país, algo em teoria incompatível com a visível elevação da riqueza nacional. De fato, segue uma interpretação do que teria sido o milagre econômico brasileiro: um intenso crescimento da acumulação capitalista beneficiado por altíssimas taxas de lucros resultantes da compressão dos salários dos trabalhadores, de maneira tão exagerada, que

³⁶ Jânio Quadros é eleito em 1960 para presidente e, como vice-presidente, foi eleito João Goulart. Após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, João Goulart governa o país até 1964, quando é deposto.

³⁷ O período de maior intervenção militar na sociedade civil: 1968, quando é instituído o Ato Institucional número cinco (AI-5), até o fim do governo Médici, 1974.

chegou a ameaçar a continuidade do processo de crescimento (SINGER, 1989, p.37).

Portanto, a ditadura militar reedita a modernização conservadora mantendo o caráter compensatório, seletivo, fragmentado e setorizado da política social brasileira, e restringe os direitos civis e políticos (BEHRING E BOSCHETTI, 2011).

Políticas de esporte

Em consonância com o cenário traçado, o esporte se inseriu no conjunto das políticas sociais desenvolvidas pelo Estado brasileiro e, apesar de não configurar nos ordenamentos como um direito social, foi objeto de atenção, de diferentes formas, ao longo da formação social do país.

Na Era Vargas, o Estado realizou dois movimentos:

Por um lado, o setor esportivo sofreu forte intervenção do poder público, nos moldes do que identicamente aconteceu em vários setores da vida social. Por outro lado, o esporte, no conjunto das práticas corporais de movimento, foi também utilizado pelo Estado como estratégia e como suporte do processo de ordenamento da sociedade nos moldes de seu projeto político-ideológico. Esse projeto associava a idéia de nação a uma totalidade orgânica, harmoniosa, capaz de superar as contradições e conflitos que porventura existissem entre suas partes (LINHALES, 1996, p. 75).

A ampliação das ações do Estado no âmbito do esporte e da Educação Física buscava forjar um novo homem e uma sociedade harmônica, coesa e racialmente única³⁸. Deste modo, com interesses higienistas, eugenistas e nacionalistas o Governo Vargas se aproximou do esporte.

Os interesses de Vargas sobre o esporte vinham crescendo à medida que seu projeto de nação se estruturava e que se percebia o poder que o esporte tinha junto à juventude e às massas. Desde cedo em seu governo, Vargas mostrava interesse com a formação da identidade nacional, assim como a formação da juventude do país. Nesse sentido, o esporte foi uma das ferramentas utilizadas pelo governo na consolidação de uma imagem do homem brasileiro e na

³⁸ Nas Constituições Federais de 1934 e 1937, o Estado toma para si a incumbência da formação intelectual, moral higiênica e eugênica da sociedade, especialmente da juventude.

preparação da chamada “raça” brasileira e seu aperfeiçoamento pela prática esportiva (MELO, 2009, p. 233)

A materialização do esporte na ossatura do Estado possui como marco a criação, em 1937, por intermédio da Lei nº. 378, da Divisão de Educação Física no Ministério da Saúde e Educação, posteriormente deslocada para o Ministério da Educação e Cultura. Sendo este o primeiro órgão estatal relacionado ao esporte, com função administrativa para a área de Educação Física, dirigido até 1970 por militares (SOUZA, 2011).

Em 1941, o esporte passa de fato a fazer parte da agenda pública brasileira com o Decreto nº 3.199, tendo o Estado o papel de *disciplinar* e fiscalizar a organização e a prática esportiva no país³⁹.

O Governo, com o Decreto, cria o Conselho Nacional dos Desportos (CND), órgão com plenos poderes de permitir a abertura e o fechamento de entidades esportivas, de destituir e de nomear interventores. Assim, as entidades ligadas a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) e ela própria, se configuram como mais um braço do bloco no poder na sociedade civil.

As organizações esportivas estavam sob a tutela do Estado, seja pela vinculação financeira, seja pela normativa. Elas atuavam conforme os interesses do governo e, em troca, conquistavam o direito de existir, e assim como os dirigentes, tinham suas necessidades e interesses atendidos.

O Decreto deixa claro, nos arts. 48 e 50, a proibição de qualquer ação das associações esportivas que vise lucro ou empregue capital de qualquer forma. Acrescenta-se que os membros das organizações esportivas também não poderiam de forma alguma receber remuneração pela função exercida.

A promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943, forneceu mais fôlego para as políticas esportivas desenvolvidas pelo Estado. A conquista dos trabalhadores, de direito a férias e descanso remunerado, entre outros direitos, exigiu do governo a ampliação das ações de disciplinamento e regeneração para o trabalho, durante o tempo livre dos operários.

³⁹ A existência de mais de uma confederação dirigindo uma mesma modalidade esportiva levou Vargas a intervir no campo esportivo. A presença de diferentes entidades gestoras havia causado problemas nas competições em que o país tinha representante; a partir de então o governo estabeleceu uma organização para o esporte semelhante à política partidária. Desde então temos verdadeiros feudos e cada vez com mais poderes e influência sobre o pessoal do Estado.

O aumento do número de trabalhadores nas fábricas e a constante luta pela redução da jornada de trabalho também influenciou a criação de dois aparelhos privados de hegemonia, o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC), que ofereciam atividades recreativas para os trabalhadores (MELO, 2009).

Cabe observar que a intervenção do Estado no esporte em favor da reprodução da força de trabalho também é uma conquista dos trabalhadores. Assim, a criação de parques; os jogos estudantis; as colônias de férias; o investimento na educação física e no desporto universitário; os serviços de recreação operária, entre outros, atendem às necessidades dos trabalhadores.

As conquistas nas competições internacionais eram utilizadas pelos governos como forma de controle social e símbolo de sucesso do país. Se a derrota para o Uruguai na final da Copa do Mundo de Futebol de 1950 significou comoção dos apaixonados por este esporte, o bicampeonato mundial de futebol (1958 e 1962) e de basquetebol (1959 e 1963), as conquistas de Maria Esther Bueno no tênis, de Eder Jofre no boxe, e as conquistas internacionais do Santos de Pelé e de Coutinho em 1962 e 1963, foram apropriadas pelo governo como um retrato do desenvolvimento do Brasil. A dita modernização do país tinha nas práticas esportivas um dos seus principais elementos de manifestação (LINHALES, 1996).

A ditadura militar não modificou a atuação do Estado e, também, apropriou-se das conquistas esportivas, caso da Copa do Mundo de futebol de 1970, e ampliou os programas de massificação do esporte, como mecanismo de disciplinamento, de recuperação da força física do trabalhador e como forma de ampliar a base para descobrir novos ídolos.

Os militares, dando seguimento à herança “intervencionista” do governo Vargas, inovaram no setor ao estabelecer diversos planos, programas, projetos e diretrizes. São exemplos de legislações, além da Lei nº. 6.251/1975, o Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil; a criação da Loteria Esportiva, principal fonte de recursos financeiros para os programas de Educação Física/Esportes, também em 1969 (LINHALES, 1996; PRONI, 1998).

Em 1969, o governo torna a educação física obrigatória em todos os cursos superiores. O conteúdo central deveria ser o esporte, “A tese fornecida era a de que

as atividades esportivas poderiam substituir as vivências culturais que pudessem descambar para militância estudantil contra a ditadura” (MELO, 2011, p. 97).

No ano de 1970, foi criado no Ministério da Educação, o Departamento de Educação Física e Desportos (DED). Este órgão torna-se central na implementação de ações no setor esportivo, pois tanto a Educação Física como o esporte passam a ser coordenados pelo mesmo pessoal do Estado.

De acordo com Linhales (1996, p. 139), “a partir dessa fusão, a Educação Física apresenta-se como base de um sistema piramidal construído para o esporte, cujo estágio superior seria o esporte de alto rendimento, expressão da grandeza nacional”.

Em 1975, é formulada a nova Lei (nº. 6.251) do setor esportivo, regulamentada em 1977 pelo Decreto nº. 80.228. Para Manhães (2002), não houve mudança substancial em relação ao decreto anterior, apenas alterações periféricas. Proni (1998) expõe que o novo marco ampliou os poderes do CND e Castelanni Filho (2008, p.135) diz que as alterações reproduziram “[...] os parâmetros de 1941 e os modernizou tão somente naquilo que se fazia necessário para o atendimento dos interesses do campo do marketing e do campo do esporte classista”.

A despeito das análises que se aproximam e se distanciam em alguns aspectos, o novo ordenamento estabeleceu além dos recursos das loterias, uma dotação orçamentária para o desenvolvimento do esporte, especialmente de alto rendimento, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, do reembolso de financiamento de programas ou projetos desportivos, receitas patrimoniais, doações e legados e outras fontes (LINHALES, 1996).

Este ordenamento legal determinou a criação do II Plano Nacional da Educação Física e Desporto que fora lançado em 1976, e ficou em vigor até 1979. A partir dele, o Estado implementou de fato a campanha “Esporte Para Todos” (EPT), que teve como função: incentivar a prática de atividade esportiva e conscientizar da importância de ocupar o tempo disponível com atividades saudáveis (MELO, 2011).

É preciso notar que o Estado continua a ser o protagonista na orientação, no financiamento e na gestão do esporte. Entretanto, tem-se duas mudanças significativas no setor: a) diante das dificuldades de organizar o futebol brasileiro e da necessidade de estruturar as demais modalidades olímpicas, ficou claro para o

governo que era preciso modificar a lógica de organização do esporte nacional; a CBD, sozinha, não estava dando conta; assim, em 1970, é extinta, e para cada modalidade esportiva, é criada uma confederação, vinculada ao COB; b) a Lei nº. 6.251/75 possibilita a abertura formal para as empresas privadas poderem organizar competições e financiar as entidades esportivas, equipes e eventos (STAREPRAVO, 2011).

Portanto, a partir dos anos 1970, o campo esportivo no Brasil ganha dois novos atores de peso: o mercado e as entidades esportivas, representada pelo COB. Eles vão modificar inteiramente o sentido e o significado do esporte.

A Lei 6.251/75 dividia o sistema esportivo em quatro subsistemas: a) esporte estudantil; b) esporte militar; c) esporte classista; d) esporte comunitário. Este último comportava atividades amadoras e profissionais e os atletas de outros subsistemas poderiam está participando dele como profissionais. As equipes formadas a partir do desporto classista, patrocinadas por empresas poderiam participar das competições realizadas no âmbito do desporto comunitário.

Sem dúvida, este ordenamento legal é um marco para o campo esportivo, pois surge num momento de reestruturação do modo de produção capitalista, com intensa mobilização social no Brasil e respalda, apesar de manter no seu bojo uma orientação amadora, uma realidade eminente, o profissionalismo, ou melhor, a apropriação privada do fenômeno da cultura corporal.

Desde então, inicia-se oficialmente o processo de mercadorização do esporte no país, com grandes empresas patrocinando as equipes. O caso mais conhecido foi o voleibol, na década de 1980. As equipes levavam o nome das empresas – Pirelli, de Santo André; Bradesco, de Osasco, Atlântica Boa vista, no Rio de Janeiro etc. (SOUZA, 2011; BUENO, 2008; LINHALES, 1996).

Em resumo, o desenvolvimentismo produziu políticas sociais restritas a grupos de trabalhadores; promoveu o crescimento do “bolo”, mas não o redistribuiu; fortaleceu a indústria nacional, as empresas estatais, mas deixou um Estado endividado e com uma alta inflação; estabeleceu políticas esportivas, popularizou diversas modalidades, mas não as consolidou como direito social e, ainda, criou as condições para a sua aquisição no mercado.

2.3. Determinantes da mercadorização do esporte

Nas seções anteriores, apresentamos o processo de afirmação e expansão do mundo esportivo. Ao longo da “Era da Catástrofe” e da “Era de Ouro” do capitalismo, e apesar dos sinais de mercantilização de algumas modalidades esportivas (caso do basquete nos EUA), este processo ainda não era preponderante. No entanto, à medida que as ideias e práticas neoliberais se tornam hegemônicas, amplia a mercantilização da cultura e, como consequência, do esporte.

Entre as forças que empurram o esporte para se tornar uma mercadoria, destacam-se: a) precarização e especialização do trabalho e do produto; b) urbanização das cidades; c) ampliação do setor de serviços; d) relativização do luxo e da necessidade; e) espetacularização das manifestações culturais; f) esportivização da cultura corporal; g) *marketing* do esporte; h) midiaticização; i) cientificismo e racionalismo; j) gerencialismo do Estado. Vejamos então resumidamente cada um delas.

De uma maneira geral, o modelo fordista de produção criou uma cultura e um mercado de consumo de massa para diversos produtos e serviços esportivos. Neste bojo, a espetacularização das competições esportivas fazia parte de uma próspera indústria de entretenimento.

Com o fim do *Welfare State* e a disseminação dos ideais neoliberais, o mundo esportivo se insere totalmente na lógica mercantil, seja como atividade de lazer, seja de trabalho, de acordo com os contextos dos países e da prospecção a mercantilização das modalidades esportivas.

O neoliberalismo reedita o sonho de integração dos mercados mundiais, agora sob a tutela da fração financeira. A livre circulação de capital e o câmbio flutuante são algumas das medidas disseminadas pelo mundo. Aliado a isso, reestrutura o mundo do trabalho, com ataque à legislação trabalhista e com o incremento de inovações tecnológicas.

Nesse sentido, o trabalhador, para continuar empregado, aceita realizar as mesmas funções, sem acréscimo no salário, apesar do aumento do custo de vida. De outra forma estaria fadado ao desemprego ou à informalidade, principalmente, se, como dizem as vozes da burguesia, não for criativo, inovador e empreendedor.

Em todos os cantos ouvimos que o trabalhador precisa se qualificar. Muitos fazem isso e continuam desempregados, formando um exército de reserva. Num ciclo nocivo, as empresas cada vez mais especializam suas funções e criam continuamente novos perfis profissionais desejados.

Aqueles que não possuem as características esperadas e precisam sustentar sua família aceitam os subempregos, os empregos “flexíveis”, com tempo determinado e sem benefícios, do contrário vão para o mercado informal.

Para exemplificar, em 2008, no Brasil, de um total de 92,3 milhões de trabalhadores economicamente ativos, apenas 40,1 milhões tinham contrato formal (38,3 milhões empregados com carteira, militares ou servidores públicos e estatutários, e 1,8 milhão eram empregados domésticos com registro em carteira), ou seja, somente 43,4% podiam ser considerados formais (LEONE, 2010).

O acirramento da competição capitalista, denominado por Schumpeter (1997) de “destruição criativa”, leva as indústrias a retomar a níveis elevados de mais valia-absoluta, em articulação com os crescentes índices de mais valia-relativa⁴⁰.

A luta crescente da burguesia pela obtenção de mais excedente econômico, algo inerente ao modo de produção capitalista⁴¹ gera, por um lado, concentração e centralização de capital e, por outro, como consequência, um crescente exército de reserva e uma acumulação da pauperização absoluta conjugada com a pauperização relativa.

A precarização e a “informalização” das relações de trabalho trouxeram de volta formas de exploração que pareciam próprias do passado (aumento das jornadas, trabalho infantil, salário diferenciado para homens e mulheres, trabalho semi-escravo ou escravo) e ao final do século XX, ao cabo de vinte anos de ofensiva do capital, a massa trabalhadora não padece apenas nas periferias- também nos países centrais a lei geral da acumulação mostra seu efeito implacável (NETTO; BRAZ, 2009, p. 221).

⁴⁰ Isto está presente em todos os setores da economia, inclusive na esportiva. Para realizar a Copa FIFA 2014 aqui no Brasil, por exemplo, vemos os trabalhadores dos estádios fazendo jornadas duplas e noturnas, muitas vezes em condições precárias (alojamentos, higiene nos refeitórios e assistência médica) e sem qualquer garantia legal (COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS RIO 2016, 2011). Na produção de material esportivo a situação é a mesma, até mesmo com trabalho escravo e infantil.

⁴¹ Por mais generoso que possa ser o capitalista, suas empresas sempre vão agir para obter mais e mais lucros, é a lógica do sistema, do contrário estará fadado ao fracasso. “O capital não tem [...] a menor consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador, a não ser quando é coagido pela sociedade a ter consideração” (MARX, 1983, p. 215).

O destaque de Neto e Braz recorda os escritos de Marx ao descrever a situação do trabalhador na visão do capitalista entre a metade do século XIV e o fim do século XVII:

Entende-se por si, desde logo, que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho e que, por isso, todo seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de trabalho, portanto pertence à autovalorização do capital. Tempo para educação humana, para o desenvolvimento intelectual [...] pura futilidade! Mas em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por mais-trabalho, o capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho [...]. O capital não se importa com a duração da vida da força de trabalho. O que interessa a ele, pura e simplesmente, é um maximum de força de trabalho que em uma jornada de trabalho poderá ser feita fluir (MARX, 1983, p. 212).

Neste cenário, que é atual, o trabalhador com o tempo livre que sobra (quando sobra), depois de horas de trabalho degradante, de engarrafamento no transporte público sucateado e de dinheiro contado para pagar as contas, supre suas necessidades esportivas assistindo na televisão os jogos de seu time ou da seleção nacional.

Ele não pode nem mais jogar as “peladas” no seu bairro, pois o campo e/ou a quadra viraram um centro comercial ou residencial. Afinal, a população urbana cresceu nos últimos anos⁴². Isto quando não é transformado em um campo *society* de propriedade particular⁴³.

Assim, a crescente urbanização e a ausência de um planejamento das cidades, preocupado com as necessidades dos moradores, especialmente nas grandes cidades, é mais um fator impulsionador do processo de mercantilização do esporte.

Outro elemento que potencializou o esporte-espetáculo-mercadoria é a especialização e a diminuição do prazo de validade dos produtos (produção destrutiva). A vivência esportiva nos padrões profissionais requer dos simples praticantes a aquisição no mercado de uma série de produtos com o tempo de uso tão curto, como as demais mercadorias, que logo será descartado.

⁴² Praticamente metade da população do mundo vive nas cidades. Em 1950 era um terço. Até 2030, quase 60% da população mundial viverá em áreas urbanas. O crescimento ocorrerá em países em desenvolvimento como o Brasil. Informação disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/temas-cidades>. Acesso em: 02/01/2013.

⁴³ GOEG (2010) sinaliza para uma sequente diminuição da prática esportiva de várzea, bem como a inserção de diversos profissionais, o que modifica a sua essência.

Conforme Silva (1991, p.67):

O que acontece é que com a complexificação da atividade ditada pela especialização, cresce enormemente a quantidade de materiais necessários à prática do esporte de alto nível, especialmente daquele que se torna espetáculo. São dezenas de especificações de sapatos tipo tênis, uniformes, implementos para treinamento e prática, atingindo em grande escala também os locais de prática esportiva, tornando-os diferenciados de acordo com a categoria dos atletas que o utilizam e com o tipo de prova a que se destinam. No rastro das equipes de alto nível que competem e se apresentam, desenvolve-se toda uma indústria de equipamentos esportivos voltada, não só para estes componentes do esporte espetáculo, mas para o público em geral, que acaba adotando os seus moldes e modos. Ao mesmo tempo que há a ampliação da pesquisa na área dos equipamentos esportivos, visando dotá-los de melhores condições para acompanhar o aumento da eficácia necessária ao espetáculo esportivo, há também a diversificação e popularização desses equipamentos na busca pela ampliação do consumo e reprodução do capital.

Quando não estão em condições de serem jogados no lixo⁴⁴, os produtos não estão mais na moda; afinal no mercado já tem um com detalhe diferente que torna o anterior ultrapassado. O poder de fetichização do esporte é impressionante. Ele consegue, por meio do *marketing*, criar uma “sensibilidade consumidora” e repaginar produtos inimagináveis para a troca. A cada momento surge um novo artefato que promete melhorar a *performance* tanto da produção como da vivência do esporte-mercadoria.

Ainda no âmbito econômico, é possível observar que desde a década de 1980, tem-se o crescimento do setor de serviços (outra forma de exploração do trabalhador), devido à desobrigação do Estado com a execução direta dos serviços sociais. Um segmento que tem ampliado é o das atividades físicas – *fitness*, que, espalhadas em redes, franquias e pequenas academias, contribuem para a mercantilização das práticas corporais e também para a precarização do trabalho dos professores de educação física e áreas afins⁴⁵.

⁴⁴ Segundo Harvey (1992, p. 148), “a meia vida de um produto fordista típico, por exemplo, era de cinco a sete anos, mas a acumulação flexível diminuiu isso em mais da metade em certos setores (como o têxtil e o de vestuários)”.

⁴⁵ Para exemplificar, na Convenção Coletiva de Trabalho/Acordo Coletivo de Trabalho, assinada em 03 de julho de 2006 pelo Sindicato das Academias do Município do Rio de Janeiro (SINDACAD/RJ) e pelo Sindicato dos Empregados em Clubes, Estabelecimentos de Cultura Física, Desportos e Similares do Estado do Rio de Janeiro (SINDECLUBES/RJ) foram estipulados pisos salariais

Com certeza impressiona o aumento do setor de serviços no âmbito do *fitness* no Brasil. O nosso país é o segundo no mundo em número de academias registradas; são cerca de 27 mil, superados apenas pelos EUA com mais de 30 mil estabelecimentos⁴⁶. A Associação Brasileira das Academias (ACAD) aponta que no período de 2005 e 2006 a indústria do *Fitness* empregou cerca de 120.000 pessoas, com 2,8 milhões de consumidores/frequentes. No Brasil o faturamento anual ultrapassa a marca dos 2,4 bilhões.

A expansão do número das academias está ligada às mudanças no mundo da cultura, cercada por valores da ideologia “pós-moderna”, que exalta o efêmero, o imediato, a vida no limite, o jovem e seu corpo sarado.

O consumo de forma rápida e fugaz, na “cultura do efêmero”, não produz apenas objetos descartáveis, mas também, práticas corporais e esportivas, com validade curta. Nas “prateleiras dos supermercados”, os clientes escolhem e pedem a melhor opção para satisfazer seus desejos imediatos, sem qualquer relação social-afetiva. Como resultado, as pessoas abdicam da própria capacidade criativa, de elaboração e convivência coletiva, de identificação com o clube ou associação, por exemplo (BRACHT, 2005).

Outro elemento que impulsiona a mercantilização do esporte é o processo de esportivização e de espetacularização, acompanhada da padronização e racionalização de diversas manifestações corporais, como a capoeira, o judô e o karatê. No caso da capoeira, por exemplo, que mistura jogo, luta e dança tiveram seus movimentos e gestos padronizados e quantificados, ganhando (ou perdendo, depende como se analisa) *status* de esporte. Assim, ganham normas e regras sofisticadas que submetem o capoeirista a algo externo a ele.

A partir da produção e aquisição dos espetáculos esportivos formam-se *habitus esportivus*, influenciado pelos atletas “mitos” – que vendem produtos,

aviltantes - R\$ 380,00 para os instrutores de atividades físicas no regime mensalista; R\$ 2,80 para os instrutores de atividades físicas no regime horista -, o acordo admite o contrato de tempo parcial, permitindo ao empregador pagar remuneração inferior ao piso profissional em decorrência da quantidade de horas trabalhadas pelo empregado, além de facultar ao empregador a redução da jornada de trabalho dos empregados contratados pelo regime de tempo parcial, em razão de extinção de turma decorrente de baixa frequência da aula, assim considerada quando não atingir 25% de sua capacidade (QUELHAS, 2012). Além disso, poderíamos citar o uso corriqueiro de estagiários de educação física fazendo o papel de um professor, com diárias que dá para satisfazer apenas as necessidades fisiológicas.

⁴⁶Informação disponível em: www.confef.org.br. Acesso em: 02/01/2013.

serviços, comportamentos e criam (falsas) necessidades de consumo. As características dos atletas, como, por exemplo:

[...] a força de seus músculos dorsais, a precisão de seu arremesso ou a rapidez de seus reflexos, tornam-se qualidades a serem perseguidas e admiradas, acrescentando um novo valor à mercadoria esporte, independente e destituída de relação com aquele atleta (SILVA, 1991, p. 71).

O leitor atento poderia perguntar: mas não foi dito que o neoliberalismo promoveu ataque às políticas de proteção aos trabalhadores, então como o precariado vai consumir estes produtos e serviços? Realmente poderíamos considerar como contraditório. Contudo, nos últimos anos cresceram as facilidades para o endividamento das famílias. Dessa forma elas podem consumir os tênis, as roupas, os suplementos, os serviços (escolinhas esportivas, academias, clínicas etc.) e os espetáculos, mesmo que isto não tenha um significado concreto para sua vida.

Aquilo que outrora era desestimulado a ser consumido, agora é relativizado. Os produtos antes restritos aos *humanos realmente humanos*, também são consumidos pelos *humanos endividados*. Se antes havia o incentivo para que se gastasse somente com o útil e o necessário à vida humana, passou a ser relativizado, e tudo é estimulado a ser consumido, inclusive, o que era somente um luxo das elites⁴⁷ (MÉSZÁROS, 2011).

Ainda como determinantes para a mercantilização do esporte, temos a mídia, e o *marketing*. Mesmo no Brasil em que as administrações dos clubes e federações possuem práticas amadoras, grupos nacionais e internacionais passaram a patrocinar os eventos, clubes e atletas. Os clubes de futebol, por exemplo, passaram a ter um departamento exclusivo para cuidar do *marketing*.

As emissoras de televisão ampliaram na sua grade o tempo de transmissão das competições esportivas. De acordo com Rodrigues e Montagner (2003, p. 14):

⁴⁷ Claro que temos uma significativa parcela da população em todo o mundo que não consegue adquirir as práticas corporais no mercado. Infelizmente o próprio ato de comer e tomar água diariamente, não é uma realidade de todos.

A difusão dos meios de comunicação é uma grande propulsora do esporte espetáculo. O consumo passivo intensificado pelos meios de comunicação de massa expande-se de forma significativa com o advento da televisão e da difusão de transmissões, contribuindo para a valorização do esporte como espetáculo e como um veículo de propaganda e comunicação.

De forma breve, apresentamos alguns dos determinantes econômicos e culturais da subsunção do valor de uso do esporte ao valor de troca. Quanto aos aspectos políticos, cabe apenas focar alguns elementos da nossa realidade.

Sobre isto, temos que, sob os desígnios do neoliberalismo, as frações da burguesia do bloco no poder diminuiu os recursos e as funções do Estado no âmbito social e ampliou a sustentação da acumulação capitalista. No Brasil, apesar da Constituição Federal (CF) de 1988 garantir a seguridade social e assistência como direito de todos⁴⁸, os governos neoliberais da década de 1990, desfiguraram o texto constitucional, revertendo as conquistas dos trabalhadores com a contrarreforma do Estado.

Na busca incessante pelo controle da inflação, o governo, como praticamente em todos os países, realizou uma contrarreforma do Estado: flexibilizou a legislação trabalhista, abriu o mercado nacional aos investimentos estrangeiros, estabeleceu o câmbio flutuante, aumentou os juros e o superávit primário e cortou ou reconfigurou gastos sociais.

A suposta “racionalidade” econômica promovida especialmente durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC)⁴⁹, causou destruição do legado desenvolvimentista e paralisia nos setores de infraestrutura e, também, nas políticas

⁴⁸ A constituição de 1988, segundo Behring (2008), não representou a totalidade dos anseios das elites do país e nem dos movimentos sociais, mas assegurou para os trabalhadores (fruto da luta destes) uma série de direitos sociais, até então inéditos para o país que, ao longo dos anos, passou por “saltos para frente”, modernização conservadora. Montão (2010, p. 35) neste mesmo sentido, afirma que a carta magna de 1988 “[...] consagrou um profundo avanço social, apontava pela primeira vez para a construção de um “Estado de bem estar social”, enfrentando a “dívida social”. Entretanto surgia no momento em que o mundo discutia outro modelo de estado”.

⁴⁹ Em 1995 FHC assume a presidência do país, sendo reeleito em 1998. Após unificar as frações da burguesia e atrair importantes líderes políticos para o bloco de poder, ele implementa uma série de medidas econômicas e sociais conforme o receituário do Consenso de Washington. FHC era o líder que a burguesia aguardava desde Vargas. Mesmo sem carisma, possuía prestígio internacional e pertencia a um partido de expressão nacional, com importantes quadros da elite do país (SOUZA, 2011; MELO, 2011). O discurso da necessidade de estabilizar a economia para inserir o país no mercado global e crescer o “bolo” para distribuir, se disseminou pelo Brasil, dando respaldo ao governo para realizar o receituário neoliberal. Um dos alvos de FHC foi à modernização do Estado, ainda tido como “inchado” e burocrático.

sociais. As medidas econômicas implementadas estabeleceram os alicerces para a entrada do país no mundo globalizado das finanças⁵⁰.

As políticas sociais foram permeadas pela racionalização dos recursos, pela transferência dos serviços públicos para entidades privadas e do “terceiro setor” (processo de “descentralização”, publicização) e pela focalização do serviço público em detrimento da universalização como proposto no texto constitucional (BEHRING, 2008; MONTÃO, 2010).

Behring (2008) afirma que, diante da contrarreforma do Estado brasileiro, tivemos um profundo retrocesso social, em benefício de poucos. Seria um Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para os detentores do capital uma vez que, estava voltado para subsidiá-lo, distante da promoção da igualdade substantiva. Assim, o Estado focalizou seu atendimento precário, especialmente nas áreas em que a iniciativa privada e o “terceiro setor” não tinham interesse de atuar.

Os danos promovidos pelas políticas neoliberais apontadas por Behring (2008) e Montão (2010), de encolhimento do Estado no trato com os problemas sociais, não por motivo de falta de eficiência, mas por ter de se adequar à nova lógica neoliberal, revertendo às conquistas adquiridas na década de 80, ampliou a “dívida social” do país.

A contenção de recursos no âmbito social e de infraestrutura era condizente com:

A necessidade de remuneração da finança e da garantia da dita estabilidade da moeda e controle da inflação - ganhou o reforço, a partir do acordo com FMI em 1998, do chamado superávit primário. Trata-se de uma retenção de recursos dos três níveis de governo no Brasil - e das empresas estatais - para a rolagem dos juros da dívida. Contou com apoio quase religioso de diversas frações burguesas brasileiras e internacionais, vocalizado de diversas formas, pelas empresas de comunicação, por documentos de entidades empresariais e por documentos de organismos internacionais (MELO, 2011, p. 230).

Carcanholo (2010) demonstra que a experiência neoliberal no Brasil nos anos 1990 aumentou o desemprego, saindo de 3,3% em 1989 para 7,6% em 1999; a taxa média de crescimento da economia foi de 1,78%, inferior aos 2,2 da década de 80 e

⁵⁰ A abertura do mercado nacional, a desregulamentação e a atração de capital fictício levou FHC a pedir socorro ao FMI três vezes. A cada crise em algum país, o Brasil sofria com a evasão de dinheiro.

a taxa de investimento como proporção do PIB foi de 15,9%, contra 17,7% dos anos 80. Outras características importantes do período foram os constantes déficits na balança comercial e a desindustrialização do país.

O governo de FHC aprofundou a focalização da política social como *manejo social do risco* e terminou o governo com baixos índices de aprovação⁵¹, inclusive com as frações da burguesia divididas, tendo em vista que privilegiou o capital financeiro.

A diminuição do “Estado Social” acarretou para os trabalhadores a necessidade de buscar no mercado a saúde, a segurança, a aposentadoria, o esporte etc. Desse modo, o Estado assume a função de *gerenciador* da acumulação de capital, organizando e direcionando os investimentos públicos e privados e, ainda, governa a pobreza.

Estes são alguns dos elementos que, juntos, sob o manto do neoliberalismo, formam uma teia que consolida o esporte como um não direito, conquistado apenas no mercado, esvaziado do seu valor de uso, tornando-se apenas um produto de valor de troca, constituindo-se em um novo espaço de extração de mais-valia.

2.4- A avalanche neoliberal e a hegemonia do esporte-mercadoria-espetáculo no Brasil

Nas seções anteriores apresentamos o processo de afirmação e expansão do mundo esportivo e alguns determinantes da mercantilização do esporte. Agora vamos tentar apontar o resultado da ofensiva neoliberal no campo esportivo. Primeiro no Brasil e depois de forma geral.

Com o fim da ditadura militar em 1985, começa a florescer no país “uma nova república”. Contudo, o período de redemocratização no Brasil não alterou a hegemonia das frações da burguesia no bloco no poder. Os membros de grandes empresas, de proprietários de terra, a burguesia de Estado e a média burguesia nacional continuaram dando as cartas no país (BOITO JR, 1996).

A nova Constituição Federal elaborada no governo Sarney, em 1988, registra algumas conquistas para os trabalhadores, mas surge no momento em que o mundo

⁵¹ No final de seu governo apenas 26% considerava ótimo ou bom e 36% como ruim ou péssimo. Dados disponíveis em: <http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/030130>. Acesso em: 18/10/2012.

discute e implementa um modelo de regulação social bem diferente do *Welfare State*.

No âmbito esportivo, a CF de 1988 ao passo que estabelece o esporte como um direito, dá autonomia para as entidades esportivas, cedendo à pressão delas e do mercado por mais liberdade de atuação, tendo em vista que, a época, o CND ainda tinha plenos poderes de intervenção (OURIQUES, 1999).

O Estado, assim, deixa de ser o protagonista, abandonando o “intervencionismo” político característico das legislações anteriores. A administração pública continuou a financiar o esporte de alto rendimento, mas a gestão e o estabelecimento de critérios de distribuição dos recursos ficavam a cargo das federações, confederações e do COB. “O Estado sai de cena”, as entidades esportivas passam a ter autonomia, sem abrir mão do fundo público (CASTELLANI FILHO, 2008).

A liberalização do esporte, principalmente do futebol para o mercado, ocorre com a edição da Lei Zico (Lei nº. 8.672/1993) e, posteriormente, com a Lei Pelé (Lei nº. 9.615/1998), que seguem a tendência europeia de disciplinarem e normatizarem a prática esportiva profissional. Essas leis demarcaram mudanças no tratamento comercial do esporte, sinalizando para a incorporação de parâmetros empresariais na administração dos clubes e associações esportivas, bem como na comercialização de atletas.

Sobre a Lei Zico, conforme Souza (2011), as políticas esportivas foram vistas, primeiro como uma forma de manter os interesses de grupos que são hegemônicos no campo esportivo, que possuem no seio da sociedade civil as ideias dominantes e, segundo, conseqüentemente, possibilitar às frações da burguesia ampliar a acumulação de capital e poder na aparelhagem estatal⁵². Assim:

[...] não é forçoso dizer que as propostas de mudanças para o setor esportivo trazidas pela lei foram elaboradas para que tudo

⁵² No caso da Lei Zico, os representantes dos interesses da fração ligada ao futebol tiveram mais força e combateram veementemente os pontos modernizadores da legislação, como o “fim do passe”. Vários artigos foram relativizados, a exemplo da necessidade de os clubes se tornarem empresas ou a normatização de eleições nas entidades esportivas. Diante da resistência das entidades esportivas para abrir seus negócios para o mercado, o Estado permitiu que os bingos funcionassem para incentivar o esporte profissional no país (STAREPRAVO, 2011; PRONI, 1998). É importante ressaltar que, as forças contra- hegemônicas continuaram com pouco espaço de interlocução no processo de discussão e elaboração deste novo marco para o esporte.

permanecesse como estava, ou melhor, para fortalecer o que de mais arcaico e conservador já estava presente no setor. Se, por um lado, o esporte foi desatrelado do Estado, por outro lado foi subjugado aos interesses mais particularistas e privatistas presentes nas entidades federais de administração do esporte. O mesmo viria a acontecer com a Lei Pelé (VERONEZ, 2005, 354).

Em relação à Lei Pelé, o que chama a atenção é o fato de ela se preocupar em acelerar o processo de modernização do setor esportivo nacional, deixando para o mercado definir as regras quanto à forma como o esporte seria “capitalizado e explorado como negócio privado nos próximos anos” (PRONI, 1998, p. 231).

De acordo com Ouriques (2009, p.131), a lei Pelé representou, especialmente para o futebol, “a total abertura do mercado nacional para o exterior, a possibilidade de comercialização dos clubes através da venda de seus departamentos de futebol para a iniciativa privada, o fim da lei do passe e inúmeras outras mudanças dentro dos princípios neoliberais imperantes”.

Como consequência, assistimos a uma avalanche de parcerias entre federações, ligas, clubes das várias modalidades esportivas, com empresas de diversos ramos comerciais. Isso se evidencia principalmente no futebol, como nos casos de sucesso no Brasil entre a Parmalat com o Palmeiras⁵³ e a IBM com o São Paulo. Proni (1998, p. 236) ainda cita outros exemplos:

Outros exemplos de participação de instituições financeiras no futebol brasileiro foram, já em 1998, o investimento do Banco Opportunity na compra de 51% das ações do Bahia S.A. (cerca de US\$10 milhões) e a parceria do Vasco da Gama com o NationsBank/Banco Liberal, que passou a cuidar de todos os contratos de marketing, licenciamento e direitos de imagem do time. Nesses dois casos, o retorno esperado pelos bancos não é com a projeção na mídia, mas com a exploração do futebol como negócio em si [...].

A modernização do esporte para o mercado, principalmente do futebol, advinda da Lei Zico e da Lei Pelé, se balizou na orientação de que os problemas do setor (como a corrupção) seriam resolvidos com a adequação das gestões ao modelo empresarial. No entanto, isso não ocorreu sem resistências dos dirigentes

⁵³ Sem dúvida, no futebol brasileiro foi uma das parcerias mais duradoras e frutíferas. A empresa italiana de produtos alimentícios antes de o governo italiano decretar sua falência em 2003 patrocinou diversos clubes de futebol no mundo e mesmo equipe de Fórmula 1. A parceria com o Palmeiras entre 1992 e 2000, possibilitou a aquisição e a manutenção de grandes jogadores, o que rendeu ao clube 24 títulos de campeonatos e a empresa expandir sua marca pelo país.

do campo esportivo e, se em alguns aspectos a legislação citada conseguiu avanços em direção à mercantilização, em outros tiveram que ceder aos interesses dos “velhos” gestores do setor no país.

Segundo Santos (2011), na constituição destes ordenamentos houve um intenso conflito entre modernização e conservadorismo, o que se configura na existência de um modelo de modernização conservadora, tendo “de um lado, a permanência de dirigentes antigos, que se tornaram verdadeiros donos dos clubes, federações e confederações e, de outro lado, as inovações na legislação e na administração”.

O fato é que, apesar de o esporte constar na Constituição Federal de 1988 como direito, o ordenamento legal da década de 1990 (Lei Zico e Lei Pelé) legitima o esporte como não direito, estabelecendo, ainda, com marcas de conservadorismo, as leis do mercado no campo esportivo, principalmente no futebol.

O crescimento do orçamento público para o esporte, principalmente por meio da Lei Agnelo Piva (Lei 10.264/2001)⁵⁴, não significou sua priorização como direito social. De acordo com Veronez (2005, p.350), basta uma simples consulta na execução orçamentária dos governos para percebemos a ampliação dos recursos para o esporte, mas com destinação prioritária para a sua dimensão de alto rendimento, para as entidades esportivas com personalidade jurídica de direito privado, o avesso do esporte como atividade de lazer⁵⁵.

Se por um lado tivemos a insuficiência de recursos e os constantes cortes nos orçamentos em função dos compromissos com o capital, o setor da elite esportiva vinculado aos interesses das entidades federais de administração do esporte não teve o que reclamar desse governo. Além dos vultosos recursos provenientes das empresas estatais, o governo aprovou em 2001 uma lei que repassa diretamente recursos de concursos prognósticos para o COB. Tais recursos não estão sujeitos aos mesmos processos daqueles originados no OGU, não dependem de uma lei que todo ano tem de ser aprovada e não sofre contingenciamento. Esses recursos saem direto da Caixa Econômica Federal para a conta daquela entidade que, além disso, sofre fraco controle do que é feito com eles. Nesse jogo entre o público e o privado, o Estado tem jogado, às vezes de forma disfarçada, às vezes de forma explícita, a favor do time adversário.

⁵⁴ A lei estabelece que 2% dos recursos das loterias sejam destinados para o esporte olímpico (85%) e paraolímpico (15%).

⁵⁵ No capítulo seguinte apresentaremos dados que confirmam isso.

Assim, o texto constitucional é letra morta diante do favorecimento das organizações esportivas e das atividades assistenciais e pontuais focalizadas, desenvolvidas pelo fundo público.

Quanto à estrutura e à gestão das políticas esportivas Mascarenhas (2008) demonstra que, no bojo das políticas neoliberais, de contrarreforma do Estado, ocorre no Brasil a substituição das antigas secretarias pelo modelo de agências, fundações e institutos.

O governo de FHC criou o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte (INDESP), os estados e municípios seguiram o exemplo e criaram diversas fundações e agências estaduais e municipais de esporte.

Então agora o Estado, pelo menos no campo dos serviços sociais competitivos, particularmente no caso do esporte e lazer, cabe agenciar investimentos do setor privado, estimulando o setor privado. Para isso, deve ter uma estrutura enxuta e flexível. Essa é a competição que balizou boa parte das reformas que aconteceram, de cima a baixo, nas esferas federal, estadual e municipal; com boa parte das secretarias estaduais, particularmente, virando fundações, agências (ibid, 2008, p. 106).

De outro modo, o enfraquecimento da estrutura do Estado ocorre com a desobrigação direta da execução das políticas esportivas, repassando para empresas e para o “terceiro setor” a responsabilidade de efetivação de programas e projetos esportivos.

O governo sucumbiu o esporte ao potencial mercantil, rompendo com as políticas de popularização do nacional-desenvolvimentismo e na perspectiva do esporte como não direito estimulou a sua filantropização por meio de ONGs e de empresas privadas como uma questão de responsabilidade social⁵⁶.

Neste cenário, nota-se o assombroso crescimento das “entidades sem fins lucrativos” no fim do século XX. Se na década de 1970 o número não ultrapassava 1600, no período compreendido entre 1981 a 2002, foram fundadas 19.720

⁵⁶ O incentivo para que o “terceiro setor” assuma as responsabilidades que antes era do Estado se concretiza com a aprovação em 1997 da Lei das Organizações Sociais (Lei 9.637, de 15/05/98), posteriormente atualizada em 1999 pela chamada Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público/OSCIP (Lei 9.790- 23/03/99), e com a aprovação da chamada Lei do Voluntariado (Lei 9.608/98). No governo FHC, sem dúvida o principal motor foi o programa Comunidade Solidária criado em 1995, comandado pela primeira dama Ruth Cardoso, que contava com a participação de diversos ministros e empresários. Ele teve um papel de destaque na disseminação e organização da atuação destas entidades (MELO, 2011).

fundações e associações ligadas ao esporte e à recreação. Somente no período do Governo FHC o crescimento ultrapassou os 90% (HUNGARO; ATHAYDE; OLIVEIRA, 2011).

Assim, com o ordenamento legal voltado para o esporte como mercadoria e a diminuição da ossatura do Estado, com uma função mais gerenciadora, tratar o esporte como direito social tornou-se mais difícil (STAREPRAVO, 2011, p. 228).

Como resultado, o Estado implementa políticas sociais focalizadas nos mais pobres, como fator de coesão social e como forma de descoberta de talentos esportivos. Ainda assim, não havia garantia de fluxo de recursos para sua continuidade (VERONEZ, 2005).

O principal programa do Governo FHC foi o “Esporte Solidário”, que objetivava o desenvolvimento de atividades esportivas para crianças e adolescentes em situação de risco social. Ele era realizado por meio de parcerias com segmentos da sociedade, otimizando espaços, infraestrutura e agentes sociais. Mas, como os demais, sofreu com a falta de recursos (VERONEZ, 2005; STAREPRAVO, 2011).

Em 2001, diante dos resultados negativos dos Jogos Olímpicos de Sydney (2000) e da pressão de setores da sociedade civil (mídia, entidades esportivas), o Governo FHC lança o programa “Esporte na Escola”, que veio a substituir o programa “Esporte, Direito de Todos”. Ele surge para estimular a prática esportiva dos estudantes de instituições públicas de ensino fundamental e médio em todo o país. Na verdade o intuito era ampliar a base da pirâmide e descobrir novos talentos esportivos.

Outra consequência do afastamento do Estado com sua obrigação direta de desenvolver políticas esportivas é o fortalecimento da burguesia de serviços esportivos, da mesma forma que da indústria esportiva no geral, acompanhada do crescimento do consumo passivo do esporte.

A desobrigação do Estado se confirma, por exemplo, com os dados do IBGE, de 2003, que demonstram a escassez de espaços públicos para a prática esportiva. Nas escolas públicas estaduais, pouco mais de 58% possuíam instalações esportivas, sendo que nas regiões norte e nordeste, respectivamente, isso significava apenas 29,1% e 31,6%. Nas escolas municipais a situação é pior, apenas 12% disponibilizavam espaços para a vivência esportiva. Isso piora se formos observar a qualidade destes locais e o número de equipamentos disponíveis.

A maior parte da população para vivenciar a prática esportiva precisa comprar no mercado. Entretanto, lembramos que desta maioria apenas uma reduzida elite concentra a maior parte da riqueza do nosso país.

Destarte, existem aqueles que possuem condições de comprar no mercado os melhores equipamentos, os melhores espaços e as modalidades que desejam vivenciar e/ ou assistir. De outra forma, ainda possui os *humanos endividados* que buscam ascender ao “primeiro mundo do esporte” e, por fim, os *não humanos que somente* possuem acesso por meio dos programas assistencialistas de governos, entidades privadas e “terceiro setor” (estes últimos na maioria das vezes financiados direta ou indiretamente com recursos públicos) e pelas emissoras de televisão como meros expectadores⁵⁷.

Em relação ao crescimento do mercado esportivo, seja de serviços, seja de produtos industrializados, estima-se que na metade da década passada os investidores deste setor no país faturaram um montante de trinta e cinco bilhões de dólares, o que representa 3,3% do PIB (FERNANDEZ, 2011).

Se compararmos o PIB nacional com o do esporte na primeira década de século XXI será visto que este foi quase o dobro do primeiro, ou seja, enquanto a média anual do crescimento do país ficou em 3,7%, o setor do esporte- mercadoria teve um crescimento anual de 6,2%. No ano de 2010 os negócios esportivos movimentaram cerca de 78,6 bilhões de dólares, com um crescimento de 15% no lucro dos agentes deste setor em relação a 2009. De acordo com dados da Pluri Consultoria⁵⁸, a perspectiva é que até 2016 haja um aumento de 22% na economia nacional relacionada ao esporte.

O maior crescimento nesta última década foi na venda de artigos esportivos, com destaque para roupas, instrumentos e equipamentos esportivos; alimentos, bebidas e vitaminas; além de mochilas, joelheiras e bonés (ibid, 2011).

O consumo esportivo também se dá com a compra de informações, o que levou ao desenvolvimento de seguimentos jornalísticos próprios, com aparato e profissionais especializados (PRONI, 1998).

⁵⁷ A difusão dos meios de comunicação, sobretudo da televisão, intensificou o consumo passivo, contribuindo para a valorização do esporte-espetáculo e como um veículo de propaganda e comunicação. (VLASTUIN; MARCHI JR, 2010).

⁵⁸ Informação disponível em <http://www.pluriconsultoria.com.br/uploads/relatorios/PIB%20Esporte.pdf>. Acesso em: 03/03/2013.

Em suma, a ofensiva neoliberal no Brasil promoveu no campo esportivo um ordenamento legal que direcionou o setor para o mercado, bem como diminuiu a ossatura do Estado, com a criação de agências e de fundações. Como resultado, o Estado priorizou as políticas focalizadas de esporte educacional ou participação, balizadas no esporte-espetáculo e repassou ao “terceiro setor” e as empresas a responsabilidade da execução de políticas esportivas. Neste contexto estimulou o empresariamento dos serviços esportivos, fortalecendo a burguesia de serviços e também a indústria do esporte, acompanhada do aumento do consumo passivo do espetáculo esportivo.

2.5 O esporte como valor

Se quiséssemos demarcar um período histórico de consolidação do esporte como valor, sem dúvida, sinalizaríamos o início dos 1980. No caso brasileiro este é o momento em que o CND autoriza o uso de propagandas nas camisas dos clubes, nas arenas e nos ginásios.

Na época os patrocínios aos clubes de futebol ou mesmo a formação de times de vôlei com o nome da empresa, gerava renda e servia para pagar atletas e demais profissionais, bem como melhorar a infraestrutura.

É neste contexto histórico que ocorre a “virada do Movimento Olímpico”, com os Jogos de Los Angeles (1984) sendo realizado com recursos do setor privado (patrocinadores, empresas de comunicação e pela exploração comercial e licenciamento de diversos produtos).

Da mesma forma, na Europa começa a se espalhar pelos diversos países as ligas dos clubes de futebol⁵⁹. Isso influenciado pelo modelo de esporte-mercadoria desenhado pela FIFA, comandada por Havelange, que já faturava milhões com os contratos de patrocínio, direitos de imagem e licenciamento de produtos.

Neste período, aumentam as transmissões das emissoras de televisão dos jogos e dos eventos esportivos; da mesma forma, o setor de *marketing* começa a ampliar a sua organização para tratar as disputas entre os atletas, clubes e seleções

⁵⁹ Os clubes de futebol, principalmente aqueles da Europa que, a exemplo dos times de basquete norte americano, se lançam como sociedades anônimas no mercado, sujeitas a todos os intemperes, inclusive a quebra e a falência.

como espetáculos a serem consumidos pelos clientes e também pelas redes de comunicação.

Assim, a comercialização dos direitos de imagem passou a constituir mais uma forma de se obter divisas com o esporte. Proni (1998, p. 158) estudando as transformações do futebol, diz que:

[...] a transmissão sistemática pela TV de partidas domésticas e de torneios da União Europeia de Futebol (UEFA), ao vivo, impulsionou arranjos para a obtenção de patrocínios milionários e valorizou os contratos de fornecimento de material esportivo e de *merchandising*.

Somam-se aos patrocínios, os recursos angariados com bilheteria e a “posse” e venda dos direitos trabalhistas dos atletas⁶⁰.

O capitalista ao dispor dos meios de produção (ginásios, campos, piscinas, bolas etc.) *capital constante* (já elaborado com exploração da mais valia do trabalhador), apropria-se dos melhores profissionais para o espetáculo, *capital variável* e, da soma do *trabalho morto* com o *trabalho vivo*, gera a valorização de ambos e a produção e comercialização do espetáculo como valor (SILVA, 1991).

Os espetáculos esportivos produzidos para se apresentarem na mídia tiveram que se ajustar às normas exigidas pelas emissoras de televisão e pelo mercado. Os principais exemplos disso constituem as mudanças nas regras do vôlei e do basquete. Este último, disputado originalmente em dois tempos de 20 minutos, passou para quatro tempos de 10 minutos, para que tivesse mais intervalos para as propagandas.

A adequação do esporte aos padrões comerciais exige, também, um combate mais rigoroso ao *doping*, o estabelecimento de condições mínimas e máximas de acesso e de permanência nos locais das competições e o combate com veemência à violência dentro e fora dos espaços de competição.

Sobre as arenas dos confrontos esportivos cabe observar que não servem apenas para os jogos; eles são verdadeiros templos de consumo de produtos - materiais e simbólicos - alguns extremamente luxuosos preparados para receber as classes abastadas.

⁶⁰Após muita polêmica e recusa das entidades esportivas, os atletas conseguiram nos últimos anos o direito de negociar o seu passe de acordo com seus interesses, ou melhor, de acordo com os interesses dos seus empresários.

Ademais, os estádios e ginásios estão tendo suas gestões transferidas para empresas privadas, ou seja, construídos com recursos públicos são cedidos para a exploração do mercado.

O esporte-mercadoria-espetáculo exigiu, também, a ampliação do número de profissionais em volta do campo esportivo, para além de atletas e treinadores outras pessoas atuam para a satisfação dos consumidores. A expropriação da força de trabalho destes exige o máximo de qualificação e treinamento, assim, não se permite mais a presença dos amadores.

Quanto aos atletas, especialmente os de ponta, são descobertos ainda na infância ou na adolescência e submetidos a rigorosos treinamentos de aperfeiçoamento dos gestos técnicos.

Aqueles que produzem um melhor espetáculo ganham mais e vendem mais e se tornaram mercadorias de luxo, representando nas competições nacionais mais do que um clube, ou nas competições internacionais mais do que um país, são a personificação da empresa que o patrocina.

Nesse cenário, não é o esportista ou qualquer outro profissional o importante, “mas sim o trabalho que desempenha no processo de seleção, treinamento, apresentação e comercialização do esporte. Este trabalho serve como “insumo” ou matéria prima para a produção de grandes vídeo-tapes ou transmissões ao vivo do esporte espetáculo” (SILVA, 1991, p. 57).

A intensificação da espetacularização e da comercialização do esporte, seja através da criação de novas ligas, seja de novas competições intercontinentais - nas diversas faixas etárias -, seja de novos nichos, como os esportes vivenciados na natureza ou os radicais, movimentam muito dinheiro no mundo.

O esporte-mercadoria-espetáculo comercializa tudo em todas as fases de produção e consumo:

[...] seja na escolha dos atletas, de seu treinamento técnico e tático, seja na organização dos campeonatos. A troca atinge tal importância para esse tipo de mercadoria, que em pouco tempo deixa de ser uma possibilidade, para ser uma necessidade deste processo” (SILVA, 1991, p. 56).

O valor de uso do esporte passou a ser somente um chamariz para o valor de troca, de si mesmo ou de outros produtos associados. A produção de

espetáculos, equipamentos e serviços orienta-se para a venda. Em torno disso surgem discursos com promessas “sobrenaturais”, capazes, inclusive, de esquecer todos os problemas cotidianos. Esse é o poder *imagético do esporte-mercadoria-espetáculo*.

Ao consumo esportivo, seja dos serviços, seja dos bens ou dos espetáculos estão agregados signos e símbolos que ampliam o seu valor de troca. É o tênis que lhe promete adrenalina, o carro que permite a você desfrutar das aventuras dos esportes da natureza, é o energético que lhe dá asas para voar, como um asa delta ou carro de Fórmula 1, o sabão em pó que permite realizar todas as travessuras nos campos de futebol de terra batida, é a vivência dos esportes radicais que lhe dá a liberdade.

Neste processo, forma-se um público cativo que, encoberto pelo fetichismo da mercadoria, acaba fazendo parte do próprio processo de coisificação das práticas esportivas, produzindo e consumindo como se a coisa tivesse algo significativo, próprio da necessidade humana.

Não por acaso, assistimos nos últimos anos à expansão da indústria esportiva. No mercado norte-americano os investidores deste setor faturaram noventa bilhões de dólares⁶¹ em 2012.

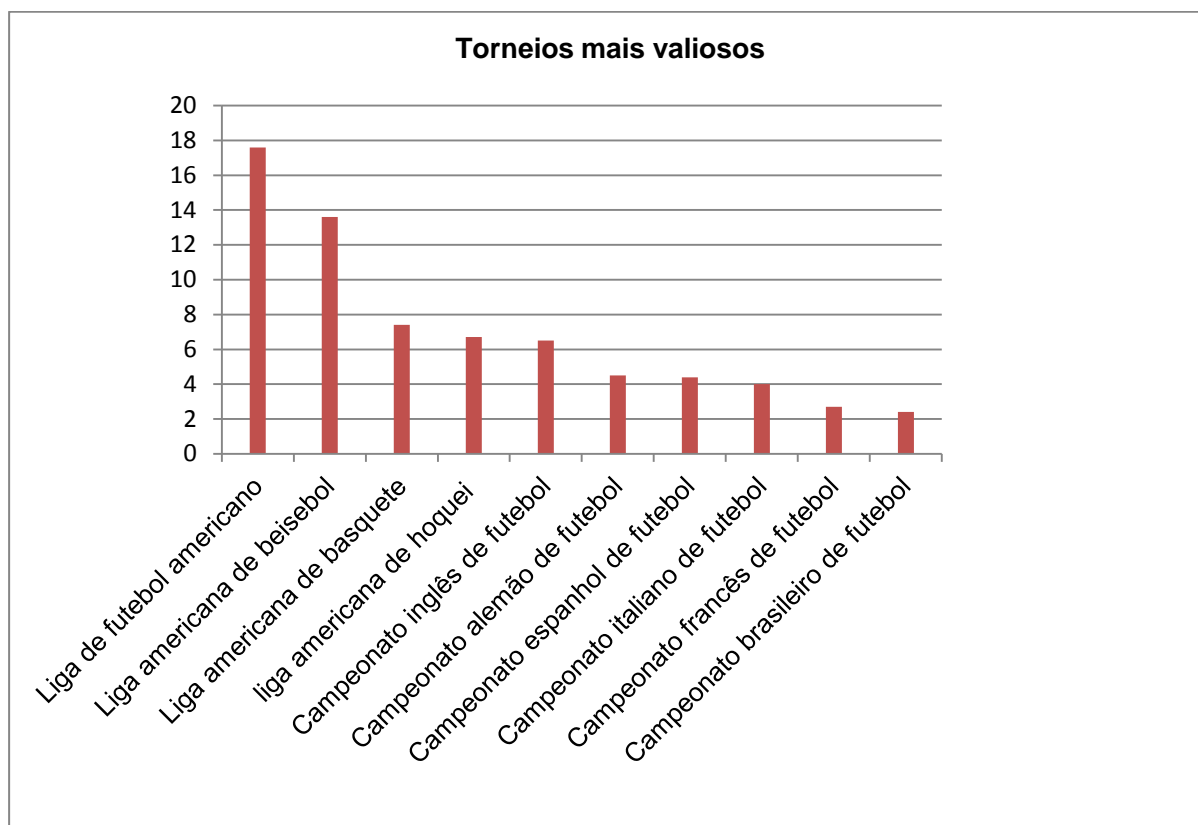
Como dissemos, o maior crescimento nesta última década foi na venda de artigos esportivos. No mundo, somente a Nike, a Adidas e a Puma faturam por ano mais de 40 bilhões de dólares⁶². Isso aumenta na medida em que se investe na exposição e na inovação dos produtos destas empresas.

Além do mercado varejista, existe o mercado de entretenimento, ou seja, os eventos esportivos. E, neste aspecto, quem se destaca são as ligas norte-americanas, de futebol americano, de beisebol, de basquete e de hóquei (gráfico 1). Os eventos regulares se tornaram lucrativos na era do esporte-mercadoria-espetáculo. Quanto mais aberto ao mercado for a gestão - com traços de profissionalismo, de competitividade e de espetacularização-, mais lucrativo ele será.

⁶¹ Informação disponível em: <http://www.blogdoji.com.br/tag/amir-somoggi/>. Acesso em: 01/06/2013.

⁶² Informação disponível em: <http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/redacao/2012/06/20/olimpiada-vira-vitrine-de-exposicao-e-disputa-entre-gigantes-fornecedoras-de-material-esportivo.htm>. Acesso em: 02/01/2013.

Gráfico 1: Faturamento dos maiores campeonatos do mundo (2012), em bilhões de reais.



Fonte: Revista Exame. Edição 1042, ano 47, nº 10 de 29/05/2013. Elaboração do autor (2013).

A liga de futebol americano (NFL) se destaca pela priorização da competitividade, pelo espetáculo e pela saúde financeira dos times participantes. As cotas de televisão, a principal fonte de renda, são divididas igualmente entre todos. De forma parecida, as demais ligas citadas e também os campeonatos de futebol da Europa vêm seguindo o mesmo modelo.

No Brasil, o mercado de futebol cresceu nestes últimos anos. O gráfico 2 demonstra que a renda dos vinte maiores clubes do país quadruplicou no período de 2004 a 2012⁶³. Somente em 2012 foi mais de três bilhões de reais.

⁶³ A principal fonte de renda são as cotas de televisão, que equivale aproximadamente a 40% das receitas. Em 2004 era, aproximadamente, duzentos e quarenta milhões; já em 2012, chegou a um bilhão e meio de reais.

Gráfico 2: Receita dos vinte maiores clubes de futebol do Brasil em bilhões de reais.



Fonte: Revista Exame. Edição 1042, ano 47, nº 10 de 29/05/2013. Elaboração do autor (2013).

Apesar do crescimento no faturamento, os clubes brasileiros ainda estão longe dos vinte maiores clubes do velho continente. Esses, em 2012, tiveram uma receita superior a doze bilhões de reais.

De qualquer forma, o mercado esportivo de eventos é rentável e se insere na lógica de produção e reprodução do capital, deslocando o excedente econômico e, também, serve para a burguesia demandar o fundo público.

Neste caso, citamos como exemplo o investimento do Estado na construção e/ou reformas dos estádios para a Copa FIFA 2014⁶⁴. Até novembro de 2012 já havia gasto mais de seis bilhões de reais⁶⁵. Além disso, os eventos ainda mobilizam investimento do poder público em setores de interesse do capital, como portos, aeroportos, estradas (PENNA, 2011).

Enfim, pelo que já descrevemos, o campo esportivo assume todas as características da mercadoria do capitalismo tardio: “[...] sua obsolescência programada, sua fungibilidade, sua imediatividade reificante” (NETTO, 2012, p. 211).

⁶⁴ Os dados dos Jogos Rio 2016 apresentamos no último capítulo.

⁶⁵ Informação disponível em: <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/11/08/dinheiro-publico-responde-por-89-dos-r-67-bi-gastos-com-estadios-da-copa-ate-agora.htm>. Acesso em: 01/06/2013.

E quem são os beneficiados com o esporte-mercadoria? A resposta de certa forma já se sabe, ou seja, os membros das entidades esportivas, os empresários do esporte e os gestores urbanos.

Quanto às entidades esportivas, especialmente o COI e a FIFA, lucram com seus monopólios⁶⁶. Os ganhos em patrocínio, licenciamento de produtos e direitos de imagens a cada edição da Copa FIFA tornam-se assombrosos. A título de exemplo, a Copa de 1982 rendeu, em direitos de transmissão à FIFA, 30 milhões de dólares. Oito anos depois isso mais que duplicou, chegando à casa dos US\$ 70 milhões (PRONI, 1998).

Quanto ao Estado, olhando para o cenário nacional percebemos que é inegável a sua mudança de atuação em relação ao campo esportivo. Afinal observamos, com o nacional-desenvolvimentismo, uma presença incisiva no sentido de disseminar as práticas esportivas entre os cidadãos, com objetivo de controle social e recuperação física, bem como de ampliar a base da pirâmide, para projetar o país no campo internacional. Contudo, com a vigência do neoliberalismo, estas características persistem, mas o Estado procura atender as necessidades dos envolvidos com o esporte na perspectiva mercadoria; o aspecto econômico ganha relevância.

Ele (o Estado) se afasta de suas obrigações constitucionais de garantir o direito ao esporte a todos e estabelece os mecanismos para que a população o adquira no mercado, como um anti-direito.

No que se refere à atuação do mercado, percebemos que cada vez mais se diversifica na apropriação do esporte como fonte de acumulação de capital. E, isso não se manifesta apenas na sua forma externa e na categoria de seus praticantes:

Atinge, também, o gesto esportivo, o movimento humano que é realizado em seu interior. O esporte, produto deste período histórico, está situado em um contexto onde ocorrem, simultaneamente, a **subsunção formal** e a **subsunção real do trabalho ao capital**. (SILVA, 1991, p. 75, grifos do autor).

Sendo esta última a sua forma predominante.

⁶⁶ Em torno destas entidades, extremamente burocráticas, fechadas e centralizadas, se ramifica o campo esportivo pelo mundo. Elas e outras grandes organizações detêm o poder sobre o esporte de rendimento.

CAPÍTULO 3

EXPRESSÕES DO ESPORTE COMO VALOR NO GOVERNO LULA/DILMA

As discussões desenvolvidas até aqui expõem que o campo esportivo, moldado pelas relações sociais, se consolidou nos últimos anos como mais um setor de produção e reprodução do capital. Assim, o esporte visto como um não-direito, como uma mercadoria, passa a ser a forma dominante.

As políticas esportivas do Estado como o conjunto das políticas sociais priorizaram as demandas do capital, ao invés do atendimento das necessidades humanas.

Porém em 2003, por meio de uma coalizão com partidos de centro e de direita, assume o poder executivo federal do Brasil o Partido dos Trabalhadores (PT), com Lula à frente. A histórica ligação do PT com os movimentos sociais e com a luta pela ampliação dos direitos sociais criou a esperança de uma reorganização na forma do Estado atuar com as políticas esportivas.

A expectativa de priorização de ações tendo o esporte como direito se alimentava da produção existente de membros do setorial do partido e de outros intelectuais de esquerda ligados às políticas esportivas, que serviam como suporte para administrações municipais e para os debates internos do PT.

No entanto, diante do imperativo de acomodar os aliados, Lula estabeleceu um arranjo institucional que contou com a cessão do Ministério do Esporte (ME) ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). As lideranças do PC do B aceitaram, mas a contragosto, pois acreditavam que mereciam um posto que tivesse mais visibilidade. Para completar o desgosto, teriam que dividir o Ministério com o setorial do PT ligado ao esporte.

O PC do B já havia administrado a pasta do esporte em alguns municípios, mas não possuía uma sólida base sobre a temática. Portanto, o desenvolvimento de políticas esportivas é entregue ao partido que a princípio rejeitou a pasta e também que não tinha quadros afeitos ao debate.

Ao assumir o ME o PC do B tinha a necessidade de construir uma marca própria, e o fez ao dar uma nova “roupagem” para a política esportiva de FHC, o programa “Esporte na Escola” foi reconfigurado e passou a se chamar “Programa Segundo Tempo”, se constituindo no principal ação do Ministério (ATHAYDE, 2009).

Mas isso não quer dizer que as entidades de administração do esporte de alto rendimento, que já se beneficiavam com os recursos da Lei Agnelo/Piva (Lei nº 10.264/2001), fossem esquecidas. A busca por legitimidade e visibilidade político-eleitoral fizeram os membros do PC do B se aproximarem e sucumbir aos interesses dos atores do esporte-mercadoria-espetáculo.

A consolidação dos laços entre o governo federal e as entidades esportivas e o esporte-mercadoria-espetáculo perpassou pela sanção do Estatuto de Defesa do Torcedor (EDT) em 2003; pela criação do programa Bolsa Atleta em 2004, pela Lei de Incentivo ao Esporte (LIE); e a Timemania, em 2006, acentuado com a entrada do governo federal na realização do Pan em 2007.

Porém, com a “conquista” do direito de sediar a Copa FIFA 2014 e os Jogos Rio 2016, o Estado modifica o ordenamento legal, formula o Plano Decenal do Esporte e Lazer (PDEL), reorganiza o arranjo institucional, estabelece estruturas paralelas de gestão, incentiva os negócios olímpicos, especialmente aqueles ligados a construção civil e a inovação tecnológica (FLAUSINO, 2013).

Nesse capítulo realizamos este debate. Na primeira seção são apresentadas as características do Governo Lula/Dilma, especialmente na área econômica e social, bem como o papel do Estado na organização da acumulação capitalista. Estudos recentes demonstram que o bloco no poder nestes últimos dez anos consolidaram os pilares neoliberais no âmbito da economia e ampliaram os investimentos nas políticas assistenciais, reduzindo a desigualdade de renda, sem alterar a desigualdade de classe. O Estado, cada vez mais empreendedor, contribuiu para a valorização e acumulação de capital.

Na segunda e na terceira seções discute-se especificamente a agenda esportiva, e busca-se demonstrar como ela se alinha ao projeto de governo Lula/Dilma. No primeiro momento faz-se a análise das relações de força, representadas por diferentes atores, o que produziu tensões e até mesmo avanços no sentido da garantia do esporte como direito social. E, por fim, no último tópico abordamos a “virada” na agenda esportiva, especialmente com a realização do Pan 2007 e as principais consequências da conquista do direito de sediar a Copa FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016.

3.1 Lula lá em campo

A candidatura de Lula pelo PT reuniu um arco de alianças com partidos de esquerda, de centro e de direita- com o tradicional político e empresário mineiro José Alencar, membro do Partido Liberal (PL) ocupando a vice-presidência da República.

Quando as pesquisas indicavam a vitória de Lula, os mercados se agitaram, o medo da eleição do operário derrubou as bolsas e o risco país aumentou. Logo o presidenciável assinou um acordo e se comprometeu a cumprir todos os contratos e a pagar a dívida com o FMI.

Isso ocorre em junho de 2002 quando a coligação liderada por Lula lança “a carta ao povo brasileiro”⁶⁷, documento elaborado por poucas mãos que sinalizava o “pacto” entre capital e trabalho.

O “lulinha paz e amor”, não metia, como antes, tanto medo na burguesia e sua eleição possui uma relação direta com as fissuras no bloco de poder promovida pelo governo anterior. O então candidato do PT conseguiu angariar apoio de setores da burguesia industrial, do médio capital e da burguesia nacional de Estado.

Conforme Boito Jr. (2007), os três movimentos da política neoliberal do Governo Fernando Henrique Carneiro (FHC) favoreceram o grande capital financeiro nacional e internacional. Mas somente o primeiro, a mercadorização e a desregulamentação dos direitos sociais concebeu unidade à burguesia. As privatizações promoveram perdas para a fração que controlava as estatais e as empresas de médio porte que não puderam participar do processo. E, com as medidas de abertura comercial e a desregulamentação financeira, o capital industrial foi negligenciado em detrimento do grande capital financeiro.

A eleição de Lula se deve ao fracasso do Governo FHC, da consequente reprovação da sua gestão e da resistência dos movimentos populares, mesmo golpeados pelas políticas neoliberais (SADER, 2010). Em 2002 três em cada quatro

⁶⁷Singer (2009; 2010) considera que a “carta ao povo brasileiro” foi sendo tecida desde a derrota do PT em 1989. Nas eleições daquele ano, no segundo turno, houve polarização por renda nas eleições e Collor obteve o maior percentual dos votos entre os eleitores mais pobres. O documento lançado em 2002, como estratégia de campanha, torna-se orientação do partido, pois, o governo ao manter o tripé da política econômica neoliberal, impede reações do capital à sua política social e possibilita ao PT, sem grades instabilidades, a adesão do subproletariado.

brasileiros rejeitaram nas urnas a continuidade das políticas desenvolvidas por FHC, simbolizadas pelo seu candidato José Serra (BORON, 2010).

A vitória de Lula no segundo turno levou parte do país às lágrimas, afinal era a chegada de um operário à Presidência da República. Finalmente a esperança havia vencido o medo e o PT tinha nas mãos a chance de fazer o “gol” e virar a página da história do Brasil.

Entretanto, o PT do colégio de Sion⁶⁸ já não era mais o mesmo e tinha que pagar a dívida assumida no período eleitoral com setores do capital. O primeiro desafio do novo presidente foi organizar a equipe de governo e nos postos estratégicos foram colocadas pessoas diretamente ligadas à burguesia, caso do Banco Central e dos Ministérios da Agricultura e da Indústria e Comércio⁶⁹.

Para acomodar todos da aliança, o governo ampliou o número de ministérios e de secretarias especiais. Destaca-se que diversas lideranças de movimentos sociais e sindicais foram alocadas em cargos na esplanada.

No congresso nacional, Lula se alia a velhos coronéis que tanto criticava no passado, a exemplo da família Sarney, de Renan Calheiros, de Jader Barbalho e outros, tudo em nome da governabilidade. Em contrapartida, à medida que o governo avança na contrarreforma do Estado, como a reforma da previdência, a lei de inovações, a lei das fundações, os membros do PT que eram contrários, apegados aos princípios originais do partido foram expulsos⁷⁰.

Após escalar a equipe, o Governo Lula enfrenta a herança deixada pelo “tucanato”. De acordo com Behring (2008, p.23):

O novo governo encontra o país dilacerado e com uma série de armadilhas econômicas – com destaque para a bomba de juros em combinação com o endividamento externo e interno, somando as atitudes predatórias dos especuladores- amarras jurídicas, a exemplo da lei de responsabilidade fiscal, para que o Estado possa cumprir um papel estruturante e redistributivo. Portanto, a tarefa é a de uma corajosa reconstrução do Brasil após avalanche- o dilúvio neoliberal com suas graves sequelas- que deixa de herança um país

⁶⁸ Ver Singer (2009).

⁶⁹ No Banco Central foi alocado Henrique Meirelles, na Agricultura Roberto Rodrigues, coordenador do centro do agronegócio da Fundação Getúlio Vargas e na pasta de Indústria e Comércio Exterior Miguel Jorge, presidente do conselho de administração do grupo Sadia do qual é acionista.

⁷⁰ Numa manobra rápida o diretório do PT no dia 14/12/2003 expulsaram os deputados: Luciana Genro (RS), João Fontes (SE) e João Batista, o Babá (PA) e a senadora Heloísa Helena (AL), contrários nas votações encaminhadas pelo governo. Informação disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u56445.shtml>. Acesso em: 11/02/2013.

privatizado, profundamente endividado, ainda mais desigual e violento.

Fagnani (2011) demonstra isso em números, ou seja, em 2002, a inflação bateu 12,5%; a taxa de juros (Selic) atingiu 25%. O risco Brasil saltou de 861 pontos em 2001 para 1.445 pontos no último ano de FHC. As reservas internacionais atingiram seu menor nível desde 1994. A relação dívida externa bruta/PIB chegou ao patamar mais alto dos últimos anos- 42%. A dívida líquida do setor público atingiu o topo desde o início dos anos de 1990 (57% do PIB).

Sem dúvida, o Governo Lula recebeu um país com uma economia em situação difícil e uma “dívida social altíssima”; também herdou consensos nacionais tecidos por anos de neoliberalismo, incorporados na “carta ao povo brasileiro”. Diante deste cenário, Lula “chuta” para fora a oportunidade de estabelecer políticas econômicas e sociais que redistribuíssem renda e universalizassem direitos sociais e opta pela manutenção do tripé da política macroeconômica - controle da inflação, do câmbio flutuante e do superávit primário - inclusive com mais consistência que o presidente FHC⁷¹.

O alinhamento ao mercado e às velhas lideranças, conservadoras, da política leva o governo a adotar as mesmas práticas da direita e, em 2005, explode mais um escândalo no Congresso Nacional, o governo é acusado de comprar apoio de parlamentares com cargos e verbas públicas, o “mensalão”. O escândalo, então, arrasta o petismo para as páginas policiais e ameaça a reeleição do presidente Lula em 2006.

Entretanto, o governo hegemônico pelo PT havia construído uma base sólida, as frações da burguesia não tinham o que reclamar e o governo com as políticas assistenciais chegava aos rincões do país⁷², ou seja, angariava apoio do subproletariado.

Nas eleições de 2006 o PT/Lula se reelege com uma aliança ainda maior e, pela primeira vez, ganha nos setores mais miseráveis. A partir de então, intelectuais

⁷¹ De acordo com Paulani (2012), complementarmente a isso, outras medidas também são tomadas para concluir o processo de inserção da economia brasileira nos circuitos mundiais de acumulação financeira: extensão da reforma da previdência aos servidores públicos, a reforma da lei das falências e as medidas para aumentar o grau de abertura financeira.

⁷² Inicialmente o governo lança o programa Fome Zero, mas depois de diversos problemas, elege o Bolsa Família como carro chefe. Este surge e se amplia após a unificação de outros programas sociais existentes até então como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio gás.

ligados ao governo argumentam que, apesar de a manutenção dos pilares macroeconômicos do neoliberalismo, houve rompimento, a partir de 2006, com maior presença do Estado, ao direcionar os investimentos e ampliar o crédito, ao redistribuir renda com aumento real do salário mínimo, ao ampliar as políticas sociais focalizadas como o Bolsa Família. Da mesma forma, ao reorientar a política externa do país, com superávits da balança comercial especialmente em *commodities* agrícolas, com pagamento da dívida com o FMI e a diminuição da dependência dos EUA, ampliado o arco de relações do comércio externo, especialmente sul-sul (ROUSSEFF, 2010; SOUZA, BARBOSA, 2010; MERCADANTE, 2010; POCHMANN, 2011; SINGER, 2012). Portanto, para eles é um equívoco estabelecer linearidade entre as políticas de FHC e de Lula.

Fagnani (2011, p.76) também compartilha desta posição. De acordo com o autor, a partir de 2006 o governo caminhou “no sentido de construir uma nova estratégia de proteção social baseada no desenvolvimento econômico com estabilidade, distribuição da renda e convergência entre as ações universais e focalizadas”.

Assim, parece que os movimentos de ampliação dos gastos no campo social com políticas assistenciais focalizadas, combinaram com a manutenção de ações de outros princípios conservadores (POCHMANN, 2011). Deste modo, é possível caracterizar este período a partir do conceito da “modernização conservadora”. Ricci (2010), inclusive, acredita que o “Lulismo”⁷³ complementa a era iniciada por Vargas, uma vez que, o governo também ampliou o bloco de poder dominante.

Sobre isso, segundo Boito Jr. (2007, 64), a grande novidade no Governo Lula foi a “ascensão política da grande burguesia interna industrial e do agronegócio, principalmente dos setores voltados para o comércio de exportação, embora, é verdade, não tenha quebrado a hegemonia das finanças e tampouco alterado a posição subordinada do médio capital no bloco no poder”.

De todo modo, a decisão política de ter o Estado mais presente no desenvolvimento econômico do país⁷⁴, o alinhamento dos movimentos sociais e sindicais ao governo e a capacidade do presidente de negociação possibilitou ao

⁷³ Sobre o “Lulismo” ver Singer (2009) e Ricci (2010).

⁷⁴ Como exemplos, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa, Minha Vida. Assim, o Estado, no Governo Lula volta a estar presente no processo de indução do desenvolvimento econômico do país.

governo a princípio compatibilizar interesses conflitantes. De um lado altos juros, lucros das frações do grande capital financeiro, das frações do agronegócio, fundos públicos, empresas estatais, grandes grupos nacionais e, do outro, ampliação do crédito para segmentos da população com menor renda, o os aumentos reais do salário mínimo, aumento do emprego formal e a ampliação da política de transferência de renda.

Pochmann (2011) observa que, desde meados da década de 2000, o Brasil experimenta um novo padrão de mudança social, o seu terceiro, com características diferentes dos anteriores, pois combina a expansão da renda *per capita* com diminuição da renda pessoal e, com isso, também, nota-se para os anos de 2004 a 2010 uma redução média anual do desemprego (5,2%), da pobreza (4,8)⁷⁵.

O autor acredita que isto seja o efeito do conjunto das transformações na economia e da ampliação das políticas públicas, como o fortalecimento do setor industrial, com a recuperação do ritmo de crescimento do mercado interno de consumo sustentado pela elevação da renda das famílias e expansão do crédito⁷⁶.

Gonçalves (2010) demonstra que, de modo geral, a taxa de investimento no Governo Lula é superior a média do país, considerando o período de 1890-2009 e que tanto a taxa de inflação como o indicador de vulnerabilidade externa são inferiores a média de todo o período republicano do país. Não obstante, as médias observadas para o crescimento econômico e hiato de crescimento estão abaixo do período citado. O pior desempenho do governo é no indicador de fragilidade financeira, referente à relação entre a dívida interna pública federal e o produto interno bruto- PIB.

⁷⁵ Sobre a redução da pobreza no Brasil e mesmo em outros países durante a vigência do neoliberalismo é importante retomarmos o debate do primeiro capítulo, pois para Pereira e Amorim (2010, p. 6), existe a necessidade de refletirmos sobre alguns conceitos, como: pobreza, extrema pobreza, linha de pobreza etc. Os autores colocam que “apesar das notícias midiáticas afirmarem grandes reduções percentuais da miséria e da pobreza no Brasil e no mundo, deve-se ter em mente que muitos dos que superaram a linha estipulada para o cálculo dessas duas situações o fizeram porque passaram a receber poucos reais (ou dólares) a mais. Isso explica, em parte, porque os programas de transferência de renda têm sido considerados a maneira mais eficaz de redução da indigência e da pobreza. Contudo, o que as notícias não divulgam é que os beneficiários deixam de ser miseráveis apenas na teoria; na prática, como já explicitado, as condições socioeconômicas que os fariam pobres se mantêm”. Ainda sobre isso, os dados que o autor apresenta esconde o que poderíamos chamar de “pulo do gato” do governo Lula, ou seja, por trás das informações de redução da extrema pobreza, crescimento da classe média, esconde o imobilismo patrimonial.

⁷⁶ É importante apontar que o setor produtivo fortalecido pelo Governo Lula foi aquele que produz bens para exportação de baixo valor tecnológico. Como demonstra Paulani (2012), houve um processo de reprimarização da pauta de exportações no Brasil, com insuficiência, baixos salários e degradação da qualidade dos empregos oferecidos.

A estratégia de investimento adotada pelo governo brasileiro, apesar de apresentar sinais de recuperação com crescimento do PIB, pode-se observar que sua magnitude continua muito aquém da média dos países latino-americanos. As ações de crescimento econômico adotadas pelo Governo Lula acompanham os demais países da América Latina e o bom momento da economia internacional (Tabela 1). O diferencial do governo foi à diversificação das parcerias internacionais, diminuindo a dependência em relação aos EUA.

Tabela 1: Taxa de variação do PIB América Latina e mundo.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média anual
Argentina	-0,8	-4,4	-10,9	9,0	8,9	8,6	6,8	8,6	6,8	0,8	9,2	3,9
Bolívia	2,5	1,7	2,5	2,7	4,2	4,4	4,8	4,6	6,1	3,4	4,2	3,7
Brasil	4,3	1,3	2,7	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	3,4	-0,6	7,5	3,7
Chile	4,5	3,5	2,2	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	-0,6	-1,7	5,3	3,8
Colômbia	2,9	1,7	2,5	3,9	5,3	4,7	6,7	6,9	3,5	1,5	4,3	4,0
Equador	4,2	4,8	3,4	3,3	8,8	5,7	4,8	2,0	7,2	0,4	3,2	4,3
Honduras	5,7	2,7	3,8	4,5	6,2	6,1	6,7	6,2	4,1	-2,1	2,8	4,2
México	6,0	-0,9	0,1	1,4	4,0	3,2	5,2	3,2	1,5	-6,1	5,5	2,0
Paraguai	-3,3	2,1	0,0	3,8	4,1	2,9	4,3	6,8	5,8	-3,8	15,3	3,3
Peru	3,0	0,2	5,0	4,0	5,0	6,8	7,7	8,9	9,8	0,9	8,8	5,4
Uruguai	-1,8	-3,5	-7,1	2,3	4,6	6,8	4,3	7,3	8,6	2,6	8,5	2,8
Venezuela	3,7	3,4	-8,9	-7,8	18,3	10,3	9,9	8,2	4,8	-3,3	-1,9	3,0
Média	2,6	1,0	-0,4	2,7	6,8	5,7	5,9	6,1	5,6	-0,7	6,0	3,7
Média mundo	4,8	2,3	2,9	3,6	4,9	4,6	5,2	5,4	2,9	-0,5	5,0	3,7

Fonte: FMI. Elaboração: Gonçalves (2012).

Os dados acima demonstram que, de 2003 a 2010, enquanto a média de crescimento dos demais países fica em 4,7%; no Brasil, o crescimento foi numa média de 3,7%, no mesmo período -, ou seja, um por cento a menos em relação aos demais nações.

Como se percebe, o aumento do PIB, ainda que pequeno, não foi uma peculiaridade do Brasil, pois acompanhou uma tendência mundial; nesse caso o país responde com medidas que beneficiavam a indústria nacional, exportando produtos, especialmente agrícolas, para países como a China.

Outro aspecto que chama a atenção é a vinculação da economia nacional, bem como dos demais países da América Latina, com a economia mundial. Isto fica evidente com os níveis de crescimento do ano de 2009. A crise que se iniciou em

2008, nos EUA, atingiu praticamente todo o globo, refletindo no baixo crescimento econômico das nações em 2009.

De qualquer forma, Boschetti (2012, p. 43) elenca os seguintes motivos que possibilitaram o crescimento do país, mesmo com a queda em 2009:

Por um lado, o crescimento no período se deve a uma política econômica de estímulo e investimento no favorecimento da indústria, com redução de impostos, isenções fiscais e programas de estímulo à produção [...] e às estratégias de redução de impostos sobre as chamadas mercadorias brancas (em geral eletrodomésticos) e carros. Por outro lado, se deve ao aumento dos investimentos externos diretos (IED).

É importante dizer que durante o Governo Lula, especialmente no seu segundo mandato, o Estado, para aumentar os investimentos em setores importantes da economia, realizou diversas parcerias com os empresários. Elas foram defendidas por setores do governo, como o Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES)⁷⁷ e fazem parte das novas estratégias de governança urbana empreendedora (HARVEY, 2006).

Através das parcerias, o governo ampliou o investimento em inovação⁷⁸, aumentou as concessões de crédito, as linhas de financiamento e as isenções fiscais. O Estado também contribuiu para a concentração de empresas nacionais, em condições de competirem no mercado internacional, realizou ações e movimentos de flexibilização da legislação trabalhista, previdenciária e aumentou o investimento na qualificação profissional.

Ressalta-se que o crescimento econômico, comemorado pelo governo brasileiro, não significa distribuição da riqueza ou mesmo redução significativa da pobreza. O Brasil, no período do Governo Lula, diminuiu a desigualdade de renda, bem como, reduziu o número de pobres, mas nada para ser festejado (Tabela 2).

⁷⁷ Giambiagi et all (2010), expõe que em determinados setores como a infraestrutura de transporte ferroviário ou a rede de distribuição de energia elétrica, água, gás e telefone, há fortes argumentos para que a gestão seja privada, mas com financiamento público. De acordo com os autores, os técnicos do BNDES possuem mais acúmulo de conhecimentos do que outras áreas do governo na privatização de empresas e na elaboração de contratos quando em parcerias público-privadas.

⁷⁸“Lula sanciona lei que impulsiona a inovação tecnológica no Brasil”. Disponível em: www.gestaoct.org.br. Acesso em: 08/06/2012.

Tabela 2: Coeficiente Gini- 2000-2009, América Latina.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Média	Var. Média anual
Argentina	55,8	57,4	59,0	56,3	53,7	52,4	51,0	51,0	51,0	51,0	53,9	-0,53
Bolivia	52,0	53,7	55,4	55,7	56,1	54,0	51,9	49,9	-	-	53,6	-0,30
Brasil	63,9	63,9	63,4	62,1	61,2	61,3	60,5	59,0	59,4	57,6	61,2	-0,70
Chile	56,4	56,0	55,6	55,2	54,2	53,2	52,2	52,3	52,3	52,4	54,0	-0,44
Colômbia	57,9	58,7	59,4	57,3	57,9	58,0	58,3	58,6	58,9	57,8	58,3	-0,01
Equador	52,8	52,4	52,0	51,7	51,3	53,1	52,7	54,0	50,4	50,0	52,0	-0,31
Honduras	57,2	58,0	58,8	58,7	59,3	59,9	60,5	58,0	-	-	58,8	0,11
México	54,6	53,0	51,4	51,5	51,6	52,8	50,6	51,0	51,5	-	52,0	-0,39
Paraguai	56,7	57,0	56,3	55,5	54,8	53,6	53,7	53,9	52,7	51,2	54,5	-0,61
Peru	53,5	52,5	54,7	50,6	50,5	50,4	50,2	50,0	47,6	46,9	50,7	-0,73
Uruguai	44,5	45,0	45,5	45,9	46,4	45,1	45,4	45,7	44,6	43,3	45,1	-0,13
Venezuela	49,9	49,9	50,0	48,5	47,0	49,0	44,7	42,7	41,2	-	47,0	-1,09
Média	54,6	54,8	55,1	54,1	53,7	53,6	52,6	52,2	51,0	51,3	53,3	-0,43

Fonte: Gonçalves (2012).

Como se percebe, a diminuição do índice *Gini* ocorreu nos diversos países da América Latina, entretanto estes países, inclusive o Brasil, continuam com os indicadores de desigualdade mais elevados do mundo.

Os dados do Brasil, atual, se assemelham àqueles da década de 1960 e nos leva a questionar se realmente temos um novo modelo de desenvolvimento, como apontam membros do governo e alguns intelectuais, ou se são as mesmas estratégias de acumulação de capital.

A tendência de queda na desigualdade no Brasil e mesmo nos demais países do continente é lenta e está relacionada ao aumento dos gastos públicos principalmente por meio de programas de transferência de dinheiro, caso do Bolsa Família e do aumento dos rendimentos do trabalho, com diminuição da diferença entre os trabalhadores qualificados e não qualificados.

No que se refere aos programas não contributivos, cabe dizer que fazem parte dos programas de governos de todos os países da Tabela 2, independente da posição ideológica do partido que assumiu o poder executivo (ibid, 2012). Sendo que tais políticas “[...] possuem muito mais o caráter de estratégias de minorar o impacto da crise, que provocar uma mudança no modelo de desenvolvimento social” (BOSCHETTI, 2012, p. 37).

Para complementar, parte do orçamento público, formado especialmente pelo suor do trabalhador, está comprometido com o pagamento da dívida pública. Somente em 2010 equivalia a 40% do PIB, ao passo que em 2011, foi 36,5%; em 2012, 45% dos recursos do fundo público foram para pagamento de juros da dívida.

Portanto, o chamado “neodesenvolvimentismo” não alterou o foco de atuação do Estado, não ampliou as políticas sociais balizadas pelo princípio da universalidade, não estabeleceu políticas que realmente modificassem a estrutura de concentração de renda no país. Pelo contrário, adotou ou continuou com as ações em favor do capital.

Por isso, concordamos com a análise de Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 112):

Enfim, Lula consolida o modelo marcado pelo padrão de distribuição de renda de enorme desigualdade, reduzidas taxas de crescimento e investimento, inserção internacional passiva e grande vulnerabilidade externa estrutural. O governo Lula reafirmou a política econômica herdada do governo anterior e, apoiado no melhor desempenho conjuntural do setor externo, deu novo fôlego ao modelo, legitimando-o politicamente e soldando mais fortemente os interesses das diversas frações de classes participantes do bloco de poder dominante.

Nesse sentido, Boron (2010, p. 75) afirma que ocorreu no Brasil mais do mesmo, “ratificando-se o rumo neoliberal adotado por sucessivos governos brasileiros, se bem que com um ligeiro matiz, especialmente sobre o final do primeiro mandato de Lula: a extensão do ‘Bolsa Família’ [...]”.

Perry Anderson (2008, p. 22-23, apud BORON, 2010, p.60) chega a dizer que:

O regime de Lula poderia ser considerado de um certo ponto de vista como a maior desilusão sofrida pela esquerda mundial neste período. O PT foi o último partido operário de massas que surgiu no século 20 [...] chegando ao poder no maior país do continente, depois de oito anos de uma administração neoliberal que denunciara, o partido não conseguiu romper com as mesmas ortodoxias que têm feito dos bancos e das instituições financeiras os grandes beneficiários de seus governos. Nenhuma bolsa do mundo tem contabilizado lucros tão estratosféricos como a de São Paulo, que disparou até um 900% no intervalo de cinco anos.

O Governo Lula continua com as alianças com a burguesia e negligencia o caminho das reformas profundas ao governar segundo as regras do “possibilismo”-desenvolvimento dentro da ordem capitalista-, não sendo capaz de criar alternativas em direção ao pós-neoliberalismo.

De qualquer forma, as políticas do governo lideradas por Lula foram aprovadas nas urnas em 2010 e desde 2011 o poder executivo é conduzido por outro quadro do PT, neste caso outra, a presidente Dilma Rousseff. Portanto, não houve alteração no bloco de poder, as forças contra-hegemônicas continuam subordinadas e a presidente segue com as medidas adotadas no Governo Lula, em favor do capital.

3.2. Cara ou Coroa: direito ou mercadoria?

Como dissemos, a eleição de Lula em 2002 trouxe, em certa medida, a esperança da universalização do esporte. Neste sentido, a criação do ME como pasta da área social aumentava as expectativas⁷⁹.

Ao assumir o ME, em 2/1/2003, Agnelo Queiroz tinha na plateia membros do governo, parlamentares, ex-atletas e dirigentes de entidades esportivas⁸⁰. A presença destes não era por acaso, apesar de recentemente (2001) ter faturado 2% do rendimento das loterias, a sede por mais recursos e poder é incessante. Por outro lado, os dirigentes do PC do B, dependiam deles para se associarem ao esporte espetáculo e serem vistos e ouvidos.

Neste período, o ME saúda o lançamento do documento da ONU-Força-Tarefa (2003) “Esporte para o Desenvolvimento e Paz [...]”, afirmando ser “... impressionante ver a sintonia que existe entre o que já estamos fazendo aqui no

⁷⁹ O decreto nº 4.668 de abril de 2003 criou a estrutura e os órgãos do Ministério do Esporte, que sob o comando PCdoB, desde 2003, possui atualmente três secretarias finalísticas (Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social- SNELIS; Secretaria Nacional do Esporte de Alto Rendimento-SNEAR; e, Secretaria Nacional do Futebol e Direitos do Torcedor). Entretanto até início de 2011 tínhamos as seguintes secretarias: Secretaria Nacional do Esporte Educacional-SNEED; Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer- SNDEL e a SNEAR, que continua.

⁸⁰ Informação disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2003-01-02/ministro-agnelo-queiroz-quer-investir-no-esporte-para-criancas-carentes>. Acesso em: 11/02/2013. Vale citar que no Brasil o esporte de alto rendimento está sob a tutela do COB que, para cada modalidade esportiva, possui uma confederação e em cada estado estas possuem federações. Além delas o país possui uma tradição “clubista”, organizações por onde passam a maioria dos atletas de base, sendo que algumas modalidades possuem clubes com atletas profissionais. Em geral todas estas entidades possuem como características, a ausência de transparência, alternância de poder e apropriação do fundo público para se manterem e realizarem as atividades (CASTELAN, 2011).

Brasil e o que propõe a ONU” (BRASIL- MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2003, p.1, apud MELO, 2011).

Isto demonstra qual viria a ser a linha das políticas esportivas do governo Lula. Vale a pena comentar que no documento apresentado pela ONU e seguido pelos gestores do ME, o esporte é totalmente mistificado sendo capaz de resolver problemas sociais e econômicos.

O esporte pode atravessar as barreiras que dividem as sociedades, tornando-o assim uma poderosa ferramenta para apoiar esforços de prevenção de conflitos e de construção da paz, tanto simbolicamente no nível global, quanto de maneira bastante prática dentro das comunidades. Quando aplicados eficazmente, os programas de esportes promovem a integração social e fomentam a tolerância, ajudando reduzir a tensão e gerar o diálogo. O poder de organização e reunião do esporte o torna uma ferramenta ainda mais eficaz para a comunicação e a conscientização (ONU, 2003, p. 4).

O Relatório da ONU ainda diz como deve ser a atuação do Estado e dos indivíduos:

1. O esporte deve ser bem *integrado na agenda do desenvolvimento*.
2. O esporte deve ser incorporado como uma ferramenta útil nos programas para o *desenvolvimento e a paz*.
3. As iniciativas baseadas no esporte devem ser incluídas nos programas de país das Agências das Nações Unidas, conforme apropriado e de acordo com necessidades localmente avaliadas.
4. Programas que promovem o esporte para o desenvolvimento e a paz necessitam de mais atenção e *recursos por parte dos Governos* e do sistema das Nações Unidas.
5. As atividades baseadas na comunicação que utilizam o esporte devem focalizar na mobilização social e na *conscientização bem-direcionados*, particularmente nos níveis nacional e local.
6. Uma recomendação final da Força Tarefa é que a maneira mais eficaz de implementar os programas que usam o esporte para o desenvolvimento e a paz é através de *parcerias* (ibid, p. 4, grifos nossos).

O documento chama atenção para o fato de que o esporte é tão importante para a coesão social quanto para o desenvolvimento econômico. Nesta perspectiva, explica que as atividades econômicas relativas ao esporte envolvem, entre outros aspectos, o estímulo à fabricação de produtos esportivos, à promoção de eventos de grande porte, à ampliação do setor de serviços e à venda da imagem para os meios de comunicação.

Assim, em sintonia com os interesses das entidades esportivas e com Organismos Internacionais, cada secretaria finalística da pasta tinha no PPA 2004-2007⁸¹ pelo menos um programa de destaque.

O ME possuía duas secretarias finalísticas responsáveis pelo desenvolvimento de programas sociais. A primeira, a Secretaria Nacional de Esporte Educacional - SNEED cuidava, especialmente, do Programa Segundo Tempo (PST), criado a partir do programa “Esporte na Escola”, foi o carro chefe do ME e por onde o PC do B buscava se consolidar na esplanada e ramificar pelo país.

A segunda, era a Secretaria Nacional de Esporte e Lazer-SNDEL lócus do setorial petista, ocupada por pessoas com experiência em gestões municipais de esporte e lazer. O programa de destaque era o Esporte e Lazer da Cidade (PELC), criado em substituição ao programa “Esporte Solidário”⁸².

Em 2006 a SNDEL passa a ser dirigida por outro grupo petista com mais afinidade com os gestores do ME. A saída do grupo inicial demarca o enfraquecimento dos setores progressistas que faziam por dentro do bloco de poder a disputa de concepção e de propostas.

O grupo petista que compunha a SNDEL até início de 2006 foi o setor do ME que teve condições de fazer disputa clara de concepção, expressa nos documentos da época. Era o grupo reconhecidamente com maior propriedade dentro do ME para debater e propor políticas públicas contra-hegemônicas de esporte e lazer. [...] A mudança ocorrida dentro da SNDEL se reflete nos documentos da área que não apresentam mais tensionamentos ou debates aprofundados. A fração contra-hegemônica perde força nas estruturas internas do ME com a alteração dos quadros desta secretaria (CASTELAN, 2011, p. 31).

A terceira secretaria finalística é a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - SNEAR, responsável pelo diálogo com as entidades esportivas, no

⁸¹ Concebido na constituição de 1988, cada PPA orienta as ações do governo pelo período de quatro anos. A sua implantação ocorreu somente a partir do segundo mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso (1999/2002), sob a designação de “Avança Brasil”. Neste o esporte possuía duas frentes de ação: o desenvolvimento do esporte de alto rendimento e o esporte como combate à marginalização. O segundo PPA para o quadriênio 2004-2007, Plano Brasil de Todos, elaborado no Governo Lula, apontava o esporte como um mecanismo de redução das desigualdades sociais. O terceiro para o quadriênio 2008-2011, Desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade, permanece com a vertente da oferta focalizada do direito social ao esporte e lazer (FLAUSINO, 2013). Quanto ao PPA para o quadriênio 2012-2015, que abordaremos na última seção deste capítulo, são priorizados os grandes eventos esportivos.

⁸² Castellani Filho (2007) relata as dificuldades enfrentadas para inserir o PELC na agenda governamental e a proposta inovadora deste programa para o campo esportivo.

fomento e disseminação desta manifestação esportiva. Desde o início é comandada por quadros do PC do B. Entre os programas durante o Governo Lula destacam-se o “Rumo ao Pan” e “O Brasil no esporte de alto rendimento”.

A criação de uma secretaria finalística para cada manifestação esportiva, como consta no texto constitucional e regulamentado pela Lei Pelé foi um elemento inovador e significativo para o campo. Numa análise ingênua poderíamos pensar que, finalmente, o esporte seria universalizado como direito. Contudo, como sinaliza Flausino (2013, p. 101):

[...] a criação de um Ministério e de secretarias específicas por si só não garante a universalização de direitos sociais. Direitos sociais demandam políticas públicas sociais, as quais estão inseridas em campo de disputas de interesses e correlação de forças.

De qualquer forma, nos primeiros anos do governo houve um forte discurso de valorização do esporte enquanto fator para o desenvolvimento humano e inclusão social⁸³. O principal programa, sem dúvida, foi o “Segundo Tempo” que, criado por meio da Portaria Interministerial nº 3.497, de 24 de novembro de 2003 – vinculado atualmente à SNE LIS -, foi amplamente divulgado em âmbito nacional e internacional⁸⁴.

O objetivo desse programa é: [...] democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, preferencialmente em situação de risco social (ME, 2007), tendo os seguintes princípios: a) reversão do quadro de injustiça, da exclusão e vulnerabilidade social; b) o reconhecimento do esporte como um direito universal e dever do Estado; c) a transparência na execução, visando à adequada aplicação dos recursos públicos e a democratização da gestão e o controle democrático da sociedade.

⁸³ Não vamos aprofundar no debate sobre estes conceitos, mas claramente são apropriados pelas frações do bloco no poder com um sentido de adequar os beneficiados a lógica de acumulação de capital. Para ampliar este debate ver Silva, Silveira e Ávila (2007).

⁸⁴ Em 2012, a Nike reconheceu o programa como um exemplo bem-sucedido de boas práticas educacionais na área de esporte. Informação disponível em: <http://www.esporte.gov.br/ascominternet/ascom/noticiaDetalhe.jsp?idnoticia=9527>. Acesso em: 27/05/2013.

O público alvo são crianças e adolescentes dos sete aos dezessete anos, expostos aos riscos sociais. O PST no PPA 2008-2011 atendeu a aproximadamente quatro milhões de crianças e adolescentes, todos habitantes das regiões mais carentes do País⁸⁵.

Esse é um número considerável quando comparamos ao histórico das políticas sociais no setor, entretanto, é pouco significativo diante do quantitativo de crianças e de adolescentes matriculados na rede de ensino do país em um único ano.

Conforme o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) de 2009, sobre a situação da infância e da adolescência brasileira, cerca de vinte e sete milhões de estudantes, ou seja, 97,6% das crianças e adolescentes de sete a quatorze anos estavam matriculados na escola. Os outros 2,4% que representam 680 mil crianças não estavam matriculadas⁸⁶.

Neste mesmo ano, o PST chegou à marca de 997.202 crianças e adolescentes atendidas, não alcançando a meta estipulada pelo ME de beneficiar por ano um milhão e meio. Em relação ao ano de 2008, houve um crescimento de, aproximadamente 30% e em 2010 foi mantido o percentual alcançado em 2009⁸⁷.

A característica focalizada nos jovens com potencial para ameaçar o equilíbrio social é uma marca do programa, que ainda destaca pela burocracia na gestão das ações e recursos (ATHAYDE, 2009).

Outro programa social do ME é o PELC, desenvolvido pela SNDEL até 2010 e, desde então, pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS-, está ancorado em três eixos: a) manter os núcleos esportivos nas comunidades e fomentá-los; b) consolidar os Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede Cedes) c) Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer.

Em termos gerais, os princípios do programa são os mesmos presentes no documento “Política Nacional de Esporte”, publicado em 2005, que veremos mais a frente: a) Da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e violência social; b) Do esporte e do lazer como direito de cada um e dever do estado; c) Da universalização

⁸⁵ “Segundo Tempo forma atletas e revela talentos em diversas modalidades”. Notícia divulgada no site do ME em 22/2/11. Acesso em: 26 out. 2011.

⁸⁶ Dados extraídos do relatório sobre a Situação da Infância e da Adolescência Brasileira 2009 – O Direito de Aprender: Potencializar Avanços e Reduzir Desigualdades. Disponível em: <www.unicef.org/brazil>. Acesso em: 26 out. 2011.

⁸⁷ Conforme relatório de no portal do ME: <www.esporte.gov.br>. Acesso em: 2 nov. 2011.

e inclusão social; d) Da democratização da gestão e da participação (BRASIL, 2005).

Conforme as Diretrizes do PELC (2009), a ação “funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer” se estrutura em núcleos com, no máximo, 400 inscritos em cada um, sendo atendidos por um Coordenador de Núcleo e seis Agentes Sociais de esporte e lazer (BRASIL, 2009).

As atividades contemplam as manifestações da cultura corporal, sendo organizadas sob a forma de oficinas, com local e horário pré-estabelecidos, de caráter permanente e/ou rotativo, de acordo com as características e interesses dos participantes, sendo desejável que esses frequentem, no mínimo, duas atividades diferentes.

Além das atividades regulares, as diretrizes preveem atividades assistemáticas (eventos), cujo objetivo é a integração entre os participantes do núcleo com os demais cidadãos. Os eventos são vistos como parte integrante da execução do PELC, organizados de forma coletiva, envolvendo a comunidade como um todo nos diversos momentos da execução do convênio.

Entre 2004 e 2010 foram formalizados 670 convênios, que permitiram 10.602.559 atendimentos a cidadãos de 1.277 municípios com atividades de esporte recreativo e de lazer. Isto gerou 18.995 postos de trabalhos, sendo capacitados 22.898 agentes sociais e gestores em 64 horas de curso, divididas em módulo introdutório e de avaliação (BRASIL, 2011).

Apesar dos dados também serem expressivos para a realidade do setor esportivo brasileiro, o ME está bem distante de implementar uma política universal de esporte e lazer.

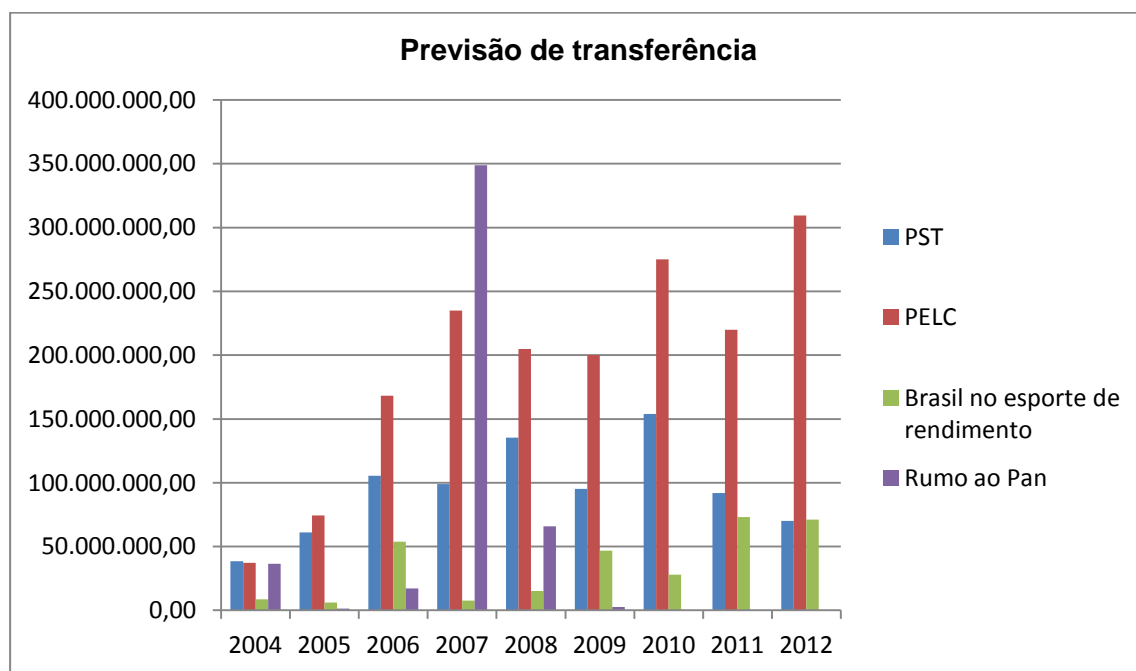
O PELC representa um marco conceitual referenciado em princípios emancipatórios⁸⁸, tendo como pressuposto, a gestão compartilhada e a intergeracionalidade. Mas o programa sofreu ao longo dos anos com a contenção de recursos e a subordinação da agenda do ME ao PST e ao esporte de alto rendimento (EAR).

Quanto à terceira Secretaria finalística, a SNEAR, essa continuou no Governo Lula e agora, na gestão da presidente Dilma, alimenta os “monarcas” com recursos públicos, acentuados com a realização do Pan 2007.

⁸⁸ Ver Athayde, Neto e Vieira (2012).

Isto se confirma ao observar o gasto do governo federal, ou seja, de acordo com os dados disponíveis no Portal da Transparência, apesar da previsão de transferência de recursos⁸⁹ ser maior para os programas sociais (PST e PELC)⁹⁰, com exceção de 2007 (gráfico 3), isso não se evidencia ao expormos o que realmente foi gasto pelo governo (Tabela 3).

Gráfico 3: valores destinados aos programas do ME em milhões de reais



Fonte: Portal da transparência. Elaboração do autor (2013).

Tabela 3: Gastos com os programas do ME em milhões de reais⁹¹.

Programas	PST	PELC	Brasil no esporte de rendimento	Rumo ao Pan
2004	8.745.023,39	1.347.245,85	2.428.817,66	986.275,78
2005	5.949.496,07	1.094.329,43	5.180.672,34	14.336.509,46
2006	5.032.429,76	3.560.432,34	17.379.854,82	82.3453562,14
2007	5.076.900,27	4.031.163,87	18.812.867,64	576.491.776,92
Total- PPA				
2004/2007	24.803849,49	10.033.171,46	43.802.212,46	674.160.124,30
2008	11.296.971,40	5.021233,37	51.314.192,09	45.114.512,65

⁸⁹ Para diferenciar “Transferência de recursos” e “gastos direto do governo”, ver Glossário, presente no “Portal da Transparência” do Governo Federal (Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario>. Acesso em: 12 de nov. 2011).

⁹⁰ Para apresentação dos dados orçamentários trabalhamos apenas com os programas com mais evidência de cada secretaria finalística.

⁹¹ Dados atualizados pelo sistema de débito do Tribunal de Contas da União em 10/10/2013.

2009		24.519.584,15	4.866.552,47	163.309.733,89	0,00
2010		34.684.148,73	20.752.333,73	536.374.722,60	14.068.117,57
2011		70.026.166,79	38.848.458,09	886.553.495,08	786.704,47
Total-	PPA	140.526.871,07	83420.392,66	1.637.552.143,66	59.969,334, 69
2008/2011					
2012⁹²		16.088.941,32	8.983.201,49	46.629624,53	0,00

Fonte: Portal da transparência. Elaboração do autor (2013).

Nota-se inicialmente a diferença entre o previsto e o que foi gasto. Com exceção do programa “Rumo ao Pan”, em 2007, e do programa “Brasil no esporte de rendimento”, nos anos de 2010 e 2011, em todos os demais, a previsão de transferência é superior ao que foi gasto.

Alguns dos motivos para isso ocorrer são: a) Contingenciamento dos recursos para superávit primário; b) Modelo de parcerias adotadas pelo ME, convênios; c) As constantes mudanças de gestão da pasta e secretarias finalísticas (ATHAYDE, 2012).

Quanto ao direcionamento dos recursos entre os programas não resta dúvida que nos dois PPAs (2004-2007; 2008-2011) o foco foi o esporte de rendimento, com exceção de 2004 em que o PST recebeu um volume de recursos maior e em 2005, que em relação ao programa “Brasil no esporte de rendimento”, os programas sociais também tiveram um montante superior. Mas, se compararmos ao aporte feito ao programa “Rumo ao Pan”, desde 2005 o governo privilegia no âmbito orçamentário o esporte-mercadoria-espetáculo.

Um fato que chama atenção é a elevação do montante destinado ao programa “Brasil no esporte de rendimento”, após o Pan 2007. Se compararmos o valor gasto com o programa entre os PPAs, temos no segundo um aumento de quase 500%, enquanto os programas sociais não chegam nem a 10%.

Destaca-se que durante os anos 2010 e 2011, praticamente metade do orçamento do programa “Brasil no esporte de rendimento” foi direcionado para a realização dos Jogos Mundiais que ocorreram em 2011, na cidade do Rio de Janeiro.

Quanto aos programas sociais, se confrontarmos os valores destinados ao PST e ao PELC, percebe-se a priorização do primeiro, que atende crianças e

⁹² Em 2012 iniciou um novo PPA e todos os programas do ME estão sob o “guarda chuva” Esporte e Grandes Eventos Esportivos.

adolescentes em detrimento do PELC, que desenvolve ações para todas as idades. Os poucos recursos repassados ao PELC comprometem “[...] a perspectiva de consubstanciação do esporte e lazer como direito social e de priorização das dimensões sociais inerentes a esses fenômenos” (ATHAYDE, 2012, p. 10). Uma vez que é este programa que, diferentemente do PST, possui em suas ações a visão do esporte como direito social universal.

O PELC sobreviveu graças às emendas de parlamentares, pois, se dependesse dos recursos do ME, tinha sido *ferido de morte*. Como argumenta Castellani (2007, p. 2), isso só não ocorreu

por causa do sentido inovador de seu desenho conceitual inspirado nas experiências administrativas de governos populares e democráticos e na intensa interlocução estabelecida, ao longo de aproximadamente duas décadas.

Sobre o financiamento do PST, é importante destacar o clientelismo, a forte presença de ONGs ligadas ao PC do B desenvolvendo o programa e diversos casos de denúncias de desvio de recursos públicos, inclusive aqueles que levaram à exoneração do ministro Orlando Silva, em outubro de 2011.

Ainda sobre isso, vale citar que o TCU, em acórdão aprovado em 2007, identificou, ao longo dos anos, várias irregularidades no programa, como a falta de material esportivo, qualidade ruim da refeição oferecida aos estudantes⁹³ e ausência de infraestrutura esportiva. A partir dessas constatações, o Tribunal fez recomendações ao Ministério do Esporte, mas os problemas persistem. O TCU também detectou falta de maior clareza e objetividade nos critérios de seleção e escolhas das ONGs beneficiadas pelo programa. De acordo com o relatório, “uma questão que merece destaque, no que se refere aos procedimentos para formalização dos convênios, é a deficiência dos critérios para seleção dos parceiros” (TCU, 2007, p. 32).

Por fim, em 2012, para o programa “Esporte e Grandes Eventos” estava previsto o total de R\$ 16.413.230,44, mas foi gasto um valor bem superior, R\$141.885.282,56. Deste, pouco mais de 10% foi destinado para ações de “esporte

⁹³ A partir de 2011 o ME deixou de ofertar o reforço alimentar como uma ação do programa.

social” (R\$16.213.476,68), o restante foi aplicado no esporte de rendimento, especialmente para concessão de bolsa para atletas (R\$ 74.680,000)⁹⁴.

Qual a conclusão que se pode chegar, após apresentar a configuração do ME através dos programas desenvolvidos pelas secretarias, seja no âmbito da abrangência do atendimento, do desenho conceitual, da gestão e do financiamento? Sem dúvida, o que se evidencia é que, apesar de um arranjo inovador de programas com princípios norteadores progressistas, isso não se materializa na distribuição dos recursos pelo governo. Portanto, é negado à população como direito e, com isso, se instala de acordo com Ouriques (2009, p. 152):

Um processo de desenvolvimento do subdesenvolvimento, que faz com que o esporte deixe de ser uma perspectiva de vida empírica, vivida, trabalhada no dia a dia da população, para transformar-se em um instrumento ficcional, implantado na tela de uma televisão. Deixa de ser realidade, para ser ilusão, sonho, devaneio e se aproxima assim de um instrumento ideológico de dominação de que o espetáculo esportivo é a sua maior criação.

É isto que se assiste e vivencia atualmente, ou seja, a priorização do esporte como não direito, com acesso daqueles que podem comprar no mercado, enquanto os demais aplaudem os espetáculos pela televisão e participam, quando são selecionados, dos programas focalizados do governo.

3.2.1 As conferências (I e II) e a Política Nacional do Esporte: tensões e permanências

As Conferências Nacionais de Esporte aconteceram em várias etapas: livre, preparatória, regional, estadual e nacional, sendo que a retirada de delegados para etapa nacional somente ocorreu nas etapas regionais e estaduais de cada Conferência. Os outros delegados foram os representantes de Ministérios e Secretarias do Governo Federal, membros do Conselho Nacional de Esporte (CNE), membros da comissão organizadora nacional, representantes das entidades nacionais de administração do esporte, secretários estaduais de esporte e representantes da sociedade civil organizada.

⁹⁴ Dados disponíveis em: www.portaldatransparencia.gov.br. Acesso em: 5/3/2013.

Segundo o governo, as Conferências serviram para ampliar a participação da sociedade na definição dos rumos e ações dos Ministérios, democratizando a definição da política setorial. Essa perspectiva fica clara no discurso do presidente Lula, proferido na abertura da I Conferência Nacional de Esporte:

Esta é uma Conferência Nacional que fala diretamente ao meu coração. Como cidadão e como Presidente da República sou um homem que valoriza - e muito - o esporte. Fico feliz de estarmos aqui para debater e enriquecer a Política Nacional do Esporte e Lazer. (...) Quero começar reafirmando o que disse na abertura da Conferência Nacional do Meio Ambiente: nosso governo atua para fortalecer a sociedade porque acredita que só assim será possível transformar o Estado numa República a serviço de todos. (...) Por isso é necessário que continuemos a fazer esse diálogo de forma organizada e permanente, pública e transparente, autêntica e leal, dentro e fora dos gabinetes. Vocês sabem que no nosso governo, o como fazer é tão importante quanto o quê fazer. Temos por meta expandir e fortalecer a democracia participativa (BRASIL, 2011, p.2).

Contudo, como apontamos a seguir, somente foi implementado, como resultado das Conferências, aquilo que interessava aos setores conservadores e mercantis do esporte.

A I Conferência Nacional do Esporte, aprovada em decreto presidencial de 21/1/2004, ocorreu em junho de 2004, com o tema: *Esporte, lazer e desenvolvimento humano*. Castelan (2011, p. 44), que se deteve à análise dos seus resultados, considera que:

Dos diversos debates que aconteceram nesta conferência o que tem maior destaque e peso político por parte do governo federal é o que aponta para a construção da Política Nacional do Esporte e para a Lei de Incentivo ao Esporte. Isso pode ser verificado nos documentos e textos base da I Conferência, como também nas falas do Ministro Agnelo Queiroz e no discurso do presidente Lula durante o evento. Porém, contrariando os interesses do governo, a principal deliberação da I Conferência aponta para a construção de um Sistema Nacional do Esporte, em um documento final que se divide em 3 partes: 1) Carta de Brasília, 2) Resolução da criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer e, por fim, 3) Proposta de ação aprovadas na plenária final.

Apesar da construção vertical, o resultado sinalizou para a necessidade de o governo constituir um sistema descentralizado, tendo o esporte como direito. Entretanto, as deliberações são apenas indicativos, não significam,

necessariamente, que o ME possui a obrigação de adotar, como não o fez até o momento, um Sistema Nacional do Esporte⁹⁵.

O conjunto das deliberações da Conferência balizou o documento “Política Nacional de Esporte (PNE)”, lançado em 2005. Esse talvez seja o documento mais emblemático produzido pelo ME, apesar do conservadorismo na utilização de expressões como cidadania, desenvolvimento humano, vulnerabilidade social, do esporte enquanto um fator de emprego e renda, etc, ou seja, com pressupostos alinhados ao documento da ONU, que citamos anteriormente, também estabelecia críticas ao modelo esportivo piramidal e apontava a necessidade de o Estado definir critérios e ações que universalize o esporte como direito de todos.

Na PNE, se por um lado constata uma visão do esporte como: a) capaz de inserir os “excluídos” nas relações sociais; b) como promotor da coesão social e harmonia entre os diferentes interesses, dando forma a uma cultura de paz; c) e, como fator de desenvolvimento econômico da nação; ou seja, os mesmos princípios da política econômica “neodesenvolvimentista” do governo, de outra forma, nota-se: a) constituição de um Sistema Nacional do Esporte; b) ampliar a infraestrutura para o esporte recreativo de lazer; c) criação de um sistema integrado de diagnóstico, avaliação e documentação esportiva; d) um conceito de saúde ampliado; e) garantia da democratização da informação.

Por isso, concordamos com Castelan (2011, p. 45) quando diz que:

Em suma, podemos dizer, pela análise do documento, que se trata de um plano amplo, abarcando muitos interesses e que está em consonância com a constituição de 1988 no tocante a garantir a democratização das práticas esportivas e contemplar a diversidade das práticas esportivas. Se aproxima de um setor mais ligado à área progressista da Educação Física por não se restringir ao futebol e outras modalidades esportivas de maior inserção na mídia e por ter como estratégico a preservação da documentação esportiva e a democratização da informação do âmbito esportivo, além de reiterar a necessidade da criação do Sistema Nacional do Esporte [...].

Em maio de 2006 o ME promoveu a II Conferência Nacional com a proposta de discutir a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer que, inclusive, foi o

⁹⁵ Na carta de Brasília de 20/6/2004 é destacado o seguinte acerca dos debates travados: “Desse intenso processo de debates, surgiu a vigorosa proposta de criarmos o Sistema Nacional do Esporte e Lazer, com eixos em políticas nacionais de gestão participativa e controle social, de recursos humanos e de financiamento. Será um sistema descentralizado e regionalizado”. Se tivesse sido implementado possivelmente teríamos avançado na democratização do esporte e do lazer.

tema dessa Conferência. Segundo o texto base para as discussões nas etapas da Conferência:

A II Conferência Nacional de Esporte deverá abrigar uma discussão aprofundada e uma reflexão avaliativa da implementação da Política de Esporte no Brasil, visando a (re) construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, tendo em conta as esferas local, municipal, regional, estadual e federal, os poderes, as instâncias e instituições que o constituem, bem como as responsabilidades sociais que lhe competem, procurando avançar na articulação das ações dos agentes que atuam nesse segmento, oferecendo à sociedade serviços de qualidade que garantam o acesso ao esporte e ao lazer como direitos sociais (In. BRASIL, 2006, p.3).

Antes da Conferência foi realizado, em 2005, um debate preparatório. O I Fórum do Sistema Nacional do Esporte e Lazer, patrocinado pelo ME, reuniu especialistas no campo do esporte e do lazer, especialmente vinculados ao campo crítico que, no final, elaboraram um documento que deixava claro que o bloco no poder não era monolítico (CASTELAN, 2011).

O documento produzido pela metodologia de trabalho em grupos no I Fórum possui uma visão bastante progressista da área da Educação Física. Esta visão fica clara quando, por exemplo, o documento propõe a ruptura com a teoria da pirâmide esportiva, que subordina as diversidades de práticas esportivas ao esporte de alto rendimento, propõe a criação de ambientes em que os sujeitos esportivos não sejam meros consumidores da indústria cultural esportiva de massa e que os ambientes para a prática esportiva sejam ambientes apropriados para a prática criativa. Também propõe que as Conferências Nacionais tenham a função de debater, avaliar e propor políticas de esporte e lazer (CASTELAN, 2011, p.48).

O grupo que promoveu todo o debate e organizou até o final a II Conferência foi afastado dias antes desse evento. Assim, antes de continuar a discussão cabe novamente mencionar e reconhecer que os primeiros membros da SNDEL foram fundamentais para a realização das Conferências Nacionais do Esporte, para a construção do texto da PNE, para o estabelecimento da Rede CEDES e para a criação do PELC. Essas ações que, em conjunto com a conquista pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) de uma cadeira no Conselho Nacional do

Esporte (CNE)⁹⁶, sinalizam algumas medidas desenvolvidas contra-hegemônicas dentro do bloco no poder.

Sobre o resultado da II Conferência, cabe ressaltar que, apesar de identificar na resolução final elementos consoantes com a perspectiva do esporte como um direito social, da mesma forma que na I Conferência

o que se verifica a partir do discurso oficial e das ações empreendidas pelo ME é a instrumentalização do esporte e lazer como solução para as mazelas sociais, atribuindo aos mesmos o caráter funcional-utilitarista e a ênfase na focalização (FLAUSINO, 2013, p, 117).

Diante das limitações orçamentárias ou da priorização do esporte de alto rendimento, o ME na II Conferência abandona o discurso da universalidade e opta pela defesa da focalização das políticas esportivas, estimulando e legitimando as parcerias entre o Estado e entidades esportivas, ONGs e mercado. Sobre isto foi aprovado o seguinte texto:

[...] o estabelecimento de parcerias técnicas e financeiras, convênios, consórcios e cooperações entre as três esferas governamentais, com a iniciativa privada e com o terceiro setor, a fim de viabilizar ações que estimulem e promovam o esporte e o lazer. Tais parcerias, convênios e cooperações deverão apontar para políticas intersetoriais [...] (BRASIL, 2006, p. 7).

Brandão *et all* (2010, p.9) nos oferece uma síntese acerca do processo e resultado das duas primeiras Conferências, vejamos:

Podemos concluir que a realização das “Conferências” se configurou aparentemente como forma de descentralizar as discussões acerca

⁹⁶ Sobre o CNE é importante dizer que foi criado em 2002, por meio do Decreto nº 4201 e possui a função de assessoramento ao ME no desenvolvimento de políticas públicas. Apesar de o Governo Lula abrir espaço para a presença do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), entidade conhecida por aglomerar o conhecimento crítico e progressista do campo, o perfil dos membros do CNE é extremamente conservador, representando aquilo de mais retrógrado do campo esportivo. A grande maioria de seus membros representa diretamente interesses do esporte de alto rendimento, dos clubes sociais e Confederações e do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF). São entidades que possuem muitos privilégios, incentivos e subsídios fiscais, receitas de loterias, interlocução com o governo, por isso são setores que não possuem interesse em uma grande mudança no sistema esportivo vigente. Portanto o Conselho Nacional do Esporte, com sua atual composição, representa uma força conservadora dentro do campo esportivo nacional (CASTELAN, p. 2011, p.36). Numa breve leitura das atas das reuniões, percebe-se que o CNE apenas legitima os interesses dos atores do esporte-mercadoria-espetáculo.

das políticas públicas de esporte e lazer. No entanto, a despeito dos debates que ocorreram em âmbito municipal, estadual e nacional, as tomadas de decisão foram centralizadas. Embora os debates tenham apontado para a universalização do esporte e lazer como direitos sociais e com qualidade social, as resoluções das “Conferências”, sobretudo da 2ª, apontaram para a desobrigação por parte do Estado na garantia do direito ao esporte e ao lazer, transferindo essa responsabilidade para a sociedade e para o indivíduo, tendo como articulador e promotor de tais direitos a esfera privada, ou seja, ocorre uma legitimação.

Portanto, a população é chamada para opinar, mas sem qualquer garantia que aquilo que fora debatido seria realmente normatizado e desenvolvido. Deste modo, os apontamentos sobre a necessidade de universalizar o esporte e o lazer, especialmente presente na primeira Conferência foi escanteado e privilegiado na segunda conferência as parcerias com o “terceiro setor” e empresas.

3.2.2 Ordenamento legal e o esporte como não direito

O pêndulo da correlação de forças logo no início do governo fica claro para qual lado estaria voltado. Pois, ainda em 2003, é sancionado o Estatuto de Defesa do Torcedor - EDT- (lei 10.671 de maio de 2005), que regulamenta o consumo dos espetáculos esportivos.

Santos (2011, p. 79) tece as seguintes observações sobre este novo marco para o setor:

Assim como o Código de Defesa do Consumidor (CDC), equiparou as entidades organizadoras a fornecedores, conceituando o torcedor. O estatuto previu garantias àqueles que estavam contidos no conceito de consumidor, mas que agora se alocam no conceito de torcedor. O EDT foi construído verticalmente a partir do ME, segundo a lógica do direito ao consumo, com intuito de adequar aos processos de modernização conservadora, em função das determinações econômicas do mundo globalizado. Está sintonizado com o processo de mercantilização do futebol e do espetáculo esportivo, objetivando a produção de uma melhor mercadoria.

O EDT é a continuação do processo de aprofundamento das estruturas e dispositivos para a produção e comercialização do esporte-mercadoria-espetáculo. Este foi mais um sinal de que as mudanças por vir apenas reafirmariam a lógica anterior do Governo FHC.

No mesmo rastro do EDT, o CNE aprova, no final de 2003, o Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD) para as modalidades esportivas profissionais e não profissionais. O CBJD, apesar de passar por mudanças, disciplina, especialmente, as competições esportivas no país.

Em 2004 é sancionada a Lei nº 10.891 que criou o programa Bolsa Atleta, ou seja, mais recursos para o financiamento do esporte de alto rendimento. Ressalta-se que, neste mesmo ano, ocorreram as Olimpíadas de Atenas e o Brasil continuou com resultados medíocres em termos de conquistas de medalhas.

O Bolsa Atleta, resultado da primeira conferência, foi sancionado em 2004 e nos dois PPAs do governo Lula foi uma ação do programa “Brasil no esporte de rendimento” que consumiu um volume de recursos superior ao destinado para os programas sociais.

Tabela 4: Volume de recursos para o Bolsa Atleta em milhões de reais⁹⁷.

Programa	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012*	Total
Bolsa Atleta	2,2	15,9	16,7	32,5	42,9	55,8	55,4	78,0	299,4

Fonte: Portal da Transparência. Elaboração do autor (2013).

*Em 2012 os valores estão inseridos no programa “Esporte e grandes eventos”

Outra ação debatida nas Conferências, mas que já estava na pauta do ME desde 2003, é a LIE. Neste ano o então Ministro Agnelo Queiroz diz o seguinte:

O presidente já anunciou o interesse na aprovação desta lei, que vai significar a segunda grande revolução do esporte brasileiro. Nós já estamos estudando o formato dela, que será um incentivo com abatimento de imposto de renda de pessoa física e jurídica. O que falta ainda é estabelecermos alguns critérios de captação desses recursos⁹⁸.

Sendo discutida na I e II Conferências, a Lei nº 11.438/06 somente é sancionada em dezembro de 2006. Ela autoriza que, no período de 2007 a 2015, sejam deduzidos do Imposto de Renda valores despendidos por pessoas físicas (até 6%) e jurídicas (até 1%), a título de patrocínios ou doações a projetos desportivos e paradesportivos.

⁹⁷ Dados atualizados pelo sistema de débito do Tribunal de Contas da União em 10/10/2013.

⁹⁸ “Agnelo pede na Câmara a aprovação da lei de incentivo fiscal para o esporte”. 19 de setembro de 2003. Disponível em: www.esporte.gov.br. Acesso em: 3/3/2013.

De acordo com o Relatório de Auditoria do TCU, de 30/1/2013, realizada em 2009, a LIE é:

[...] uma forma simplificada de utilização de recursos públicos, pois a tais valores não se aplicam os trâmites e controles orçamentários estabelecidos, sendo executados diretamente por organizações não governamentais ou entes governamentais fora da esfera federal. Além disso, tais recursos não se submetem a eventuais contingenciamentos de despesa pelo Poder Executivo (TCU, 2013, p. 2).

A crítica de Sousa (2011, p. 113) à LIE é longa, mas é precisa, ataca o cerne da questão. Vejamos:

A referida Lei busca, portanto, estabelecer um mecanismo de captação de recursos e decisão centralizada das destinações, sem estar submetido ao controle popular. Trata-se de uma forma de ampliar as fontes de financiamento e, ao mesmo tempo, legitimar o modelo de financiamento privado, aquilo que, em tese, seria de interesse público. Outro elemento importante é que o esporte, enquanto direito social “assegurado pela constituição”, na prática, sofre o direcionamento da vontade privada - mesmo que o financiamento não possa ser considerado privado - que acaba consubstanciando em política focalizada, oposta, portanto, à noção de universalização. Concomitante, cria-se toda uma atmosfera “positiva” em torno do indivíduo ou empresa que, através do ato de doação, do colaboracionismo, do voluntarismo e da empresa socialmente responsável, ratifica o sentimento que visa estimular a colaboração de todos para o bem-comum, mesmo quando se mantém os processos de exploração do capital sobre o trabalho. Essa estratégia insere-se num quadro mais amplo e ideológico, circunscrito nas ações tidas como de responsabilidades sociais. Para as comunidades pobres completamente desestruturadas, pode significar um ato de heroísmo e para os doadores, além de um ganho material, o exercício da hegemonia. O impacto ideológico das doações socialmente responsáveis executadas pelas empresas sobre as comunidades desprovidas de acesso aos bens da cultura esportiva serve para legitimar a cultura clientelista, marca importante de nossa formação social, e o modelo de Estado gerencial, como propõe a Terceira Via, transformando ainda o doador, no caso os empresários, líderes legítimos da mudança social.

Acrescenta-se o fato de que a LIE para os grandes grupos financeiros e industriais serve na verdade para retomar para si parte do imposto que deveria ser direcionado para a União. Elas criam fundações e institutos, como fez a Vale do Rio Doce ou o Bradesco, bem como os clubes de futebol, de vôlei e tantos outros,

aproveitando a fragilidade da fiscalização ou a conivência do ME para financiar indiretamente o desenvolvimento de suas atividades.

Sobre isso é importante citar as conclusões do Relatório do TCU (2013, p. 20) especificamente sobre os apontamentos acerca da fragilidade no acompanhamento e na fiscalização por parte do ME.

A atuação incipiente do Ministério do Esporte na fiscalização e no acompanhamento da execução dos projetos, além de descumprir os dispositivos da Lei de Incentivo ao Esporte e do decreto que a regulamenta, abre margem a desvios na execução das despesas, tendo em vista a baixa expectativa de controle por parte dos proponentes.

A LIE criada sob a justificativa de aumentar as fontes de financiamento do esporte e, conseqüentemente, democratizá-lo não se sustenta a partir disso, tendo em vista os dados orçamentários e a priorização do esporte de alto rendimento (Tabela 5).

Na Tabela 5 fica clara a progressão de interesse das entidades em captar recursos pela LIE, uma vez que percebe-se um aumento contínuo na aprovação de projetos. Destaca-se o quantitativo de propostas aprovadas na manifestação de alto rendimento, o que reflete no montante autorizado e no captado.

Tabela 5: quantitativo de projetos aprovados por manifestação esportiva.

Manifestação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Educacional	06	20	39	82	96	121	364
Participação	02	23	56	86	103	83	353
Rendimento	09	60	123	236	306	309	1.043

Fonte: Ministério do Esporte. Elaboração do autor (2013).

A Tabela abaixo demonstra a diferença entre as manifestações tanto no valor autorizado para captação quanto no montante que foi realmente angariado. Os projetos do alto rendimento conseguiram mais do que o dobro de recursos do destinado ao esporte educacional e participação.

Tabela 6: valores autorizados, captados e montante em milhões de reais por manifestação esportiva.

Ano	Educacional		Participação		Rendimento	
	Aut.	Cap.	Aut.	Cap.	Aut.	Cap.
2007	3,2	3,2	0,34	0,28	59,1	47,3

2008	21,4	10,8	12,8	10,2	148,7	61,1
2009	49,1	21,6	61,1	18,6	163,2	82,3
2010	77,2	29,9	80,1	26,8	397,2	135,9
2011	94,9	35,1	81,1	38,9	408,5	146,9
2012	113,9	38,2	75,7	31,5	355,3	135,3
Total	359,9	139,1	311,1	126,5	1.569,2	608,80

Fonte: Ministério do Esporte. Elaboração do autor (2013).

Observa-se a centralização de recursos em uma manifestação esportiva, o que é vedado no texto da própria Lei, que no art. 21, prevê: quando da análise dos projetos apresentados, a Comissão Técnica observará os seguintes parâmetros: I - não concentração por proponente, por modalidade desportiva ou paradesportiva, por manifestação desportiva ou paradesportiva ou por regiões geográficas nacionais. Portanto, ao privilegiar o desporto de rendimento, está sendo cometida uma ilegalidade.

Outro dado que chama a atenção é a discrepância entre os valores aprovados e os captados. Em todos os anos e em todas as manifestações esportivas, com exceção do esporte educacional no ano de 2007, o valor aprovado para captação não foi atingindo, o que pode denotar falhas na elaboração e na análise dos projetos.

No que se refere à região geográfica, Flausino (2013) em sua análise encontrou os seguintes resultados: a) 68% dos projetos na região sudeste; b) 16% na região sul; c) 10% na região centro-oeste; d) 4% na região nordeste; e) e, somente 2% na região norte.

A lei, também, veda a centralização de projetos e, por consequência, de recursos em uma região. Entretanto parece claro que isto também ocorreu com a LIE, ao privilegiar a região sudeste. Isso motivado possivelmente pela estrutura das instituições da região e, também, por concentrar as grandes empresas do país.

Neste contexto, é interessante saber quem são os principais parceiros no desenvolvimento do esporte no país. Dados do Relatório de Gestão da LIE de 2010, já hierarquizados, demonstram os seguintes:

Tabela 7: Relação dos colaboradores em ordem de “contribuição” com a LIE no ano de 2010.

1- Petrobrás	14- Souza Cruz S.A
2- Vale do Rio Doce	15- Petrobrás distribuidora S.A
3- Banco do Brasil	16- BFB leasing S.A
4- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES	17- TNLPCS S.A
5- Eletrobrás	18- Banco Bradesco S.A
6- Telecomunicações São Paulo	19- CHESF
7- Bradesco Vida e Previdência S.A	20- Banco Itaú S.A
8- Cielo S.A	21- Volvo do Brasil LTDA
9- Fiat	22- Tractebel Energia S.A
10- Redecard S.A	23- Toyota do Brasil LTDA
11- Itaú Vida e Previdência S.A	24- Banco Itaucard S.A
12- Cemig	25- Vivo S.A
13- Eletropaulo	26- SABESP

Fonte: Ministério do Esporte. Elaboração do autor (2013).

Diante disso, percebe-se que são as grandes empresas, de diversos ramos comerciais, muitas detentoras de monopólios no país que mais investem na LIE. Entre as seis primeiras, somente a Vale, privatizada no governo FHC, não possui capital público com predominância.

Na esteira da LIE, dando um salto temporal, o ME, desde 2010, realiza o Prêmio “Empresário Amigo do Esporte”, saudando as pessoas físicas e jurídicas que tenham contribuído financeiramente para ações esportivas. Naquele ano houve 51 premiados divididos em cinco categorias: “Melhores Amigos do Esporte”, “Melhores Amigos do Esporte do Estado”, “Maiores Amigos do Esporte”, “Amigos do Esporte - Pessoa Física” e “Dedicação e Incentivo ao Esporte”.

Quadro 1: Empresas contempladas com o Prêmio “Empresário Amigo do Esporte”, no ano de 2010.

Categorias	Primeiro lugar	Segundo lugar	Terceiro lugar
Melhores Amigos do Esporte	Banco Bradesco	Grupo Oi	Banco Itaú
Maiores Amigos	Banco	Grupo	Banco Itaú

do Esporte	Bradesco	Petrobrás	
Amigos do Esporte - Pessoa Física	Ronaldo Antônio Varela	Gustavo Cesar de Souza Mourão	Henrique Leite Cavalcanti e Cinthia Queiroz Grande Pousa
Dedicação e Incentivo ao Esporte	Banco Itaú	BiolabSanus Farmacêutica	Blose do Brasil
Melhores Amigos do Esporte do Estado	Diversas empresas foram premiadas nos vários Estados brasileiros: Banco do Nordeste, Grupo Votorantim, Grupo Gerdau, Banco Itaú, Banco Bradesco, Grupo Oi, Grupo Arcelormittal Brasil, Usiminas, etc.		

Fonte: Souza (2011), a partir do site do Ministério dos Esportes: <http://www.esporte.gov.br/leilIncentivoEsporte/listaVencedores.jsp>, acessado em 20/01/2011.

O interessante é que as empresas premiadas nas categorias “Melhores Amigos do Esporte” e “Maiores amigos do esporte” são patrocinadoras dos megaeventos que o país irá sediar. Portanto, a associação com o bloco de poder não é algo aleatório.

Com efeito, o Estado, que deveria financiar e executar políticas sociais de esporte e lazer exalta a presença de frações da burguesia e legitima a orientação dada pelas instituições privadas no campo esportivo, inclusive na área social. A ação das empresas nas comunidades desprovidas de assistência do Estado pode ser visto por estes como um ato de heroísmo e para os doadores, além de um ganho material, o exercício da hegemonia (SOUZA, 2011).

Assim, ironicamente diríamos que as empresas não são apenas patrocinadoras, elas também são parceiras do esporte nacional e parceiras do desenvolvimento econômico-social do país. O Estado se reduz a gerenciar e guardar a harmonia social e, diante da exploração dos trabalhadores, premia as empresas que não colaboram com o fundo público, que se aproveitam das isenções para se promoverem como empresa engajada na resolução das problemáticas sociais, justamente elas, que são as principais responsáveis pela situação de desigualdade e violência urbana e rural existente.

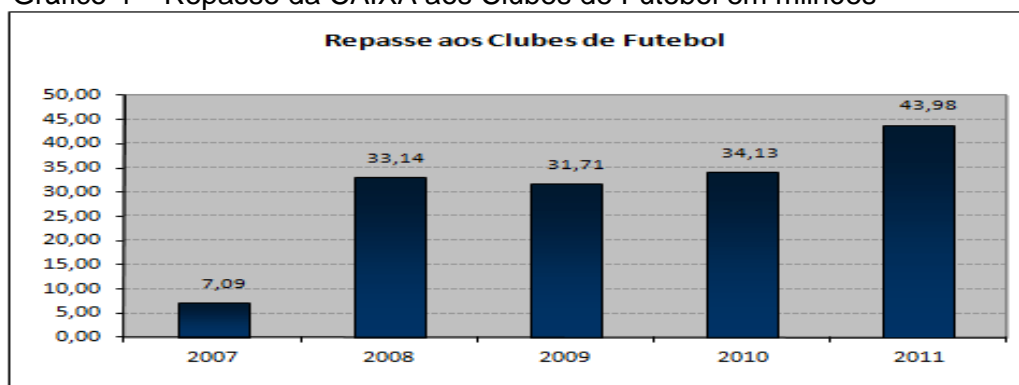
Para concluir este primeiro momento da gestão Lula, ainda em 2006, é sancionada outra conquista dos atores do esporte-mercadoria-espetáculo, ou seja, a Timemania (Lei nº 11.345/06) que beneficia, especialmente, os clubes de futebol profissional.

Sobre isso, é importante lembrar que, apesar de a II Conferência apontar para a disseminação dos recursos das loterias para as três dimensões do esporte, com a Timemania o governo atende a pressão dos clubes de futebol e sanciona a lei que contribui para que eles possam quitar suas dívidas com a União, tendo a população como pagadora:

Do total arrecadado com a realização do concurso, 46% é destinado ao valor do prêmio, 22% para a remuneração dos clubes de futebol profissional participantes e apenas 3% ao Ministério do Esporte, os quais terão a seguinte divisão: dois terços para órgãos gestores de esporte nos Estados e Distrito Federal para aplicação exclusiva e integral em projetos de desporto educacional desenvolvido no âmbito da educação básica e superior e um terço para ações dos clubes sociais, de acordo com projetos aprovados pela Confederação Nacional de Clubes. Com a Timemania o poder público buscou regularizar a situação dos clubes de futebol, já que muitos deles estavam inadimplentes, com dívidas com a União (por exemplo, dívidas com o INSS), e desta forma estavam impossibilitados de receber dinheiro público. O Governo então cria uma loteria cuja principal motivação é fazer com que os clubes inadimplentes possam voltar a receber recursos federais (CASTELAN, 2011, p. 53).

Entre 2007 e 2011⁹⁹ foram quase 150 milhões de reais repassados aos clubes, com crescimento progressivo, com exceção de 2009. Ressalta-se que todos os clubes de futebol do país (98) assinaram o compromisso de adesão à nova loteria¹⁰⁰.

Gráfico 4 – Repasse da CAIXA aos Clubes de Futebol em milhões



Fonte: Endereço eletrônico www.caixa.gov.br

⁹⁹ Os dados de 2012 até a conclusão deste trabalho não estavam disponíveis.

¹⁰⁰ "Timemania tem 100% de adesão dos clubes". 18 de setembro de 2007. Disponível em: www.esporte.gov.br. Acesso em: 20/2/2013.

De acordo com o ex-presidente Lula, a expectativa com a Timemania é “[...] motivar os torcedores a voltarem para os estádios. Acredito que a Timemania é uma das alternativas, porque a qualidade dos times é um dos maiores incentivos”. Para o ex- ministro Orlando Silva, a nova lei contribui para que o futebol brasileiro se livre da “fragilidade provocada pela alta carga de endividamento. Tenho certeza de que a Timemania vai solucionar esse problema. Agora, contamos com os dirigentes de clubes para encontrar alternativas para qualificar ainda mais e dar mais confiabilidade ao melhor futebol do mundo”¹⁰¹.

Diante destes dispositivos legais e dos dados orçamentários, parece que ficou fácil de perceber a quem o Estado esteve a serviço durante todo este período. Ao concluir a primeira parte da análise do governo Lula/Dilma fica a certeza de que as ações contra-hegemônicas não significaram avanços na perspectiva que consolidasse um ordenamento legal e mecanismos de financiamento do esporte enquanto direito social. Pelo contrário, houve a implementação de políticas que possuem o esporte, por um lado, como um antídoto para preencher o tempo ocioso, especialmente da juventude pobre, visto pelas frações da burguesia como transgressores em potencial (MELO, 2011) e, em paralelo, os atores que defendem e lucram com o esporte-mercadoria criaram dispositivos que possibilitam ainda mais apropriarem do fundo público e produzir uma mercadoria melhor, mais segura e moderna para os consumidores.

Como síntese, percebe-se que as frações do campo progressista conseguiram, por mais incipiente que seja, tencionar e estabelecer dispositivos políticos como as Conferências e marcos conceituais inovadores, caso, por exemplo, do PELC. Entretanto, o pragmatismo dos dirigentes do governo, a estratégia de focalização das políticas sociais e a aliança com os atores do campo conservador (COB, Confederações e Federações, Clubes, CONFEF), com o “Terceiro Setor” e com o setor privado, acabou determinando a atuação do Estado em favor do capital.

A chegada dos megaeventos na agenda pública sucumbe qualquer possibilidade de implementação de políticas esportivas como direito social. Na sequência apresentaremos e analisaremos a organização e a realização do Pan

¹⁰¹ 14/08/2007 às 17h44 – “Presidente Lula assina a regulamentação da Timemania”. 14 de agosto de 2007. Disponível em: www.esporte.gov.br. Acesso em: 3/3/2013.

2007, a “conquista” do direito de sediar os megaeventos esportivos e os impactos para as políticas de esporte e lazer no país.

3.3- A sizígia esportiva: fim de Jogo?

As políticas públicas de esporte e de lazer no país desde a realização do Pan 2007 e a consequente “conquista” no mesmo ano do direito de sediar a Copa FIFA 2014, a escolha da cidade do Rio de Janeiro em outubro de 2009 como anfitriã dos Jogos Olímpicos de 2016, conjugado à realização em solo nacional de eventos, como os Jogos Mundiais 2011, a Copa das Confederações de 2013 e mundiais das modalidades olímpicas que, no bojo, acabam desembarcando no país, se tornam o princípio organizador e a pauta prioritária da agenda governamental (MASCARENHAS *et all*, 2012).

Isso ocorre em meio à *sizígia esportiva*, ou seja, o alinhamento da sociedade política (com interesse de incrementar o comércio local e de projetar o país no exterior), dos dirigentes esportivos (que se consolidam enquanto atores sociais e lucram com a venda dos eventos), e as megacorporações - que valorizam seu capital e ganham recursos públicos com as grandes obras e os serviços esportivos.

Sem dúvida, o Pan 2007 foi o “divisor de águas” na agenda esportiva brasileira. Com isso, não estamos negando a força que o campo conservador possuía anteriormente, afinal sempre foi o destino prioritário dos recursos do fundo público, entretanto, nunca esteve tão hegemônico, tanto no âmbito do financiamento como no discurso dos gestores públicos.

O Pan 2007 não foi o primeiro grande evento no país, pois em 1950 o Brasil recebeu a Copa FIFA e em 1963 na cidade de São Paulo ocorreram os Jogos Pan-Americanos. Contudo, as dimensões destes foram bem inferiores ao que assistimos hoje.

A edição de 2007 foi a mais cara em relação aos outros Jogos Pan-Americanos. Inicialmente orçado em cerca de R\$ 400 milhões, no fim custou R\$ 3,7 bilhões de reais, nove vezes mais que o previsto. Um montante que supera todo o gasto realizado nas cinco edições anteriores que, somado, chega a R\$ 2,1 bilhões (RAEDER, 2010).

O impacto nas contas do ME foi reconhecido pelos seus gestores: “A execução [orçamentária] sofreu impacto, particularmente em 2007, pois além dos contingenciamentos rotineiros, foi dada compreensível prioridade aos Jogos Pan-americanos, prejudicando, assim, outros programas” (Brasil, 2008).

As disputas entre os governantes locais e federais dificultaram a organização deste evento. Enquanto, em âmbito local, o prefeito César Maia, do Partido Democratas (DEM) buscava associar sua imagem ao Pan, ilustrada pelo *slogan* “Pan do Rio”, o governo federal, hegemônico pelo PT, fazia o mesmo com o *slogan* “Pan do Brasil”.

Assim, apesar de a escolha do Rio como cidade sede ter ocorrido em 2002¹⁰², à presença massiva da União na organização do evento acontece somente em 2007. Talvez por essa entrada tardia, observamos que, na execução orçamentária do ME, a maior parte dos recursos desse ano foi para a realização do Pan¹⁰³.

Após garantir o direito de sediar o evento formou-se o Comitê Gestor- CO-Rio- tendo como membros: 1) O presidente do COB; 2) Um membro do COI; 3) O vice-presidente e Secretário- Geral do COB; 4) Um secretário geral do CO-Rio; 5) Um representante da Assembleia do CO 6) Um representante da União; 7) Um representante do governo estadual; 8) E, um representante do governo municipal.

Raeder (2010, p. 78) faz a seguinte observação sobre o CO-Rio:

O comitê Executivo do CO-Rio é fórum no qual boa parte das decisões, especialmente as de maior importância, sobre o ordenamento territorial dos Jogos é tomada. Sua composição, bastante exclusiva contando apenas com dirigentes esportivos e autoridades públicas, foi precedida por um processo da escolha da Barra da Tijuca como área de concentração dos investimentos, feita por apenas dois representantes do CO-RIO.

Os dois representantes citados são Carlos Artur Nuzman, “monarca” do COB e Eduardo Paes, o prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Esta escolha, antidemocrática, demarca os reais interesses com a realização do Pan 2007 e com

¹⁰² A candidatura carioca foi lançada em 1998 e tinha como concorrente a cidade norte americana de San Antonio. Em agosto de 2002 a capital fluminense, mais São Paulo e Curitiba, após a desistência de última hora da cidade de Bogotá, realizaram os Jogos Sul-Americanos. Isso potencializou a candidatura do Rio de Janeiro para 2007, confirmada como sede um mês depois na reunião da Organização Desportiva Pan-americana (ODEPA).

¹⁰³ Consultar a Tabela 1, na página 105.

os demais megaeventos esportivos dos quais o país será sede, ou seja, o objetivo principal com a captação de grandes eventos é atender aos interesses empresariais, que envolve volumosos recursos do fundo público.

Ou seja, os investimentos para a promoção do grande evento esportivo materializado no Pan-2007 informam que aqueles realizados majoritariamente pelo setor público, na realidade, criaram oportunidades de lucro para um pequeno número de empresas privadas. No âmbito da gestão urbana, a iniciativa do Pan 2007 se transformou num instrumento de reprodução do capital privado em suas diferentes modalidades (entretenimento, construção civil, entre outras), em detrimento do atendimento das necessidades básicas (SANCHÉZ, 2011, p. 117).

Na coalizão em torno dos Jogos constaram os gestores urbanos, entidades esportivas e grandes conglomerados empresariais, especialmente construtoras. Essas forças preferiram canalizar os recursos para a área de expansão imobiliária da cidade carioca, que também é o novo centro de negócios, a Barra da Tijuca¹⁰⁴.

Para a construção dos locais do evento, a governança urbana lança mão das PPPs, tendo o Estado como fiador do lucro das empresas que se juntam na realização das obras e na administração dos equipamentos construídos.

De acordo com a Secretaria Especial Rio 2007, “a idéia de privatizar a administração e o uso de equipamentos públicos esteve baseada, em grande medida, na necessidade de diminuir custos e responsabilidades financeiras na implementação de parte da infra-estrutura necessária ao Pan 2007” (SANCHÉZ, 2011, p. 106).

A captação de espetáculos da indústria do entretenimento, como os grandes eventos esportivos, potencializam a cidade-empresa no mercado internacional. Nesse sentido, enquanto a cidade é preparada para os turistas, a população a margem dos grandes negócios esportivos, sofre com as remoções, com o cerceamento da liberdade e com a superexploração de sua força de trabalho. Os cidadãos nativos, pobres, são meros expectadores de um evento estranho a sua rotina.

Os legados sociais, prometidos, não saem do papel, o resultado do Pan 2007 confirma que a população brasileira, em especial a carioca, possui pouco a comemorar. Como exemplo, citamos os equipamentos esportivos obsoletos ou sob a

¹⁰⁴ Os outros locais de competição foram: Maracanã, Deodoro e Pão de Açúcar.

gestão privada, caso do parque aquático Maria Lenk. Sem contar aqueles que estão sendo reformados ou destruídos para a construção de novos com padrão olímpico, como o velódromo.

Antes do Pan 2007 a cidade do Rio de Janeiro tentou sediar os Jogos Olímpicos de 2004, com ajuda de uma consultoria catalã. Posteriormente, antes de ganhar o direito de sediar o Pan 2007, apresentou mais uma vez candidatura para os Jogos Olímpicos de 2012¹⁰⁵. E, em 2009, após o alinhamento do bloco esportivo, capitaneado pelo ex- presidente Lula, a cidade maravilhosa, conquista o direito de realizar o principal megaevento esportivo do planeta, os Jogos Olímpicos, neste caso a edição de 2016.

De acordo com Mascarenhas (*et al*, 2012):

Os megaeventos esportivos e, particularmente, a realização dos Jogos no Rio de Janeiro, são vistos como parte de um projeto que, ao mesmo tempo, garante transformação interna e reformula a imagem externa brasileira. A justificativa compreende argumentos em favor dos Jogos como um catalisador de obras e investimentos, dinamizando a economia e fortalecendo a posição da cidade e do país no mercado mundial.

Desde 2009 diversas ações no que se refere ao planejamento de políticas esportivas, aos arranjos institucionais, ao ordenamento legal e ao financiamento, vem sendo desenvolvidas para a realização do evento.

3.3.1 Formulação e planejamento de políticas esportivas

Uma das primeiras medidas, após a definição do país como sede dos Jogos Rio 2016¹⁰⁶, foi convocar a III Conferência Nacional do Esporte que deveria ter ocorrido em 2009. Ela se propôs a elaborar um Plano Decenal do Esporte e Lazer (PDEL), mesmo com o Sistema Nacional do Esporte (SNE), pauta das duas últimas Conferências, engavetado.

¹⁰⁵ Os sucessivos governos liderados por Cesar Maia, iniciado em 1992 e encerrado em 2008, com a vitória do neo- opositor Eduardo Paes, mas que não mudou a linha programática, implementou na capital carioca um novo modelo de gestão, sintonizado com as novas orientações internacionais, com grandes obras e receptora de grandes eventos, especialmente os esportivos, pois combina com a “fisionomia” da cidade, alegre, festiva e juvenil.

¹⁰⁶ O projeto Jogos Rio 2016 iremos detalhar no capítulo seguinte.

Nessa terceira edição, o evento já expressa o consenso obtido pelo bloco de poder, tendo os megaeventos como princípio organizador de toda a agenda. Analisemos as palavras do então Ministro Orlando Silva no período de preparação dessa Conferência:

A vitória do Rio de Janeiro como cidade sede para as Olimpíadas e Para-olimpíadas de 2016, concretiza os esforços do governo federal para colocar o país no centro dos grandes eventos esportivos mundiais. Um marco decisivo foi a realização, em 2007, no Rio, dos melhores Jogos Pan-Americanos da história. Trouxemos a Copa de 2014 e agora as Olimpíadas 2016, um feito inédito. A conquista de sediar os maiores eventos esportivos do mundo se sustenta no paradigma dos legados que contribui com o crescimento do Brasil, a transformação urbana das cidades e o desenvolvimento social sustentável por meio do esporte. (...) Esse conjunto de fatores torna a política do esporte estratégica para o desenvolvimento do país que pretende ser a quinta potência econômica em 2016 e, figurar entre as dez maiores potências olímpicas do mundo (BRASIL, 2009b, p.7).

É neste cenário de exaltação das “conquistas” e do esporte como fator de fomentador do crescimento econômico, visto como não direito que será realizada esta terceira edição do evento.

Portanto, a urgência com a III Conferência não era para ampliar o debate sobre o SNE ou mesmo consolidar um Plano para o setor, afinal, estamos a três anos que foi realizada a III Conferência e não existe nenhum projeto de lei sobre isso tramitando no Congresso Nacional. Na verdade o desejo era justificar e legitimar a realização dos Jogos Olímpicos no país, fato que emergiu por fora das discussões da I e II Conferência e mesmo das reuniões do Conselho Nacional do Esporte.

A determinação de trazer eventos de tamanha proporção e de visibilidade internacional para o Brasil não tem base nas deliberações nas duas primeiras Conferências Nacionais e nem na Política Nacional do Esporte, os três documentos que deveriam balizar o Plano Plurianual de 2008 a 2011, e conseqüentemente as ações do Executivo para o esporte e lazer (Brasil, 2004) (Brasil, 2005) (Brasil, 2006). Também no próprio PPA do período em que o governo assumiu o compromisso internacional de sediar os eventos (PPA 2004/2007) não há nenhuma menção sobre receber eventos esportivos de tamanha importância (CASTELAN, 2011, p. 133).

A ligação do PDEL com os megaeventos não quer dizer que nos debates e, mesmo, nas resoluções finais não constasse menção ao esporte e lazer como direitos sociais; mas discussões e resoluções existiram, contudo relegadas a segundo plano, se restringido a referendar o utilitarismo e as políticas de focalização do ME.

Melo (2011, p. 306) sintetiza da seguinte forma o resultado da III Conferência:

Ao desenvolver cada um dos dez eixos da III Conferência Nacional¹⁰⁷ fica explícito como o indicativo do bloco no poder deve ser traduzido tanto por aprofundar o tipo de desenvolvimento esportivo amplamente relacionado com as demandas do conjunto da classe burguesa nacional e internacional, como sedimentar os mecanismos de obtenção do consenso em torno dessas opções. Concretamente, tais mecanismos querem dizer a prorrogação da lei de Incentivo fiscal do esporte até 2025; o incentivo da chamada ginástica laboral, por meio da "... articulação de foros locais, envolvendo os setores públicos, privados, terceiro setor e corporativos para a implementação e gestão compartilhada de ações que favoreçam o acesso da população aos espaços de lazer e atividade física" (BRASIL- MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2010, p. 26); a consolidação e ampliação do Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social; a meta de projetar o Brasil entre os dez mais vencedores esportivos nos próximos dez anos; promoção da chamada "gestão compartilhada dos equipamentos públicos de esporte e lazer" que tende a ser traduzida nas chamadas parcerias público-privadas; o fortalecimento da indústria esportiva, com a (suposta) criação de empregos por meio da realizações de grandes eventos esportivos (BRASIL- MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2010).

A chegada dos megaeventos na agenda nacional causou, também, um reordenamento estratégico do governo. A principal representação disso é o PPA 2012-2015- "Plano mais Brasil".

Nesse, o esporte está associado aos grandes eventos, sendo que dos quatro objetivos do documento, três estão relacionados à organização e participação do país na Copa FIFA 2014 e Jogos- Rio 2016: 1) Objetivo 0669 - ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida; 2) Objetivo 0676 - elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com

¹⁰⁷ Os dez eixos foram: 1- Sistema Nacional de Esporte e Lazer; 2- Formação e Valorização Profissional; 3- Esporte, Lazer e Educação; 4- Esporte, Saúde e qualidade de Vida; 5- Ciência e Tecnologia e inovação; 6- Esporte de Alto Rendimento; 7- Futebol; ; 8- Financiamento do Esporte; 9 - Infraestrutura Esportiva; 10 - Esporte e Economia; (BRASIL- MINISTÉRIO DO ESPORTE , 2010). Observa-se que o Sistema Nacional de Esporte e Lazer debatido na I Conferência Nacional e tema da segunda, se reduz a um eixo nesta III edição do evento.

apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base à excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica; 3) Objetivo 0686 - coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados; 4) Objetivo 0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

Assim, no PPA 2012-2015 o Estado além de vincular o esporte “à remediação da vulnerabilidade social, em articulação com os Ministérios da Justiça e da Cultura, e não como um direito social a ser democratizado e universalizado, muito embora o texto inicie-se com a colocação de que o esporte é um direito social” (FLAUSINO, 2013, p. 138), também, confirma a orientação do governo em privilegiar o esporte como emulador do crescimento econômico.

3.3.2 Arranjo institucional e organizacional para os megaeventos

Os megaeventos provocaram um reordenamento no arranjo institucional do ME, bem como na formação de instâncias paralelas de poder. Com efeito, em 2011 foi editado o Decreto nº 7.629 que estabeleceu a fusão das secretarias da área social, dando origem a SNELIS e criou a Secretaria Nacional do Futebol e Direitos do Torcedor. Vejamos isso nas palavras do próprio governo:

A criação da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS, se deu no processo de reestruturação do Ministério do Esporte, aprovada pelo Decreto nº. 7.529, de 21 de julho de 2011, tendo em vista a necessidade de criar uma estrutura específica para organizar a Copa do Mundo de Futebol 2014 e assumir os programas e projetos relativos ao estatuto do torcedor, e ainda dotar de melhores condições o setor responsável pela Lei de Incentivo ao Esporte, cuja estrutura não comportava a crescente demanda (BRASIL, 2012, p.7).

Ainda em 2012, é criada na estrutura na Secretaria Executiva do ME, a Assessoria Extraordinária de Coordenação dos Grandes Eventos Esportivos. As consequências destas mudanças estão nas palavras dos gestores da pasta.

Não há dúvidas que a mudança estrutural ocorrida no Ministério do Esporte em 2012 teve grande impacto nas áreas finalísticas, particularmente na SNELIS que foi a Secretaria mais afetada. Isso foi agravado pelo fato de ter ocorrido já na metade do ano, tendo a execução dos programas sido desenvolvida por estruturas diferentes no mesmo exercício. Outro fator importante foi à mudança na titularidade da pasta, ocorrida em outubro do mesmo ano, e em consequência, tendo causado nova mudança na gestão da SNELIS (ibid, p. 16).

Sobre a mudança na gestão do ME é preciso dizer que foi uma consequência dos escândalos envolvendo os convênios do PST com ONGs, que supostamente beneficiaram o PC do B¹⁰⁸. Mas o ME continuou como “feudo” deste partido, sendo dirigido desde o fim de 2011 pelo deputado federal Aldo Rebelo.

Em paralelo, o governo federal, seja por iniciativa própria, seja por determinação dos acordos firmados com a FIFA e com o COI, instituiu estruturas paralelas para a gestão dos megaeventos. Assim, em março de 2011 é sancionada a Lei federal nº 12.396 que cria a Autoridade Pública Olímpica (APO), consórcio formado pelas três esferas de governo. Em âmbito estadual a APO foi ratificada em abril, através da Lei nº 5.949 e, na esfera municipal, no mesmo período, pela Lei nº 5.260. Essa nova instância possui como meta organizar a atuação dos três níveis de governo na organização dos Jogos Rio 2016.

Especificamente sobre a organização do evento de 2016 foi criado o Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016 (COJO), instância sem fins lucrativos, dirigida pela primeira vez na história pelo presidente do Comitê Olímpico do país sede. Na sua estrutura, o COJO possui 16 personalidades do mundo esportivo nacional. Ele é financiado pelo COI, mas as três esferas de governo se comprometeram no Dossiê de candidatura, caso seja necessário, suprirem as carências do Comitê.

Para além dos marcos que citamos, que apenas beneficiam as frações da burguesia envolvidas com os megaeventos, o governo criou os comitês gestores para os Jogos Rio 2016 (CGOLÍMPIADAS) e para a Copa FIFA 2014 (CGCOPA). O

¹⁰⁸ “Ex-vereadora está entre nove indiciados pela política federal”. 02/02/2013. Disponível em: <http://www.gazetaregional.com.br/index.php/primeiro-caderno/gazeta-policial/3249-ex-vereadora-esta-entre-nove-indiciados-pela-policia-federal.html>. Acesso em: 3/3/2013.

alento é pequeno porque não envolve a participação popular, ficando restrito aos membros do bloco no poder.

A sociedade civil organizada, ligada ao campo da esquerda, também está mobilizada, observando atentamente a organização dos megaeventos. Como exemplos, podem ser citados os Comitês Populares da Copa FIFA 2014, estando presentes nas doze cidades sede, e o Comitê Popular dos Jogos Rio-2016, que acompanha e denuncia os abusos existentes na capital fluminense.

3.3.3 Legislação de exceção

Como sede dos megaeventos esportivos, o país teve que adequar sua legislação aos interesses dos detentores dos monopólios Copa FIFA e Jogos Olímpicos. Assim, em 2009 é instituído o Ato Olímpico, Lei nº 12.035, que estabeleceu garantias à candidatura do Rio aos Jogos 2016 e regras para sua realização.

O Ato olímpico possibilita aos membros do COI, do Comitê Organizador e turistas na época do evento privilégios e benesses que suplantam a legislação nacional. Como exemplo, a dispensa de visto para estrangeiros, a utilização pelo COI e Comitê Organizador de imóveis e/ou equipamentos pertencentes à União, proíbe qualquer tipo de uso dos símbolos olímpicos e ainda garante serviços de segurança, saúde, vigilância sanitária e serviços alfandegários e de imigração, bem como frequência de radiodifusão e de sinais aos membros do Comitê organizador (FLAUSINO, 2013).

Para a Copa FIFA 2014 outra legislação de exceção é a Lei Geral da Copa, nº 12.663/2012. Da mesma forma que o Ato Olímpico, ela assegura os direitos de exploração e comercialização do evento, das vias de acesso e próximas dos locais, os direitos de imagens, sons e radiodifusão, a liberação de vistos aos membros vinculados a FIFA etc. Além disso, as empresas fornecedoras e prestadoras de serviços para o Mundial, escolhidas pela FIFA, estão isentas de pagamento de tributos (SOUSA, 2011).

Um exemplo de concessão aplicada pelo Estado brasileiro em sua legislação diz respeito ao Estatuto do Torcedor (Lei 10.671 de 15 de maio de 2003), que no seu artigo 13-A, inciso II, prevê as condições para a permanência do torcedor dentro dos

estádios. Entre as condições mínimas, estabelece: “não portar objetos, bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência” (BRASIL, 2003). Contudo, a Lei Geral da Copa suprime temporariamente o artigo supracitado, tendo em vista atender aos acordos da FIFA com a InBev.

Para Penna (2012, p. 11), os absurdos cometidos em nome da realização dos megaeventos podem ir além se o Projeto de Lei nº 728, apresentado pelos Senadores Marcelo Crivella (PRB/RJ), Ana Amélia (PP/RS) e Walter Pinheiro (PT/BA), for sancionado. Este PL tramita no Senado e encontra-se atualmente na mesa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte desde 26 de junho de 2012. Tem a pretensão de definir: [...] crimes e infrações administrativas com vistas a incrementar a segurança da Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, além de prever o incidente de celeridade processual e medidas cautelares específicas, bem como disciplinar o direito de greve no período que antecede e durante a realização dos eventos, entre outras providências (BRASIL, 2011). De acordo com Penna, “o referido projeto cria novos tipos penais que não constam no Código de Processo Penal brasileiro e determina penas específicas para eles. As novas regras começariam a valer três meses antes do início de cada competição”.

Outra medida questionável adotada pelo governo foi a adoção do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) no setor público, aprovado em 2011 pelo Congresso Nacional. O RDC flexibiliza a Lei nº 8.666/93, nos processos de licitações e licenciamento das obras para os megaeventos esportivos, o que pode acarretar ainda mais fragilidade na execução e fiscalização do uso dos recursos públicos.

Esse conjunto de legislações ainda contam com leis estaduais próprias para os megaeventos, sejam leis de segurança, sejam leis de isenções, sejam leis de restrição territorial, enfim, rasgam a Constituição nacional em favor das entidades esportivas e as megacorporações associadas.

Portanto, o preço para sediar os megaeventos é alto, inclusive sendo necessário curvar a legislação nacional aos interesses dos proprietários destes negócios.

3.3.4- Financiamento e gastos

No âmbito do financiamento, em consonância com o PDEL e as necessidades de realização e participação do país nos megaeventos, a presidente Dilma sancionou a lei nº 12.395/2011 que altera o programa Bolsa Atleta e cria os programas Bolsa Pódio e Cidade Esportiva. Além disso, este novo marco regulatório provoca mudanças tanto na constituição dos recursos para o esporte como a sua distribuição.

O item mais importante é aquele que define que os recursos destinados ao ME através de fontes orçamentárias, concursos prognósticos, do adicional de 4,5% sobre cada bilhete, 1/3 deve ser repassado aos estados e ao Distrito Federal para serem utilizados *prioritariamente em jogos escolares de modalidades olímpicas e paraolímpicas* e, dos 2/3 restantes, 1/6 será destinado à Confederação Brasileira de Clubes (CBC) que deverá destinar 10% ao esporte escolar e 5% ao esporte universitário, prêmio de concursos prognósticos da loteria esportiva federal não reclamados, doações, legados, patrocínios e outras fontes não especificadas¹⁰⁹, sendo a fiscalização dos recursos uma obrigação do TCU.

O primeiro destaque fica para o fato de o direcionamento do 1/3 dos recursos repassados para as demais esferas de governo que serão investidos em jogos escolares, o que consideramos como um equívoco, pois, ao contrário de democratizar, cerceia ainda mais a vivência esportiva. Mas lembremos de que isto está de acordo com os anseios do bloco de poder esportivo, ou seja, preparar uma nova geração olímpica (FLAUSINO, 2013).

O segundo destaque é o direcionamento de recursos para clubes, caso dos CBC, para descobrir e formar talentos esportivos. Assim, a aliança com o capital é cada vez mais sem máscaras, sendo escancarada.

As entidades esportivas somente se beneficiarão com as benesses do bloco no poder se possuírem autonomia financeira, se estiverem em situação regular com as obrigações fiscais e trabalhistas e demonstrarem compatibilidade entre as ações desenvolvidas nas modalidades esportivas e o PDEL.

¹⁰⁹ Conforme informação disponível em: [atletas-e-clubes-continuam-aguardando-o-dinheiro-que-esta-no-banco](#), o dinheiro da CBC está depositado desde 2011 sem poder ser utilizado pela entidade por falta de regulamentação da legislação. Ressalta-se que o recurso é previsto para a formação de atletas olímpicos e paralímpicos. Acesso em: 22/2/2013

Ressalta-se que, para o recebimento dos recursos públicos, a legislação possui um avanço significativo quando condiciona esse recebimento à celebração de um contrato de desempenho firmado entre ME e entidades esportivas. Isto se, de fato, for concretizada.

Ainda como resultado da realização dos megaeventos e o anseio em lançar o país entre os dez do quadro de medalhas, nos próximos dez anos, o governo lançou em 2012 o “Plano Brasil Medalhas 2016”, que regulamenta alguns aspectos da Lei nº 12.395/2011. Os investimentos previstos com o Plano chegam a um bilhão de reais e priorizam as modalidades que o país possui mais chances de obter êxito em 2016, tanto olímpica como paralímpica.

Neste bojo, o governo ainda pretende ampliar o investimento no esporte olímpico por meio das empresas estatais. Vejamos quais são as empresas e para onde destinarão recursos: Banco do Brasil- vela, vôlei de praia, vôlei e pentatlo moderno; Banco do Brasil e Correios- handebol; Banco do Nordeste (BNB)- triatlo; BNDES- canoagem e hipismo; Caixa- atletismo, ciclismo BMX, futebol feminino, ginástica, lutas, tiro esportivo e modalidades paralímpicas; Correios- natação, águas abertas (maratona aquática) e tênis; Eletrobras- basquetebol; Infraero e Petrobras- judô; Petrobras-. boxe e taekwondo¹¹⁰.

Só para se ter uma noção do quanto já foi investido pelas empresas estatais no esporte de alto rendimento, somente no ciclo olímpico de Londres (2009/2012) foram mais seiscentos milhões de reais.

Tabela 8. Volume de recursos repassados pelas entidades públicas para Confederações no período de 2009-2012.

Empresa	Total investido R\$
Banco do Brasil	220,1
Eletrobrás	151,1
Caixa	151,4
Correios	93,1
Petrobras	33,1
Infraero	9,1
BNDES	8,1
Casa da Moeda	0,5
Total	666,5

Fonte: www.contasabertas.com.br. Elaboração do autor (2013)¹¹¹.

¹¹⁰ Informação disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/09/13/veja-lancamento-do-brasil-medalhas-2016>. Acesso em: 23/2/2013.

¹¹¹ Ressalta-se a contribuição do Jornalista José Cruz, assessor da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, na coleta dos dados.

A destinação de recursos destas estatais para o esporte olímpico contribui para a preparação de atletas para representar o país nos eventos internacionais e, por outro lado, para a consolidação da marca da empresa entre o público consumidor. Entretanto, é, no mínimo, estranha a presença de algumas empresas, como é o caso da Casa da moeda, da Infraero, dos Correios e da Eletrobrás que possuem o monopólio em seus setores, patrocinando o esporte de alto rendimento, que fortalece o esporte como mercadoria.

Outra fonte de recurso para o esporte de alto rendimento, que não é resultado da chegada dos Jogos Rio-2016, mas está atrelado à busca do país por mais medalhas e projeção internacional no campo esportivo é a Lei Agnelo/ Piva. Como já fizemos menção, foi sancionada em 2001 pelo presidente FHC e alterou a Lei Pelé, destinando 2% dos recursos das loterias para o esporte olímpico e paraolímpico, sendo 85% deste para o COB e 15% para o CPB. Dos recursos do COB 10% devem ir para o esporte escolar, 5% para o esporte universitário e o restante a critério do COB é investido no esporte olímpico.

O COB se relaciona diretamente com 29 confederações de modalidades esportivas olímpicas¹¹² e duas relacionadas aos Jogos Olímpicos de Inverno (Confederação Brasileira de Desportos no Gelo e Confederação Brasileira de Desportos na Neve). Além disso, há o vínculo e reconhecimento com outras 21 confederações de modalidades não olímpicas.

Os recursos da Lei Agnelo/Piva financia seis ações no âmbito do esporte olímpico, quais sejam: 1) Programas e projetos de fomento; 2) Manutenção da entidade; 3) Formação de recursos humanos; 4) Preparação técnica de equipes, infraestrutura, contratação e remuneração de comissões técnicas; 5) Manutenção de atletas e o pagamento de despesas diversas de treinamento e de competições

¹¹² As confederações ligadas ao COB são: Confederação Brasileira de Atletismo; Confederação Brasileira de Badminton; Confederação Brasileira de Basquete; Confederação Brasileira de Boxe; Confederação Brasileira de Canoagem; Confederação Brasileira de Ciclismo; Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos; Confederação Brasileira de Desportos na Neve; Confederação Brasileira de Desportos no Gelo; Confederação Brasileira de Esgrima; Confederação Brasileira de Ginástica; Confederação Brasileira de Golfe; Confederação Brasileira de Handebol; Confederação Brasileira de Hipismo; Confederação Brasileira de Hóquei Sobre a Grama e Indoor; Confederação Brasileira de Judô; Confederação Brasileira de Levantamento de Peso; Confederação Brasileira de Lutas Associadas; Confederação Brasileira de Pentatlo Moderno; Confederação Brasileira de Remo; Confederação Brasileira de Rugby; Confederação Brasileira de Taekwondo; Confederação Brasileira de Tênis; Confederação Brasileira de Tênis de Mesa; Confederação Brasileira de Tiro com Arco; Confederação Brasileira de Triathlon; Confederação Brasileira de Vela e Motor e Confederação Brasileira de Vôlei.

nacionais e internacionais; e 6) Organização e participação em eventos esportivos, bem assim a realização e participação em treinamentos e competições nacionais e internacionais (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2006). Almeida e Marchi Junior (2011) comentam que o COB não estipulou um percentual para cada uma destas ações, ficando a critério dos seus dirigentes.

Neste sentido, no ciclo olímpico de Pequim (2005-2008), o COB recebeu da Caixa Econômica Federal o valor de R\$ 615,4 milhões, sendo repassado para as Confederações de esporte olímpico o montante de R\$ 297,2 milhões¹¹³. Já no período de 2009 a 2012, o valor recebido pelo COB foi um pouco superior, atingindo os R\$ 677,1 milhões, e destes R\$ 250,3 milhões foram destinados às Confederações.

Tabela 9: Recursos recebidos pelo COB e repassados as confederações, em milhões de reais.

Ano	Valor recebido pelo COB	Repasse do COB as Confederações*
2005	R\$ 152.159.514,53	R\$ 81.005.666,20
2006	R\$ 131.095.743,44	R\$ 80.890.860,56
2007	R\$ 171.972.584,68	R\$ 75.835.372,84
2008	R\$ 160.254.641,25	R\$ 59.567.188,02
Total 2005-2008	R\$ 615.482.483,90	R\$ 297.299.087,62
2009	R\$ 172.416.822,05	R\$ 48.736.528,77
2010	R\$ 184.543.857,28	R\$ 59.110.877,76
2011	R\$ 173.139.995,07	R\$ 65.223.801,82
2012**	R\$ 147.044.052,21	R\$ 77.274.184,68
Total	R\$ 677.144.726,61	R\$ 250.345.393,03

Fonte: www.cob.org.br. Elaboração do autor (2013).

* Valor acrescido, do montante do fundo olímpico, que é uma reserva do COB para projetos especiais das Confederações.** Estes são valores estimados pelo COB, pois não estavam disponíveis nos sites o montante real.

Portanto, ocorreu um aumento dos recursos repassados, pela Caixa Econômica Federal ao COB, do ciclo olímpico de Pequim para o ciclo de Londres. Contudo, observa-se a diminuição e uma oscilação nos valores destinados para as Confederações. Entre 2005 e 2006 houve um contínuo crescimento, no entanto, nos quatro anos seguintes, os repasses sofreram queda, com nova elevação somente a

¹¹³ Registra-se que os dados foram atualizados, conforme sistema de débito do Tribunal de Contas da União na data de 13/3/2012.

partir de 2010. Tal situação interfere na continuidade de qualquer planejamento, caso exista.

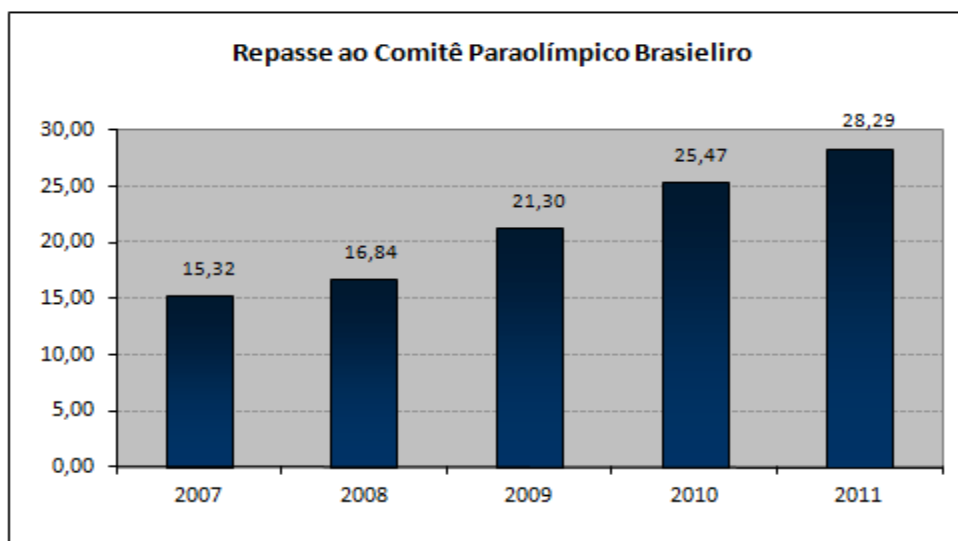
A elevada concentração de recursos no COB em 2007, 2008 e 2009 provavelmente ocorreu pela realização do Pan 2007 e posteriormente o investimento na candidatura do Rio aos Jogos Olímpicos de 2016.

Quanto à distribuição dos recursos entre as Confederações, persiste no ciclo de Londres, a desigualdade identificada por Almeida e Marchi Junior (2011), na análise do ciclo olímpico de Pequim. O COB privilegia aquelas que possuem mais visibilidade, melhor organização administrativa e mais recursos de patrocínios¹¹⁴.

Assim, o parâmetro meritocrático, implementado pelo COB em 2009, acentua a discrepância entre as confederações e a hegemonia de algumas modalidades, como o Vôlei, o Judô, o Atletismo, Handebol, Desportos Aquáticos, a Ginástica e o Basquete em relação a outras, caso do Badminton, Levantamento de peso, Taekwondo etc., já que estas possuem menos visibilidade e, conseqüentemente, menor possibilidade de atrair patrocínios da iniciativa privada e mesmo do governo.

Quanto ao esporte paralímpico, a lei no período de 2007 a 2011 destinou mais de 100 milhões de reais, com crescimento ao longo dos anos. O recurso é utilizado na formação e preparação de atletas para os eventos nacionais e internacionais.

Gráfico 5 – Repasse da CAIXA ao Comitê Paraolímpico Brasileiro em milhões



¹¹⁴ A distribuição dos recursos entre as Confederações encontra-se nos relatórios anuais do COB, com exceção de 2012 todos os demais estão disponíveis no site da entidade.

Valores Repassados					
	2007	2008	2009	2010	2011
Repasse	15,32	16,84	21,30	25,47	28,29
Valor em Milhões					

Fonte: Endereço eletrônico www.caixa.gov.br

No tocante à arrecadação e ao destino dos recursos captados pelo governo, é preciso dizer que não é apenas uma ação contábil, mas, sobretudo, uma ação política mediada pela correlação de forças. No âmbito esportivo está claro que as regras são ditadas pelos atores ligados ao capital, afinal, conforme demonstramos com a série de dados das diversas fonte, o volume de recursos para o esporte-mercadoria-espetáculo cresceu nos últimos anos. Enquanto isso, os programas sociais sofrem com a subordinação da agenda aos megaeventos e ao contingenciamento de recursos.

Sobre a execução dos recursos do ME a Tabela 10 confirma que a dotação inicial do ME é irrisória em relação ao Orçamento Geral da União, este que é sangrado pelas frações da burguesia. De qualquer forma, o montante destinado ao esporte é pouco e se torna menor com a ausência de um Sistema Nacional do Esporte, com a definição de um percentual mínimo a ser aplicado pelas três esferas de governo no esporte e lazer.

Tabela 10: Valores em R\$ autorizados e liquidados pelo ME, deflacionados pelo IGP-DI, bem como a participação no OGU liquidado pelo Poder Executivo.

ANO	Autorizado (milhões)	Liquidado (milhões)	Participação (%)
2004	568,96	402,56	0,09
2005	928,23	573,37	0,12
2006	1.302,63	943,22	0,19
2007	1.979,68	1.777,64	0,32
2008	1.682,96	1.154,49	0,19
2009	1.576,60	1.058,24	0,17
2010	2.195,29	1.095,98	0,16

Fonte: SIGA Brasil – Senado Federal. Elaboração: ATHAYDE (2012).

Quanto à execução do orçamento, somente em 2007, quando houve a realização do Pan, o ME gastou mais de 50% do recurso previsto. Nos demais anos, a pasta teve baixos índices de execução.

Tabela 11: Comparação entre a dotação inicial, o empenhado e pago, dentro da função “Desporto e Lazer” no período de 2004 a 2010, valores em R\$ deflacionados pelo IGP-DI.

Ano	Dotação Inicial (milhões)	Empenhado (milhões)	Pago (milhões)	Execução (%)
-----	---------------------------	---------------------	----------------	--------------

2004	530,14	402,05	218,66	41,25
2005	854,84	572,84	148,73	17,40
2006	1.132,10	942,69	340,02	30,03
2007	1.159,53	1.777,13	947,44	81,71
2008	1.361,42	1.152,14	243,04	17,85
2009	1.502,10	1.055,60	156,71	10,43
2010	1.601,69	1.094,10	270,56	16,89
TOTAL	8.141,82	6.996,55	2.325,16	28,56

Fonte: SIGA Brasil – Senado Federal. Elaboração: ATHAYDE (2012).

Em linhas gerais, o orçamento do ME, que já é pequeno, diminui quando expomos o quanto foi executado. Em relação ao seu destino ficou claro que os gestores públicos canalizam prioritariamente para a manifestação que não garante direito, o esporte de rendimento.

Se num primeiro momento houve tensões e disputas, inclusive dentro do bloco de poder, isso não se materializou no âmbito do direcionamento dos recursos do Governo Federal e no ordenamento legal. Assim sendo, observa-se a ampliação das ações do governo para o esporte-mercadoria-espetáculo, privilegiando os atores e interesses do campo conservador e setores do mercado com a entrada dos megaeventos na pauta do governo.

No capítulo seguinte será feito o debate sobre os Jogos- Rio 2016, principal expressão do esporte-mercadoria-espetáculo, que mobiliza a sociedade política, os diferentes setores da sociedade civil e as grandes corporações do capitalismo mundial. O que ele representa para a economia política global? Por que o Rio de Janeiro/Brasil? O que propõe para a população brasileira? E, o que já temos? São algumas das perguntas que tentaremos responder.

CAPÍTULO 4

JOGOS RIO 2016: A HEGEMONIA DO ESPORTE-MERCADORIA-ESPETÁCULO

A reestruturação do capitalismo em meados da década de 1970, ampliou as ações do capital pelo globo e para os diferentes setores da vida humana. Neste sentido, houve uma priorização do Estado pelas ações em favor da ampliação da acumulação capitalista, criando as condições para a prosperidade dos membros da burguesia e individualizando e responsabilizando os indivíduos pelo seu *status quo*.

No que tange à gestão das cidades, houve alterações significativas na forma, nos objetivos e na coalizão de forças que compõem o governo urbano. O modelo administrativista foi substituído pelo empreendedorismo, com as cidades inserindo-se em uma lógica de competição, na busca pela atração de capitais e de pessoas com elevado poder aquisitivo.

Os caminhos das cidades são definidos pela coalizão formada pelos membros dos governos urbanos e pelo setor privado (formado também pelas entidades filantrópicas e Organizações Não Governamentais (ONGs) em geral). As intervenções privilegiam ações de adequação dos espaços urbanos para a competição interurbana em detrimento da solução dos problemas sociais.

Tem-se, evidentemente, uma supervalorização do valor de troca das cidades sobre o seu valor de uso. Estas são preparadas para os negócios e, como uma mercadoria, necessitam de “imagens-síntese” que as diferenciem das demais concorrentes internacionais e gerem mais renda monopolista.

Em tal contexto, os grandes eventos, em especial, aqueles de cunho internacional, ganham destaques na agenda dos governos, aceleram as modificações urbanas, catalisam recursos de diferentes fontes, vendem as cidades para os principais mercados do globo, além de garantir certa unidade ideológica da população que os recepcionam.

Nos últimos anos, verificou-se a existência de um circuito mundial de megaeventos, em diferentes áreas (ambientais, culturais, esportivos) no qual as cidades concorrem entre si para atraí-los. Sem dúvida, entre todos os eventos existentes, destacam-se os produtos advindos da Copa do Mundo FIFA e dos Jogos Olímpicos.

Estas *commodities culturais* chegam de forma *in natura* aos países que possuem a franquia e possibilitam aos seus proprietários (FIFA e COI), bem como, aos parceiros (emissoras de televisão e patrocinadores) *renda monopolista*. Além destes, também são beneficiados os agentes diretamente envolvidos na construção dos equipamentos esportivos e da infraestrutura programada, os setores ligados ao turismo, aos serviços e produtos de consumo e tecnologia, os especuladores imobiliários etc.

O principal financiador e investidor é o Estado, que pauta suas ações pelos interesses privados. As camadas sociais e as áreas privilegiadas não são aquelas que realmente precisam, mas os mesmos que constantemente são protegidos pelo Estado.

A população de baixa renda sofre com as remoções e expulsões, com a exploração da sua força de trabalho, quando não são proibidos de exercê-la e com o monitoramento armado e social - políticas de *manejo social do risco* - do Estado.

Os prognósticos *ex ante*, na maioria das vezes superestimados, servem apenas para legitimar o derramamento de recursos públicos. Isto ocorre em todos os países sedes, inclusive no Brasil que irá receber tanto a Copa FIFA, quanto os Jogos Olímpicos.

Neste sentido, além dos impactos negativos para população de baixa renda, os legados tão anunciados antes e na preparação dos megaeventos, servem para legitimar os elevados gastos públicos, na maioria das vezes com superfaturamento.

Especificamente sobre o empreendimento Jogos Rio 2016 o que se assiste é priorização das ações de interesse mercantil, que estabelece um Estado de exceção, que não respeita às leis constitucionais, sejam vinculadas aos direitos humanos, sejam ao meio ambiente, sejam ao patrimônio público. Os grupos beneficiados são aqueles que financiaram a campanha carioca a sede do evento e/ou estão diretamente envolvidos com os membros dos governos nas três esferas.

Parece não haver dúvida de que os Jogos Rio 2016 seja apenas uma extensão do que foram os Jogos Pan Americanos de 2007, com as mesmas frações da burguesia sendo beneficiada.

Decifrar a sua anatomia possibilita compreender a “virada” do Movimento Olímpico, ocorrida a partir dos Jogos de Barcelona, bem como identificar as próprias características do modo de produção capitalista na atualidade. Os jogos como um

produto inovador para o mercado brasileiro aceleram a inserção do país na lógica dominante do capital, direcionando o fundo público para as necessidades do capital e negligenciando o atendimento das necessidades humanas. O mínimo que se faz para os mais pobres são medidas de *manejo social do risco*, controlando a população para não atrapalhar os negócios da burguesia.

É isto que este capítulo busca apresentar. Para tanto, está dividido em três seções principais. Na primeira é feito o debate sobre as características do empreendedorismo urbano, e os Jogos como estratégia deste modo de governança. Na segunda apresentam-se as transformações dos Jogos Olímpicos, como se tornou numa *commoditie* tão disputada, bem como demonstramos em relação aos Jogos Rio 2016, os atores e interesses hegemônicos. Na última seção, identificamos os vencedores e perdedores com este empreendimento.

4.1 Os megaeventos esportivos no contexto da economia política global

O modelo de governança urbana que se instala a partir de meados da década de 1970, envolve uma coalizão de forças, em que:

“[...] o governo urbano e a administração urbana desempenham apenas um papel facilitador e coordenador. O poder de organizar o espaço se origina em um conjunto complexo de forças, mobilizado por diversos agentes sociais” (HARVEY, 2006, p. 171).

A cidade passa a ser pensada a partir de princípios empresariais, denominados de empreendedorismo urbano, que são:

[...] o padrão de conduta na governança urbana que combina poderes estatais (local, metropolitano, regional, nacional e supranacional), diversas formas organizacionais da sociedade civil (câmaras de comércio, sindicatos, igrejas, instituições educacionais e de pesquisa, grupos comunitários, ONGs etc.) e interesses privados (empresariais e individuais) formando coalizões para fomentar ou administrar o desenvolvimento urbano/regional de um tipo ou de outro (ibid, 2006, p. 230).

Os governos adotam uma política inovadora, de flexibilidade de direitos, adaptando a legislação e o planejamento aos interesses mercantis dos investidores e consumidores. A principal estratégia de ação desse padrão de governança são as

PPPs “[...] em que a iniciativa local se integra com o uso dos poderes governamentais locais, buscando e atraindo fontes externas de financiamento, investimentos diretos ou novas fontes de empregos” (ibid, 2006, p. 172).

Elas são empreendedoras porque tanto na execução como no projeto são especulativas, estando sujeitas a todos os obstáculos e riscos associados ao desenvolvimento nesta lógica, significando o contrário do desenvolvimento planejado de forma racional, coordenado e coletivo.

As PPPs “invadiram” o país e são adotadas pelos gestores urbanos em diferentes setores e por partidos de diversas colorações ideológicas. Enquanto o setor privado lucra, o poder público oferece todas as garantias para que isso ocorra e a população paga duplamente pelos serviços. É o que ocorre nas rodovias administradas por grupos de empresários.

Outra característica do empreendedorismo urbano é a espetacularização do lugar ao invés de privilegiar investimentos no território. O Estado investe nos locais que são atrativos para o capital e naquilo que é rentável ao setor privado, ou seja, constroem grandes obras, museus, centros de convenções, estádios entre outros e secundariza os investimentos em moradia, saneamento, educação, saúde etc.

As intervenções pontuais do Estado podem beneficiar os trabalhadores em suas necessidades humanas, mas, na essência, visam requalificar áreas, como ocorreu nos Jogos de Londres - com a região oeste da cidade - ou criar infraestrutura, caso das intervenções na Barra da Tijuca e na região portuária, da capital fluminense, em que estão associadas aos interesses privados, e aos especulativos.

Em síntese, para Harvey (2006, p.176) “o novo empreendedorismo urbano se apoia na parceria-público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num território específico [...]”.

Sob este novo pilar, a competição entre as cidades é marcada pela “atração de atividades de controle e comando referentes às altas finanças, ao governo, à coleta de informações e ao seu processamento (incluindo a mídia). Outro aspecto

que se pode identificar é a competição que as cidades travam por transferências de seus governos centrais”¹¹⁵ (RAEDER, 2010, p. 25).

Além disso, as cidades estão em disputa dentro da divisão internacional do trabalho, na oferta de melhores condições para o capital. Os pacotes de bondade dos gestores urbanos incluem isenções fiscais, flexibilidade da legislação trabalhista e formação da mão de obra. Assim, “dificilmente, na atualidade, desenvolvimento algum em larga escala acontece sem que o governo local (ou a coalizão de forças que constitui a governança local) ofereça, como estímulo, um pacote substancial de ajuda e assistência” (HARVEY, 2006, p. 175).

Neste contexto, as cidades também agem como qualquer outra empresa e criam símbolos, discursos, imagens, enfim, buscam uma marca singular e inovadora que seja atrativa e que possa gerar mais *renda monopolista*.

A *renda monopolista* “surge porque os atores sociais podem aumentar seu fluxo de renda por muito tempo, em virtude do controle exclusivo sobre algum item, direta ou indiretamente, comercializável, que é em alguns aspectos, crucial, único e irreplicável” (ibid, p. 222). Como exemplo, Ribeiro (2006) cita o município do Rio de Janeiro que é reconhecido mundialmente como cidade alegre, capital cultural, cidade aberta e cosmopolita, uma raridade no mundo.

Deste modo, as cidades se tornaram uma mercadoria de luxo que, como sujeito e objeto de negócios, negam radicalmente o espaço político, de arena de conflitos e disputas ideológicas (VAINER, 2000).

De fato “a cidade competitiva precisa da união de todos os seus habitantes para sair da crise e para oferecer paz e estabilidade ao capital internacional e aos visitantes. Daí emerge a cidade-pátria, onde impera o consenso e onde são reforçadas as identidades territoriais” (CASTRO, 2012, p. 59).

Como medida de coesão social em torno do projeto cidade-empresa- global e para auferir mais *renda monopolista*, bem como potencializar o crescimento econômico da localidade e sua competitividade nos mercados internacionais, os membros da governança urbana passaram apostar, a partir dos anos 1980, nos grandes projetos urbanos.

¹¹⁵ No Brasil o governo federal desenvolve, desde 2008, o sistema de convênios (SICONV), que seleciona as melhores propostas cadastradas para os programas das pastas ministeriais. As cidades são estimuladas a criarem no seu arranjo institucional equipes cada vez mais profissionais de captação de recursos. Aquelas que não fazem isso possuem cada vez menos recursos federais.

A atração de espetáculos, especialmente os internacionais de grande visibilidade garante à cidade a exposição na mídia e o deslocamento para seu território de capitais públicos e privados, nacionais e internacionais, impulsionando as adequações urbanas, sociais, econômicas e políticas demandadas pelo setor privado.

Neste sentido, Essex e Chalkley (2004 apud CASTRO, 2012) afirmam que os megaeventos se tornaram boas opções no âmbito da política urbana, pois: a) permitem a regeneração e renovação urbana; b) facilitam a modernização da economia; c) atraem turistas; d) anunciam nova imagem e personalidade da cidade; e) atraem novos investimentos estrangeiros.

Em um ano é grande a quantidade de eventos que uma cidade pode receber e, quanto melhor a infraestrutura para recepcionar os espetáculos, mais se destacará no mercado mundial. No universo dos eventos caracterizados como internacionais, a *International Congress & Convention Association* (ICCA) anualmente divulga ranking dos países e cidades de acordo com a quantidade de eventos sediados. Assim, com o resultado, os gestores podem avaliar o *status* de sua cidade no cenário de concorrência internacional (RAEDER, 2010).

Porém, o número de eventos que podem provocar mudanças significativas no tecido social/urbano das cidades é reduzido. Por isso, a predileção da governança urbana pelos megaeventos, especialmente pelos Jogos Olímpicos.

Este, sem dúvida, é um grande impulsionador de transformações urbanas e catalisadores de capitais, na maioria das vezes sem o crivo da participação popular. Entre as ações desenvolvidas destacam-se aquelas ligadas à regeneração de regiões comerciais e habitacionais, de interesses de especuladores e incorporadores, bem como as ações de modernização das zonas portuárias e intervenções de mobilidade seja área, seja terrestre (CASTRO, 2012).

Os Jogos Olímpicos, de propriedade exclusiva do COI, se tornaram, a partir do final da década de 1980, um valioso produto no mercado internacional de megaeventos, sendo cobiçado por cidades de todos os continentes, dos diferentes países. Como exemplo, para 2020 foram cinco as cidades aspirantes: Doha, Baku, Madri, Tóquio e Istambul, sendo as duas primeiras eliminadas pelo COI da eleição final que ocorre em setembro deste ano. O governo do Catar já anunciou que Doha é aspirante aos Jogos de 2024, bem como, o governo de Los Angeles nos EUA, o

governo sul africano e o alemão também já anunciaram as intenções de receber o evento nesse ano.

Este megaevento, no marco do empreendedorismo urbano e da concorrência interurbana, trata-se de um negócio inovador e, ao mesmo tempo em que confere *renda monopolista* aos seus proprietários, também gera lucros para os parceiros e para os membros da governança urbana, sejam econômicos, sejam políticos.

O ponto a ser enfatizado é que os Jogos Olímpicos, enquanto uma *commoditie* cultural *in natura*, são leiloados pelo COI para as cidades, extraíndo *renda monopolista* daqueles que conquistam o direito de sediá-los. Da mesma forma, as cidades, de posse da franquia do evento, se promovem a partir de “imagens-síntese” nos mercados internacionais, ou melhor, se vendem para os investidores e turistas de todo o mundo.

A população em geral fica na expectativa dos legados anunciados pelos organizadores: mas, na maioria das vezes apenas legitima as ações, sendo excluída do processo decisório, dos benefícios diretos e, ainda, paga a conta da festa das empreiteiras, das corporações ligadas ao ramo da hotelaria e de turismo, da bonança dos cartolas e líderes políticos.

As transformações urbanas *ad doc* promovidas na capital fluminense, também podem retirar da cidade sua singularidade, pois ao fazer parte do seletivo grupo de cidades-globais, a “cidade olímpica” de 2016 pode apenas reproduzir os padrões internacionais ambicionados pelos investidores, ou seja, por exemplo, o “porto maravilha” em nada diferenciará dos grandes empreendimentos de cidades como Barcelona, Sydney etc.

Portanto, conforme Harvey (2006, p. 182), “muitas das inovações e dos investimentos idealizados para tornar certas cidades mais atraentes como centros culturais e de consumo foram rapidamente imitadas em outros lugares, tornando efêmera qualquer vantagem competitiva num conjunto de cidades”.

Essa é justamente a lógica do capital, o baixo valor de uso das mercadorias. No caso dos investimentos em grandes obras urbanas na cidade do Rio de Janeiro coloca a capital fluminense em destaque em relação às outras cidades por um curto período de tempo, tendo a necessidade de constantes empreendimentos para se manter em evidência na “guerra de lugares”.

De todo modo, é fato que o empreendimento Jogos Olímpicos garante uma excepcional distinção no mercado mundial das cidades. Os Jogos são uma mercadoria que transmite uma energia jovial, atraente, inovadora, sendo um poderoso mecanismo de marketing e controle social - tendo em vista o seu poder de unificação da população entorno de sua pátria, sendo um importante chamariz para a espetacularização e desenvolvimento econômico do lugar e do bloco de poder olímpico.

Na seção seguinte apresentamos os caminhos dos Jogos, a sua transformação em *commoditie* cultural, o que a governança urbana propõe com o evento de 2016 e os atores e seus interesses com este negócio.

4.2 As transformações dos Jogos Olímpicos e o empreendimento Rio 2016

Os Jogos Olímpicos da era moderna estão relacionados às antigas competições que ocorriam nas cidades da Grécia Antiga, em especial, àquelas que aconteciam de quatro em quatro anos na cidade de Olímpia, em homenagem a Zeus.

As transcrições encontradas em pedras no templo de Hera, em Olímpia, descrevia que no período dos jogos todos os confrontos militares cessavam, sendo as competições para as tribos e clãs um momento de celebração da paz.

Os Jogos eram realizados com forte apelo místico e favoreceram o desenvolvimento da matemática, da arquitetura e da poesia. Aos vencedores eram erguidas estátuas e escritos poemas, além de receberem recompensas em dinheiro, presentes ou isenção de impostos (RAEDER, 2010).

Após milhares de anos de competição, os Jogos foram proibidos em 394 d.c pelo império romano por considerá-lo uma competição pagã. O legado do povo helênico somente foi resgatado 1.500 anos depois pelo Barão Pierre de Coubertin.

Em meio aos conflitos do fim do século XIX entre os impérios da época, Courbetin viu no esporte uma ferramenta de celebração da cultura da nobreza. Assim, lançou-se na empreitada de convencer governos e entidades esportivas da importância da recriação dos Jogos Olímpicos.

O movimento ganhou força em 1894, com a criação do COI e, apesar de Coubertin desejar que a primeira edição se desse na cidade de Paris, em 1900, a

escolha se deu por Atenas em 1896. Assim, a primeira Olimpíada da era moderna foi disputada em nove modalidades, por 250 homens, de treze países.

Na década de 1920, os Jogos Olímpicos já havia ganhando novos adeptos e se internacionalizado. Para Rubio (2010, p. 60), nesta época, tal acontecimento não era uma “festa de poucos e para poucos, mas vinham se convertendo em um grande evento que exigia dedicação e empenho por parte de seus organizadores, por terem ganhado o gosto dos praticantes do esporte e do público em geral”.

Minuzzi e Marin (2012) falam que, a partir deste momento, o COI lança novas estratégias organizacionais, criando elementos que simbolizassem o movimento olímpico, como a bandeira olímpica com os cinco aros, a tocha olímpica, a distribuição de medalhas olímpicas de ouro, de prata e de bronze, o hino olímpico, selos e cartazes oficiais comemorativos etc.

Para Lancelloti (1996), em 1924, quando o COI cria os Jogos Olímpicos de inverno, os Jogos de verão ocorrem em Paris e já se configuravam como um ensaio do espetáculo esportivo que iria surgir no futuro, pois, com a transmissão do evento pelas emissoras de rádio e o acompanhamento dos jornais impressos, havia uma ampla divulgação da sua programação, bem como da propaganda do COI e de seus patrocinadores.

Contudo, Rubio (2010) considera que é em 1932, nos Jogos de Los Angeles, que o evento passa a assumir um padrão “hollywoodiano”. Para tanto, teve seu tempo de duração reduzido (antes as competições duravam meses, a partir deste momento reduziu-se para apenas trinta dias) e o COI começa a buscar novas fontes de financiamento, para além da governamental. Nessa edição os Jogos renderam mais de US\$ 1 milhão para seus organizadores

Aliada às estratégias do COI, a internacionalização do evento contou com a competição existente no plano político-ideológico e militar. Os impérios, no início do século XX, estavam em batalhas e os Jogos se tornaram mais um palco de luta e demonstração de força.

Isso se revela na competição de 1936, onde Hitler derramou recursos públicos no intuito de demonstrar tanto na organização como nas competições a superioridade da raça ariana (RUBIO, 2010).

A continuidade dos Jogos foi interrompida nos anos seguintes pela segunda guerra mundial. Se no período helênico as competições paravam as guerras, no século XX foi o contrário.

O evento só retornaria em 1948 e, até a disputa de 1984, foi fortemente determinado pela disputa entre o bloco comunista, liderado pela URSS e pelo bloco capitalista, sob o comando dos EUA. Sem dúvida, a guerra fria influenciou o desenvolvimento dos Jogos Olímpicos, principalmente na melhoria da performance dos atletas.

A pressão pela vitória a qualquer preço foi aos poucos corroendo os nobres valores do esporte amador nos Jogos Olímpicos. Embora se mantivesse a rejeição em relação à participação de atletas profissionais e os Jogos procurassem permanecer fieis ao Olimpismo de Coubertin incorporando novos símbolos e tradições [...] o fato é que os valores e crenças válidos no século XIX entraram em colapso no período entre guerras (PRONI, 2008, p. 8).

Outros fatores também contribuíram para a metamorfose do evento num espetáculo gerador de *renda monopolista*, como a parceria com as emissoras de televisão e os planos de marketing implementados pelo COI.

Nos Jogos de 1960, na cidade de Roma, telespectadores de 18 países da Europa puderam assistir em tempo real às principais competições do evento. O mesmo ocorria nos EUA, Canadá e Japão com algumas horas de atraso. De acordo com Proni (2008), a receita da venda das imagens para a BBC rendeu ao COI US\$ 1 milhão. Além disso, o COI já possuía 46 empresas entre fornecedores e patrocinadores. Nesta edição foi erguida a primeira vila olímpica com instalações modernas da história do evento.

O evento realizado por amadores para amadores estava sendo sucumbido pelos interesses mercantis. O crescimento dos Jogos Olímpicos tanto em participantes, quanto em público e parceiros, requeria das cidades sedes infraestrutura não apenas esportiva, mas, também, para a mídia e visitantes.

Assim sendo, a cada edição o orçamento crescia e, como resultado, em 1968, na Cidade do México, diversos protestos populares tomaram conta das ruas, criticando os gastos do governo com a sua organização. O evento que pela primeira vez chegava à periferia do mundo capitalista foi marcado pela repressão policial que acabou matando cerca de 100 pessoas (PRONI, 2008).

A preocupação com o financiamento cresce e leva o COI nos Jogos de Munique, 1972, a contratar uma empresa para comercializar a marca olímpica. Entretanto, o resultado foi negativo e na olimpíada seguinte, em Montreal, o crescimento no número de participantes no programa de *marketing*, desfigurou a proposta inicial e, mesmo com um lucro do COI de mais de US\$ 7 milhões, o comitê organizador teve prejuízo superior a US\$ 1,7 bilhões, em razão dos custos com a infraestrutura e os serviços operacionais. O prejuízo acabou sendo pago pela população na forma de impostos até o ano de 2006 (MINUZZI; MARIN, 2012).

Após os prejuízos de 1976 e o boicote dos EUA aos jogos de Moscou de 1980, o evento praticamente foi *ferido de morte*, “não havia indícios de que as Olimpíadas acabariam por se tornar um megaevento empresarial totalmente inserido numa economia global” (PRONI, 2008, p. 11).

Mas a habilidade política e empreendedora do espanhol Juan Antonio Samaranch, que assumiu o COI em 1980, possibilitou o ressurgimento dos Jogos, em 1984, na cidade de Los Angeles, sendo organizado pela iniciativa privada. Aliado ao programa de *marketing*, que separou os patrocinadores em três categorias: patrocinadores oficiais, fornecedores oficiais e empresas licenciadas, a venda dos direitos de transmissão do evento gerou um lucro de mais de US\$ 220 milhões.

As grandes empresas passaram a ter nos Jogos um produto único que levava sua marca para todos os continentes. Por isso, crescia o interesse em se associar ao empreendimento que, logo após a queda do muro de Berlim, em 1989, e o fim da URSS em 1991, ampliou suas dimensões.

O COI centralizou em si a venda ou concessão de uso da marca olímpica e, a partir de 1988, nas olimpíadas de Seul, criou um novo programa de marketing (*The Olympic Partner Programme- TOP*), com nove categorias de produtos e serviços, sendo os direitos de imagem negociados pela bagatela de US\$ 443 milhões.

A mercantilização da marca olímpica, do conjunto dos símbolos olímpicos e a submissão do amadorismo ao profissionalismo, com mercadorização dos atletas, dão, a partir dos anos 1990, uma nova cara para o olimpismo. Como dizem Simson e Jennings (1992, p. 07), “um mundo considerado belo e puro há dez anos, tornou-se antidemocrático, obscuro, cheio de drogas e acabou leiloado para servir ao *marketing* das companhias multinacionais”.

De acordo com Proni (2008, p. 12), “a comercialização das Olimpíadas e a profissionalização atletas foram mudanças inevitáveis e incontestáveis. E o grande sucesso de Barcelona 1992, em vários aspectos e sob diferentes critérios, legitimou estas mudanças”.

Se o governo sul coreano utilizou os Jogos de 1988 para inserir a cidade de Seul e o país nos mercados internacionais, compartilhando com o setor privado a organização do evento, os Jogos em Barcelona de 1992 configuram para a história do Movimento Olímpico um “divisor de águas”. O evento reuniu o maior número de atletas, de investimentos, recordes de países e companhias da história do Movimento Olímpico até aquele momento.

Os jogos serviram para Barcelona se rejuvenescer e apresentar para o mundo como uma cidade moderna. As instalações esportivas dividiram o orçamento público com a recuperação da infraestrutura e remodelação urbana da cidade. O sucesso do evento do ponto de vista mercantil para os capitalistas pode ser conferido pelo aumento do PIB, pela expansão da indústria do turismo e pela valorização dos imóveis (PRONI, 2008).

A partir do êxito urbano e financeiro de Barcelona¹¹⁶ e das dificuldades estruturais de Atlanta, 1996, fica claro para o COI que não bastavam apenas pomposas instalações esportivas, mas as cidades deveriam oferecer benefícios rentáveis para a marca olímpica e condições urbanas para o desenvolvimento do evento. Por outro lado, o direito de sediar as Olimpíadas passou a garantir à cidade a projeção nos mercados globais.

Isso ocorreu com Sydney (2000) e Pequim (2008), sendo que esta se transformou numa das mais modernas metrópoles do continente asiático. “O governo chinês investiu na reforma urbana e na modernização de equipamentos urbanos [...] houve uma ampliação da malha viária [...] a cidade ganhou um novo aeroporto internacional” (PRONI, 2009, p. 59).

A última edição, em Londres 2012, foi marcada pelo forte investimento do governo em segurança e na revitalização ou “enobrecimento urbano” da região leste, com instalações esportivas “sustentáveis”. Nesta edição o COI fechou as contas com um lucro de oito bilhões de dólares, um recorde na sua história.

¹¹⁶ Ver Proni (2008).

Portanto, o fato é que, a partir dos Jogos de Barcelona, foi selada “a definitiva transformação das olimpíadas num megaespectáculo dirigido pela lógica do mercado e segundo interesses do mundo dos negócios” (PRONI, 2008, p. 18). Isso ocorre num cenário de reestruturação do capitalismo, de transnacionalização do capital, de espetacularização e empresariamento das cidades e do advento das transmissões de TV a cabo e via satélite para todos os continentes.

Neste processo, cabe destacar o ousado programa de *marketing* do COI (Tabela 12) que somente no ciclo olímpico de Londres 2012 obteve quase um bilhão de dólares.

Tabela 12. Evolução do programa TOP.

Quadriênio	Parceiros	Receita (US\$ milhões)
1985-1988	09	96
1989-1992	12	172
1993-1996	10	279
1997-2000	11	579
2001-2004	11	663
2005-2008	12	866
2009-2012	11	957

Fonte: Proni (2008); www.rederecord.r7.com/londres-2012. Elaboração do autor (2013).

As onze empresas que atualmente fazem parte do TOP são: Coca-Cola, Acer, Atos, Dow, GE, McDonald's, Ômega, Panasonic, Procter & Gambler, Samsung e Visa. Destaca-se que a Coca-Cola é patrocinadora desde 1928 e sua influência sob os membros do COI determinou a escolha da cidade de Atlanta 1996 ao em vez de Atenas, para sediar a edição que comemorou o centenário do evento.

Além do TOP, outra estratégia que alavancou os Jogos como *commoditie cultural* foi a venda dos direitos de imagens para apenas uma emissora de TV em cada mercado nacional. A Tabela 13 demonstra a evolução da arrecadação do COI com relação a isso. Somente a emissora norte-americana NBC pagou mais de dois

bilhões de dólares neste último ciclo olímpico. Para o período de 2014 a 2016 a expectativa do COI é de um faturamento de quatro bilhões de dólares¹¹⁷.

Tabela 13: Arrecadação do COI com os direitos de transmissão (em bilhão US\$).

Ano	Los Angeles	0,28
1988	Seul	0,40
1992	Barcelona	0,63
1996	Atlanta	0,89
2000	Sydney	1,33
2004	Atenas	1,49
2008	Pequim	2,5
2012	Londres	3,9

Fonte: Proni (2008); www.rederecord.r7.com/londres-2012. Elaboração do autor (2013)

Percebe-se que o evento tornou-se um grande negócio para seus proprietários, para os governos locais, para empreiteiras, construtoras, megacorporações turísticas, grandes empresas nacionais e multinacionais associadas, especuladores imobiliários etc.

Para legitimar o uso dos recursos públicos na organização do evento, os gestores utilizam do discurso do legado social, urbano e simbólico deixado para a população. De acordo com Preuss (2008), a transformação dos Jogos Olímpicos num produto para a indústria de marketing e entretenimento potencializa o uso dos recursos públicos e catalisa investimentos para a cidade sede, numa lógica de custo-oportunidade.

Contudo, é preciso lembrar que os legados nem sempre são para todos, como ficou claro nos Jogos de Atenas (2004) quando os custos ultrapassaram o previsto¹¹⁸ e a população arcou com o lucro das empreiteiras, do COI e de seus parceiros. E, mesmo nas edições consideradas exitosas, como Barcelona, Sydney e Pequim houve perdedores, afinal, nestas cidades foram construídos “elefantes brancos” com recursos públicos, como o Ninho do Pássaro - famoso estádio de competições de Pequim -, sem contar os milhares de cidadãos que sofreram com as

¹¹⁷ “Ciclo olímpico fechado em Londres rende R\$ 16 bilhões de ao COI, um recorde na história das Olimpíadas”. Informação disponível em: <http://rederecord.r7.com/Londres-2012/noticias/ciclo-olimpico-fechado...> Acesso em: 24/4/2013.

¹¹⁸ Em 1997 quando Atenas foi escolhida como sede dos Jogos de 2004 os custos orçados eram de US\$ 1,5 bilhão, entretanto, após o evento o montante gasto chegou a US\$ 11,9 bilhão.

remoções ou expulsões devido ao enobrecimento dos espaços urbanos, caso de Sydney, Pequim e Londres. Ainda poderíamos citar a supervalorização dos imóveis de Barcelona, com um aumento no preço dos aluguéis que empurrou os trabalhadores para as periferias. Vejamos de forma detalhada na Tabela 14.

Tabela 14. Impactos sobre a população residente nas cidades-sede dos Jogos Olímpicos (1988-2008).

Cidade sede	População residente*	População desalojada diretamente	Outros problemas encontrados
Seul (1988)	8.000.000	720.000	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elevação de preços nas áreas das obras; 2. Falta de transparência no processo decisório; 3. Forte repressão aos protestos de moradores; 4. Mudanças de leis para viabilizar obras.
Barcelona (1992)	1.643.542	2.500	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elevação de quase 150% nos custos de moradia, causando o deslocamento de milhares de habitantes; 2. Falta de transparência no processo decisório; 3. Participação limitada dos grupos impactados; 4. Mudança de leis para viabilizar obras.
Atlanta (1996)	400.000	6.000	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em torno de 25.000 famílias afetadas pela alta nos preços de moradia; 2. Criminalização dos sem-teto; 3. Falta de transparência no processo decisório.
Sidney (2000)	4.000.000	Não disponível	<ol style="list-style-type: none"> 1. Expulsão de famílias residentes; 2. População de baixa renda penalizada.
Atenas (2004)	800.000	Não disponível	<ol style="list-style-type: none"> 1. Centenas de famílias indiretamente desalojadas; 2. Falta de transparência no processo decisório; 3. Participação limitada das comunidades afetadas pelas obras.
Pequim (2008)	13.000.000	1.250.000	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de transparência no processo decisório; 2. Violenta repressão aos protestos de moradores afetados; 3. Ausência de planos para realocação para 20% dos moradores afetados.

*Dados aproximados na data do evento. Fonte: Meko e Gaffney (2010 apud CASTRO, 2012).

Portanto, as transformações urbanas, como no transporte público, apesar de beneficiar os trabalhadores que são empurrados para o entorno dos nobres centros de comércio e moradia, na verdade visam facilitar a locomoção dos turistas e dos empresários.

Quanto às consequências sociais, poderíamos citar: remoções, expulsões, cerceamento da liberdade, “criminalização” da crítica e movimentos sociais contrários, exceções na legislação, maquiagem dos bairros pobres etc.

Na seção seguinte vamos nos deter na apresentação das características da proposta que sagrou a cidade do Rio de Janeiro em outubro de 2009 como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Assim, poderemos identificar alguns dos elementos que se aproximam e distanciam da lógica mercantil que domina o movimento olímpico desde o fim dos anos 1980.

Rio 2016: a proposta

Nós provamos ao mundo que temos condições de fazer as olimpíadas. Foram dois anos de trabalho. Ninguém tem mais dúvida da grandeza econômica e social do país. O Brasil conquistou a cidadania internacional [...] O Rio passou muito tempo aparecendo nas páginas dos jornais do mundo inteiro com notícias de violência e pobreza. Essa conquista é para mostrar para todos que saímos da segunda classe. O Rio cresceu. Avançou, e a escolha mostra que o mundo já percebeu isso (Luis Inácio Lula da Silva, 2009)¹¹⁹.

A frase do ex-presidente Lula após a escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos de 2016 demonstra exatamente a importância da obtenção da franquia deste megaevento para os gestores urbanos. A conquista insere o país num seleto grupo de estados nacionais detentores deste “privilégio” que, por vários anos, terá sua imagem disseminada por todos os continentes.

Este megaevento desencadeia megaprojetos e atrai capital seja público, seja privado, local ou circulante para o país, especialmente para o Rio de Janeiro. As competições esportivas em si são secundárias diante dos interesses econômicos e políticos, desencadeados ao longo da preparação e que perduram nos anos seguintes ao evento.

A escolha de uma cidade como sede dos Jogos é feita pelos membros do COI sete anos antes do início das competições, sendo que este é um processo lento,

¹¹⁹ “Lula: Brasil conquistou a cidadania”. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/lula-brasil-conquistou-cidadania-internacional/>. Acesso em: 26/4/2013.

feito em diversas fases e nem sempre transparente e ético (SIMSON E JENNINGS, 1992; PRONI, 2008).

A eleição da capital fluminense ocorreu no dia 2 de outubro de 2009, durante a 121ª assembleia do COI, realizada em Copenhague. O projeto carioca desbancou as propostas das cidades de Chicago, Tóquio e Madri, respectivamente.

A candidatura brasileira custou mais de R\$ 90 milhões e a previsão de gasto para os Jogos de 2016 ficou estimado em R\$ 28,8 bilhões, a mais cara entre todas as concorrentes¹²⁰.

Para os dirigentes das entidades esportivas o foco do projeto é a mobilização da juventude do continente. O evento, além de proporcionar uma energia positiva aos clientes pertencentes à família olímpica, também pretende transpirar para os jovens o espírito do movimento olímpico, desenvolvendo em nível nacional projetos de integração e tornando a cidade do Rio de Janeiro num polo para os novos atletas da América do Sul (COB, 2009).

O governo brasileiro ofertou aos dirigentes do Movimento Olímpico todas as garantias de proteção da propriedade intelectual para as marcas e símbolos olímpicos e paraolímpicos Rio 2016, bem como, aos parceiros internacionais e nacionais do evento. Além disso, garantiu a liberdade e/ou facilidades alfandegaria e de imigração para estrangeiros trabalhadores e clientes do produto Jogos Rio 2016 (ibid, 2009).

Caso seja necessário, o governo também fará adaptações, exceções na legislação nacional, em âmbito local, estadual e federal, cumprindo todas as demandas da Carta Olímpica e o Contrato de Cidade-Sede. Algumas mudanças já foram realizadas, como o disposto no ato olímpico, que comentamos no capítulo anterior.

Para os membros do governo federal a realização dos jogos no Brasil se insere na estratégia de desenvolvimento de longo prazo, com a perspectiva de obtenção de um legado sustentável, especialmente, na segurança, infraestrutura- como a criação de um anel de transporte de alta capacidade e revitalização do porto, como um local de negócios e a ampliação dos aeroportos do Galeão e o Santos Dumont, sem contar a projeção do país nos mercados globais. Ou seja, “Os Jogos

¹²⁰ Informação disponível em: <http://www.rio2016.org/comite-organizador/perguntas-frequentes>. Acesso em: 27/5/2013.

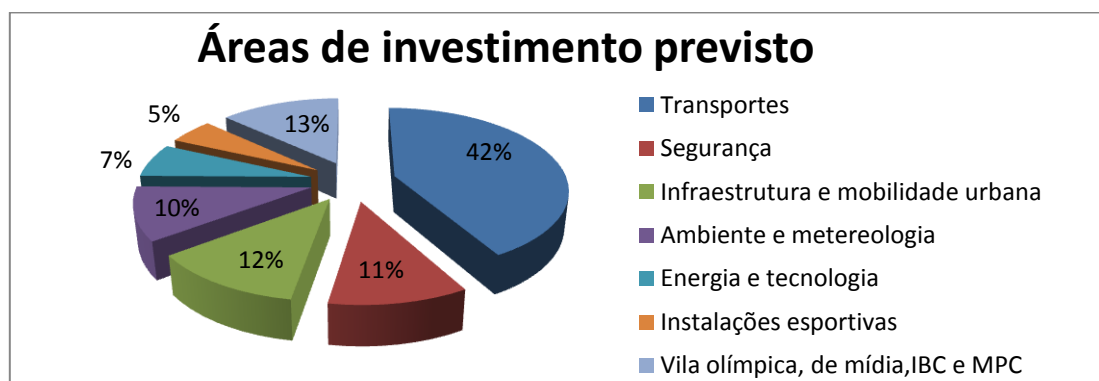
Rio 2016 serão um poderoso catalisador de progresso esportivo e social para os indivíduos e para as comunidades do Brasil e do mundo” (COB, 2009, p. 32).

No dossiê de candidatura, como é ressaltado várias vezes, mesmo diante das crises econômicas que rondam o mundo, a realização dos Jogos no Brasil em 2016 contam com o alinhamento dos três níveis de governo e com o apoio da sociedade brasileira.

Neste sentido, não faltarão recursos públicos para a realização do evento, afinal, em todas as fases e no documento final, o governo brasileiro forneceu garantias, como: a) financiar os orçamentos COJO e não-COJO; b) cobrir qualquer necessidade financeira do COJO; c) cobrir quaisquer adiantamentos do COI ou outras contribuições feitas pelo COI ao COJO, que o COI possa eventualmente ter de reembolsar terceiros no caso de alguma contingência como, por exemplo, o cancelamento parcial ou total dos Jogos Rio 2016; d) garante o fornecimento de serviços e apoio ao Comitê Organizador, incluindo segurança, alfândega, transporte, imigração, isenção de impostos etc.

O orçamento do evento é separado em duas partes: uma para o planejamento, custeio e operação, estimado em R\$ 5,6 bilhões; outra para infraestrutura e os serviços do setor público e a cargo da iniciativa privada, prevista no valor de R\$ 23,2 bilhões. As diversas ações do projeto olímpico (gráfico 6), terão a participação do governo federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento, do Minha Casa e Minha Vida, de programas ministeriais e de instituições financiadoras como o BNDES e a Caixa Econômica Federal (COB, 2009).

Gráfico 6: Distribuição do investimento nas ações do projeto Rio 2016



Fonte: Comitê Olímpico Brasileiro (2009). Elaboração do autor (2013).

A gestão dos gastos públicos dos três níveis de governo com as obras para o evento será realizado pela Autoridade Pública Olímpica (APO). Ela será mantida até 2020, prazo para entrega total de todos os projetos do Legado.

No projeto de candidatura Rio 2016 a estrutura do legado olímpico definido por representantes da governança urbana está centrado em quatro prioridades: transformação da cidade; inserção social: habitação, treinamento e emprego; juventude e educação; e, esportes.

No que diz respeito à transformação da cidade, o projeto para os Jogos destaca ações como: a “revitalização” da zona portuária, a construção de corredores exclusivos para BRTs (*Bus Rapid Transit*), a construção da Vila Olímpica e demais instalações esportivas.

Os equipamentos serão erguidos pela iniciativa privada e a maioria terá a gestão no modelo das PPPs. Este é o caso, por exemplo, do projeto “Porto Maravilha” onde a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro- CEDURP - empresa de economia mista controlada pelo poder público municipal repassou ao consórcio Porto Novo S/A, formado pelas construtoras OAS LTDA, Norberto Odebrecht S/A e a Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A, os serviços e obras de revitalização, operação e manutenção de toda área do projeto.

Quanto à Inserção social, no âmbito da moradia, o dossiê de candidatura remete aos novos apartamentos ofertados ao mercado, cerca de 24.000 quartos, oriundos da Vila Olímpica. Em relação à formação de mão de obra, a pretensão do comitê organizador é treinar cerca de 48.000 pessoas para trabalhar no evento, sendo que a estimativa para à criação de novos empregos, a maioria temporários, é de 50.000.

No que se refere à juventude e à educação, o governo propõe a ampliação dos programas sociais- Mais educação e Segundo Tempo- bem como, o número de participantes nos Jogos Universitário e escolares (COB, 2009).

Para o esporte, o legado traçado prevê a ampliação de bolsas para atletas e treinadores, ampliação e melhoria nas instalações esportivas e ampliação dos investimentos federais no esporte.

É importante citar a preocupação do comitê local com a realização dos Jogos ambientalmente sustentáveis. No dossiê de candidatura é previsto o seguinte:

revitalização e restauração de rios e lagoas, utilização de energia solar nas instalações, reflorestamento de áreas etc. O suposto legado ambiental permeia todos os projetos das cidades que se candidatam a receberem os Jogos e faz parte das exigências do COI.

Quanto aos locais de competição, está previsto que ocorram em quatro zonas: Barra da Tijuca, Deodoro, Maracanã e Copacabana, sendo todas na cidade do Rio de Janeiro, interligadas através das faixas olímpicas e do anel de transporte de alta capacidade.

Figura 1: Locais de competição dos Jogos Rio 2016.



Fonte: <http://www.rio2016.org.br/>

Nota-se que o projeto Rio 2016 prolonga e fortalece as intervenções urbanas realizadas para o Pan 2007, sendo os locais de competição praticamente os mesmos e a Barra da Tijuca mais uma vez o “coração” dos investimentos e competições.

De acordo com o documento de candidatura, apenas 26% das instalações esportivas vão ser construídas, as demais já existem na cidade carioca, como o complexo do Maracanã, que será adaptado às necessidades do megaevento. Algumas instalações serão construídas de forma temporária, como os locais de competição do Triatlo, Vôlei de Praia e Ciclismo (estrada).

Entre as instalações esportivas que serão utilizadas no evento destacam-se o Centro Olímpico de Treinamento (COT) e o parque radical, localizado em Deodoro,

ambos após os Jogos, de acordo com o documento de candidatura, se tornarão importantes espaços de treinamento para atletas de diversos países (COB, 2009).

A Vila Olímpica situada na Barra da Tijuca, bairro nobre da cidade, será construída com financiamento da Caixa Econômica Federal, em terreno de propriedade da construtora Carvalho Hosken. Ela ficará próximo ao Parque Olímpico, o principal local de competições dos jogos. Nela os atletas desfrutarão de uma praia olímpica, exclusiva, *shows*, policlínica com ênfase em medicina do esporte etc.

Figura 2. Vila Olímpica.



Fonte: <http://www.rio2016.org.br/>

Os clientes que virão à cidade carioca terão novos hotéis - muitos financiados com recursos públicos- para se acomodarem, como o tradicional hotel Glória, de propriedade do bilionário Eike Batista. Além disso, navios de cruzeiro oferecerão mais de oito mil cabines.

Um ponto que sempre preocupa os clientes e os organizadores do Jogos Rio 2016 é a segurança. A violência no estado do Rio de Janeiro constantemente ocupa as páginas de jornais no país e no mundo. Para o megaevento além da estratégia de “pacificação” das favelas, através das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), o

dossiê de candidatura prevê a ampliação do Programa Nacional de Segurança e Pública e Cidadania (PRONASCI).

Em suma, foi esta a proposta que se sagrou vencedora na 121ª do COI, mas qual o diferencial deste projeto? Afinal, por que o Brasil e a cidade do Rio de Janeiro foram escolhidos?

A análise do dossiê de candidatura deixa pistas importantes para compreender a escolha da capital fluminense. A cidade reúne um conjunto de atributos que, associados ao cenário político e econômico do país, acabaram determinando a escolha dos membros do COI.

Inicialmente destacaríamos as singularidades de sua geografia física, que são reconhecidas mundialmente. As imagens produzidas pela mídia encantam qualquer pessoa e agregam *renda monopolista* aos proprietários e parceiros da marca olímpica. Vejamos como os organizadores do evento de 2016 descrevem a cidade:

A cidade é a mais visitada do hemisfério sul, conhecida pelas paisagens de tirar o fôlego e pelo espírito único de seu povo. É ainda a segunda maior cidade do Brasil e a 26ª do mundo. As montanhas, lagoas e o oceano marcam a exuberância natural e todo o colorido típico da Cidade Maravilhosa. A boa energia da recepção dos cariocas é percebida nas ruas, nos bares, na praia, onde o pôr-do-sol é uma experiência rara, a ser vivida de coração aberto pelos visitantes¹²¹.

Outro aspecto que também chama a atenção é a riqueza cultural do Rio e mesmo do Brasil, como é destacado no dossiê de candidatura, as festas, como o carnaval, a mistura de raças, os gostos, o mundo todo se encontram na cidade. Sem falar do mito construído em torno da alegria, da receptividade e da energia positiva que transpira nos cariocas.

Sem dúvida, estes dois elementos influenciaram, mas o que parece ter sido determinante foi a estabilidade política da democracia brasileira, o alinhamento político dos três níveis de governo, dando todas as garantias para a realização do evento e o empenho político do Governo Federal, inclusive com forte atuação do presidente da república.

Associado a isso, é preciso citar a estabilidade econômica do Brasil diante da crise de 2008/2009 que atingiu praticamente todo o globo. A manutenção e/ou

¹²¹ Disponível em: www.rio2016.com. Acesso em: 1º/5/2013.

aprofundamento dos ditames neoliberais durante o governo Lula garantiu ao país projeção nos mercados internacionais.

Além disso, a chegada do evento no Rio atende a necessidade do capitalismo de se expandir por novos mercados, e o Brasil é o centro da economia de uma região que está em plena expansão.

São esses elementos que, juntos, determinaram a escolha da cidade carioca como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, superando as demais concorrentes e os problemas crônicos da localidade como mobilidade e, principalmente, de segurança. Mas para continuar a exposição é importante conhecer os protagonistas desta “façanha”, ou seja: quem são os atores desta conquista? Quais os interesses envolvidos?

Atores e interesses

Estudo da Fundação Instituto de Administração (FIA) de setembro de 2009, antes, portanto, da consolidação do Rio como sede em 2016, considera que para cada US\$ 1,00 investido nos Jogos, seriam movimentados US\$ 3,26. Assim sendo, o evento, seja no seu período de preparação, seja nos anos seguintes poderia movimentar algo em torno de US\$ 51 bilhões, com um impulso no crescimento do PIB de US\$ 11 bilhões para o período de 2009 a 2016 e de mais US\$ 13,5 bilhões entre 2017 e 2027 (PRONI, 2009).

Ainda de acordo com o documento, os ganhos se espalharão por todo o país, tendo os setores da construção civil, hospedagem e serviços como os mais beneficiados com o megaevento. Conseqüentemente, a previsão é para o aumento dos postos de trabalho, sendo que, até 2016, serão 120,8 mil reais e, entre 2017 a 2027, cerca de 131mil reais por ano.

Diante desses dados que vislumbram um cenário positivo para o país, temos três atores que trabalharam e possuem diferentes desejos com os Jogos: o Estado, as organizações esportivas e o mercado.

O Estado foi um dos principais interessados na conquista carioca. Na época o governo federal, por meio de convênios com o COB, arcou com cerca de R\$ 56, 4

milhões dos custos da candidatura. O ME, com divulgação, consultorias entre outros, investiu mais R\$ 35 milhões¹²².

Não foi somente com recursos que o governo federal demonstrou interesse em realizar o evento em 2016. Diversos órgãos, como o Itamaraty, a Embratur, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), também atuaram em âmbito internacional defendendo a candidatura brasileira (BRASIL, 2011).

O evento também foi pautado em vários encontros bilaterais pelo Presidente Lula. Todo o empenho pode ser explicado pelo fato dos megaeventos esportivos possuírem “sintonia afinada com os objetivos econômicos do governo, afinal, são acontecimentos que poderão favorecer o aquecimento do consumo interno, ao mesmo tempo, que darão projeção internacional ao país” (ATHAYDE, 2011, p. 16).

Complementarmente Mascarenhas *et all* (2012, p.10) dizem que:

Enfim, o que fica claro é uma ação firme do governo Lula no apoio aos Jogos Rio 2016, o que se desdobra pelos compromissos assumidos de financiamento ao empreendedorismo de grupos privados associados aos negócios que envolvem a preparação para o evento, do investimento estatal em obras de infraestrutura e do incremento de programas e ações de manejo social do risco, isto é, em políticas sociais focadas nas condições de segurança da cidade.

Porém, não foi apenas o governo que estava interessado em realizá-lo. Grandes corporações também investiram na candidatura brasileira. Uma pequena amostra disso pôde ser constatada na viagem da comitiva do Brasil a Copenhague para participar da escolha da cidade sede. O governador do Estado do Rio de Janeiro e o prefeito da capital carioca, ambos, acompanhados de suas respectivas esposas, foram no jato cedido pelo empresário Eike Batista (PENNA, 2011).

Somente o grupo deste bilionário empresário, o EBX, investiu cerca de R\$ 23 milhões na candidatura do Rio. Outras empresas também contribuíram, quais sejam: Bradesco (R\$ 3,5 milhões), Odebrecht (R\$ 3,3 milhões), Embratel (R\$ 3 milhões) e a TAM (R\$ 1,2 milhões), com a perspectiva de lucrar com o evento.

Esse tipo de parceria também está presente no financiamento das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), a principal política pública de segurança do Estado do Rio de Janeiro. No mês de agosto de 2010, em um evento na capital fluminense,

¹²² Informação disponível em: www.portaldatransparencia.gov.br. Acesso em: 27/5/2013.

somente o grupo EBX, fez uma doação no valor de “R\$ 20 milhões para o governo do Rio e o compromisso de entregar o mesmo valor todos os anos, até 2014, exclusivamente para aplicação na compra de equipamentos e na construção de UPPs”. Outros grupos, com interesse de atuar nos jogos ou desenvolver empreendimentos na cidade, também participaram. Todos anunciaram suas doações, entre as quais se destacam a Bradesco Seguros (que doou mais R\$ 2 milhões), a Coca-Cola (R\$ 900 mil), a Souza Cruz (R\$ 400 mil). Também marcou presença, entre autoridades e empresários, o Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira. Este se comprometeu com a construção do prédio da UPP na Cidade de Deus¹²³.

Em resumo, “o que se organiza sob a aparência do espetáculo esportivo é um verdadeiro balcão de negócios [...] um megaevento que combina projetos hegemônicos e estratégias de acumulação” (MASCARENHAS *et al*, 2012, p. 16). Nesse sentido, as cidades tornam-se mercadorias e palco para circulação de tantas outras, sendo constantemente reconstruídas pelos interesses do capital.

Se por um lado os Jogos Olímpicos se transformaram em uma importante *commoditie cultural* para a governança urbana empreendedora, capaz de mudar a cidade conforme os interesses do capital, por outro, não faltam exemplos de mau uso dos recursos públicos, de violação dos direitos humanos e sociais universalmente garantidos a todos os cidadãos.

Na sequência vamos nos deter justamente neste aspecto, ou seja, identificar e analisar algumas das medidas e os impactos causados pelas ações desenvolvidas para a realização dos Jogos Rio 2016. Como os interesses dos agentes sociais estão articulados? Quem está perdendo e ganhando com este negócio?

4.3- Vencedores e perdedores com os Jogos Rio 2016

Começamos com a assertiva de Preuss (2008), um dos principais estudiosos dos aspectos econômicos envolvendo os Jogos Olímpicos, que diz categoricamente que há em cada edição do evento perdedores e vencedores. E, um legado positivo

¹²³ “Eike Batista promete R\$ 100 milhões para reforçar segurança do Rio até 2014”. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,eike-batista-promete-r-100-milhoes-para-reforcar-seguranca-do-rio-ate-2014,599769,0.htm>> Acesso em: 13. mai. 2012.

para as classes pobres, significa um legado negativo para as camadas mais ricas, sendo o inverso também verdadeiro.

Portanto, organizar os Jogos é fazer escolhas, é priorizar as necessidades do capital ou as necessidades humanas. No capítulo três demonstramos alguns impactos do evento para a política esportiva do país e parece que a linha mestra já foi desenhada e vale para as demais áreas.

Ou seja, os Jogos Rio 2016 inseridos na estratégia de poder e desenvolvimento do país, dos atuais membros do bloco de poder, mantêm sua lógica de estímulo ao empreendedorismo urbano, ao “empresariamento da cidade”, à violação dos direitos humanos, ao controle social com as políticas sociais subordinadas à pauta da segurança e ao atendimento dos interesses dos grupos privados envolvidos com este negócio. Algo semelhante ocorreu na preparação e realização do Pan 2007 e agora retorna em proporções bem maiores.

É isto que pretendemos demonstrar neste tópico, os vencedores e perdedores com o empreendimento Jogos Rio 2016. Porém, sabemos que a preparação do evento está ocorrendo e por isso vale a advertência de que toda a análise é sempre provisória.

Na última seção do capítulo anterior falamos da legislação de exceção como um dos impactos do evento no país. As medidas de suspensão da legislação implementadas pelo Estado, nos três níveis de governo, contribuem para a ampliação do lucro dos proprietários da franquia e dos parceiros dos Jogos Rio 2016. As ações vão desde a proibição da realização de eventos e circulação de comerciantes nas regiões próximas aos Jogos, até a aprovação de leis, decretos e emendas que estabelecem a expropriação de terras e intervenções urbanas para especulação imobiliária¹²⁴; ou medidas que privilegiam os membros do COI e turistas, como os benefícios alfandegários.

A suspensão da legislação nacional relaciona-se diretamente com violação dos direitos humanos, que pode ser percebido no que se refere à moradia, ao direito ao trabalho, a mobilidade urbana, ao acesso à informação e à participação nas decisões.

¹²⁴ O decreto municipal nº 3.379/2009 estabelece entre outras coisas que o poder público “envidará todos os esforços necessários no sentido de possibilitar a utilização de bens pertencentes à administração pública municipal, ainda que ocupados por terceiros, indispensáveis à realização dos Jogos Rio 2016”. Tudo aquilo que for de interesse privado, de especulação imobiliária e tiver atrelado a preparação para os Jogos será realizado.

As principais ações de transformação urbana da “cidade olímpica” não respeitam os direitos dos cidadãos. Somente para as obras do BRT milhares de pessoas estão sendo removidas, caso daqueles que vivem na Rua Domingos Lopes, em Madureira. A Tabela abaixo apresenta a síntese do processo de remoção, na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2011:

Tabela 15: Remoções de famílias em 2011.

Comunidade	Tempo de ocupação	nº de famílias removidas	Nº de famílias ameaçadas	Total de famílias	Justificativa da governança Urbana
Largo do campinho/Campinho	1980	65	Totalmente removida	65	Transcarioca
Rua Domingos Lopes/Madureira	-	100	-	100	BRT
Rua Quáxima	1970	27	-	27	BRT
Comunidade Vila das Torres/Madureira	1960	300	Totalmente removida	300	Transcarioca
Comunidade Arroio Pavuna /Jacarepaguá	1938	-	28	28	Construção de viaduto / BRT
Restinga / Recreio	1994	150	Totalmente removida	150	Transcarioca
Vila Harmonia / Recreio	1911	118	02	18	BRT Transoeste
Vila Recreio II / Recreio	1996	235	Totalmente removida	235	BRT Transoeste
Vila Autódromo / Jacarepaguá	1985	-	500	500	BRT
Asa Branca – Curicica	1986	-	2000	2000	Transcarioca e Transolímpica
Vila Azaleia – Curicica	1990	-	100	100	Desapropriação – Transolímpica
Vila Taboinha	1990	-	400	400	Desapropriação-transolímpica
Comunidade do Metrô Mangueira	1980	350	350	700	Reintegração de posse
Ocupação Aldeia Maracanã	2006	20 pessoas	Totalmente removida	20 pessoas	Estacionamento para o estádio do Maracanã
Favela do Sambódromo	-	60	Totalmente removida	60	Área de acesso ao Maracanã
Favela Belém-Belém / Pilares	1972	-	300	300	Alargamento do Sambódromo
Favela Barreira do Vasco – São Cristóvão	-	-	-	-	Construção de acesso para o Engenheiro Melhorar o acesso ao estádio São Januário

Ocupação Machado de Assis	-	-	150	150	Projeto Porto Maravilha
Ocupação Flor do Asfalto	2006	-	-	30	Projeto Porto Maravilha
Rua do Livramento e Adjacências	-	-	400	400	Projeto Porto Maravilha
Ocupação Boa Vista	1998	35	-	35	Projeto Porto Maravilha
Morro da Providência	1897	—	835	835	Implantação de teleférico e plano inclinado; área de risco
Comunidade Tabajaras/Estradinha	1986	120	230	350	A prefeitura alega que a área é de risco.
Comunidade do Pavão-Pavãozinho	300	300	-	300	A prefeitura alega que a área é de risco.
TOTAL	-	1.860	5.325	7.185¹²⁵	-

Fonte: Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (2011). Elaboração do autor (2013).

De acordo com Raquel Rolnik¹²⁶, os funcionários da prefeitura “chegam e pintam as casas com um número, assim como os nazistas faziam na segunda guerra mundial. Você sabe que sua casa é alvo, mas não sabe nem quando, nem o que vai acontecer com você”¹²⁷.

As indenizações, quando ocorrem, são num montante referente às benfeitorias, sem levar em conta o valor do imóvel. Além disso, toda a história, as relações culturais estabelecidas na localidade são totalmente esquecidas. O que vale no momento é o valor de troca dos terrenos.

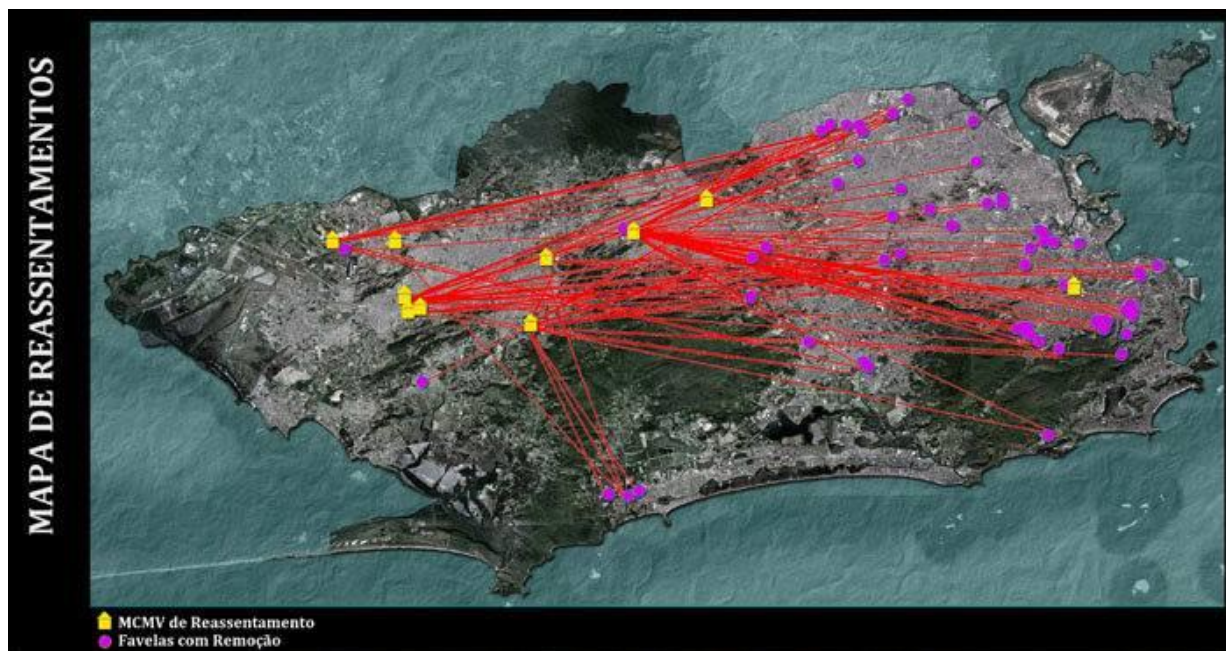
A figura a seguir demonstra que as famílias removidas para as moradias do programa Minha Casa e Minha Vida são deslocadas especialmente para a região oeste, local de forte influência de milícias e distante de sua moradia de origem (FAULHABER, 2012).

¹²⁵ Contudo, o número de pessoas removidas no período de 2008 a 2012 pode ter superado a marca dos 37 mil, índices inéditos em uma edição de Jogos Olímpicos. Informação disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio/2013-05-24/informe-do-dia-o-rio-que-remove.html>. Acesso em: 27/5/2013.

¹²⁶ Ela é representante da ONU no Brasil para assuntos de moradia.

¹²⁷ “Copa do Mundo e Jogos Olímpicos: O espetáculo e o mito”. Disponível em: <http://raquelrolnik.wordpress.com/2011/08/12/copa-do-mundo-e-jogos-olimpicos-o-espetaculo-e-o-mito>. Acesso em: 9/5/2013.

Figura 3: Mapa de reassentamentos.



Fonte: Faulhaber (2012).

O BRTs é um dos principais motivos, de acordo com o poder público municipal, para a realização das remoções. Destaca-se que, para atender a demanda dos megaeventos em relação ao transporte público, os organizadores projetaram 20 corredores expressos e 4 corredores de BRTs. São eles:

Quadro 2: Corredores dos BRT'S

Corredor	Ligação	Empresa executora	Custo R\$
Transolímpica	Recreio dos Bandeirantes-Deodoro	Invepar, CCR e Odebrecht.	1,6 bilhões
Transcarioca	Barra da Tijuca- aeroporto Tom Jobim	Consórcio Transcarioca (Construtora Andrade Gutierrez S/A; Delta Construções S/A) ¹²⁸	1,5 bilhões
Transoeste	Barra da Tijuca-Santa Cruz-Campo Grande	Sanerio e Odebrecht	732 milhões
Transbrasil	Centro da cidade-deodoro	Em processo de licitação	1,8 bilhões
Total	-	-	5,5 bilhões

Fonte- Secretaria de Transporte do Rio de Janeiro (2011).

A principal fonte de recursos para o BRT vem do governo federal através do PAC, confirmando a face investidora do Estado. As obras executadas são, na maioria, no modelo de PPPs, como na Transolímpica, na qual a iniciativa privada

¹²⁸ Em abril de 2012, após denúncias de ligação com o bicheiro Carlinhos Cachoeira a empresa Delta deixou o consórcio.

entrou com R\$ 479 milhões e o fundo público com R\$ 1,072 bilhões. O consórcio vencedor da licitação possui diversos negócios semelhantes na cidade e vão administrar os 23 km da via, por 35 anos, cobrando pedágio inicial dos cidadãos, no valor de R\$ 4,70.

Além das remoções, outro problema característico na preparação de megaeventos que também pode ser identificado nas obras do BRT é a má aplicação dos recursos públicos. Na Transoeste, um mês após a entrega da linha a população já denunciava a existência de buracos¹²⁹.

Outra importante obra de infraestrutura diz respeito à revitalização da região portuária, que é executada e será explorada pela iniciativa privada. O custo previsto ultrapassa o meio milhão de reais, mas o que chama a atenção é “a gama de estratégias adotadas para ameaçar seus moradores, dada a importância imobiliária atribuída pelo poder público e pela iniciativa privada à região, de porte razoável e ilhada dentro dos limites do grande projeto porto maravilha” (ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULAR DA COPA, 2012, p. 26).

O projeto de regeneração urbana na região, denominado “bairro Morar Carioca”, prevê a remoção de 832 residências que, de acordo com laudo do governo, estão em áreas de risco. Todavia, contralaudos apontam a necessidade de remoção de um número bem inferior, sendo os problemas da comunidade passíveis de simples solução, com obras de contenção (ibid, 2012).

Além das remoções, os pobres da localidade sofrem com o “enobrecimento” da área, que provoca, a exemplo de Barcelona, a expulsão dos cidadãos, pela valorização e especulação dos imóveis. Ou seja, como diz Raeder (2010, p. 108),

sob a pressão do mercado imobiliário, gradativamente os moradores com menor poder aquisitivo deixam suas moradias em busca de terras mais acessíveis. Este deslocamento pode significar perda de laços sociais construídos ao longo de décadas, além de eventuais reduções na disponibilidade de recursos decorrentes do aumento no custo de transporte para circulação na cidade.

A região do porto vai ganhar diversos equipamentos culturais (museu, aquário) e novos moradores (a previsão é de aumentar a população dos atuais 20

¹²⁹“Um mês após inauguração, asfalto do BRT Transoeste já apresenta buracos”. Disponível em: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/em-pouco-mais-de-um-mes-de-uso-corredor-de-onibus-da-zona-oeste-esta-cheio-de-buracos-20120717.html>. Acesso em: 9/5/2013.

mil para 100 mil), obviamente de classe média alta (CASTRO, 2012). No período dos Jogos o porto vai cobrir a demanda de leitos de hotel na cidade, com a acomodação dos turistas em transatlânticos atracados na região.

Outro caso emblemático de remoção é o que está havendo na Vila Autódromo, que fica ao lado do futuro Parque Olímpico e no trajeto do BRT Transolímpico. De acordo com o poder público municipal todos os moradores (537 famílias) irão para apartamentos do programa Minha Casa e Minha Vida, do conjunto habitacional Parque Carioca, situado em Jacarepaguá. Porém, os movimentos sociais afirmam que a desapropriação serve apenas para interesses especulativos, uma vez que não há necessidade de remoções, sendo realizada somente pelo potencial de ganhos pela iniciativa privada, com os terrenos ao lado do parque Olímpico.

Ressalta-se que a Vila Autódromo esteve na mira dos gestores urbanos na época de preparação para o Pan 2007; mas os moradores suportaram a pressão e conseguiram permanecer no local¹³⁰.

Em suma, concordamos mais uma vez com Raeder (2010, p. 104), que diz o seguinte:

A retirada de famílias é a face mais cruel do urbanismo olímpico ao cortar drasticamente relações sociais, estabelecidas em boa parte por proximidades espaciais, que têm valores insubstituíveis para a vida de muitos cidadãos. São os pobres os mais afetados por estas ações já que muitas delas são empreendidas não somente para viabilizar construtos que são necessários para proporcionar os usos esportivos, mas também para delinear a imagem urbana ideal para atração de investidores e consumidores que não refutam a paisagem da pobreza.

Estamos observando um imenso esforço do governo para tornar invisível parte significativa da população carioca. É o caso do muro construído na linha amarela, isolando as comunidades carentes. Ou seja, como a pobreza não vende,

¹³⁰ Falando no Pan e remoções, temos que na favela Arroio Pavuna, área que ficava circunvizinha a Vila Pan-Americana, cerca de 67 famílias foram removidas, com indenizações pagas com cheques da construtora Carvalho Hosken S.A. Já na favela Canal do Cortado foram demolidas aproximadamente 50 casas, cujas famílias receberam indenizações da empresa Polimix Concreto. Como salienta Castro (2012 p. 910), “embora os recursos para o pagamento de indenizações às famílias fossem pagos pelos agentes privados mencionados, oficialmente foram tidos como ações da Secretaria Municipal de Habitação”.

sendo algo feio e que representa o atraso e a ineficiência, os gestores preferem maquiar e escondê-la a resolver os problemas.

A construção do Parque Olímpico revela, também, outra característica dos Jogos Olímpicos que coaduna com a lógica de produção de mercadorias; ou seja, as instalações esportivas possuem um tempo de validade curto. É o que ocorre com o estádio João Havelange que, logo após o Pan de 2007, foi cedido para a iniciativa privada e, no início de 2013, foi interditado pela prefeitura por problemas no teto.

No entorno do parque estão algumas instalações (centro aquático Maria Lenk, velódromo e arena olímpica) do Pan 2007, que não servirão para o evento de 2016, por estarem fora dos padrões internacionais. Elas foram subutilizadas após o Pan e a população carioca acabou não usufruindo¹³¹.

Sobre o Parque Olímpico, destaca-se que o seu Plano Geral Urbanístico foi escolhido entre os 60 trabalhos de consultorias de 18 países que apresentaram propostas ao comitê organizador. A vencedora foi a empresa AECOM que também fez o desenho do parque olímpico dos Jogos de Londres 2012¹³².

Figura 4: Parque Olímpico



Fonte: www.rio2016.com

¹³¹ O Engenhão foi repassado para o clube de futebol profissional Botafogo, a arena multiuso concedida à empresa GL Events, o parque aquático Maria Lenk e o velódromo, repassada ao COB.

¹³² Ressalta-se que no projeto da AECOM a Vila Autódromo não é removida, entretanto, por pressão do consórcio que executa as obras, o governo municipal no contrato da PPP inseriu a região como local a ser explorado pelas construtoras.

Este novo empreendimento orçado em R\$ 1,4 bilhão, está sendo construído no modelo de PPPs, o governo municipal investirá R\$ 525 milhões, o governo federal será o responsável pelas instalações provisórias e o consórcio formado pela Odebrecht, Carvalho Hosken e Andrade Gutierrez, que já constrói o conjunto habitacional parque carioca, irá construir também os equipamentos permanentes e explorar a região que sobrar (cerca de 70% da localidade) com empreendimentos imobiliários.

A descrição sobre os ocorridos tanto no que se refere às intervenções para o BRT, como na região portuária e na construção do Parque Olímpico, apenas confirma a perspectiva de acumulação capitalista por espoliação. Ativos das famílias de baixa renda e patrimônio público são desvalorizados, repassados para construtoras e agentes/especuladores imobiliários, por um preço abaixo de mercado e após as intervenções do poder público, ganham um valor adicional, supervalorizando.

Em relação à participação social, infelizmente na *city marketing* prevalecem as decisões *ad doc* que legitimam a centralidade dos gastos públicos na Barra e as medidas de exceção e violação dos direitos humanos e ambientais¹³³ adotados pela governança urbana.

Talvez a síntese de todas as violações aos direitos humanos, de descaso com os recursos públicos, com os bens públicos e favorecimento explícito do setor privado seja o complexo do Maracanã. Somente neste novo século estima-se que já foi gasto com o estádio R\$ 1,9 bilhão, isso sem contar que ainda existe a possibilidade de aditivos nos atuais contratos, como ocorreu em 6/5/2013. O governo municipal informou que houve um acréscimo de duzentos milhões de reais. Destaca-se que de todo o recurso investido no estádio, praticamente 80% do total possui origem do fundo público (ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULAR E DOS JOGOS RIO 2016, 2012).

O estádio será administrado nos próximos 35 anos pela iniciativa privada, com um lucro previsto de R\$ 2,4 bilhão, já descontados os sete milhões que serão

¹³³ Sobre as questões ambientais o que assistimos é a intervenção em rios, lagoas e áreas florestais que interessam o capital imobiliário e turístico e a distribuição de licenças ambientais para projetos com grande impacto negativo (ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULAR E DOS JOGOS, 2012). O suposto legado ambiental também possui uma face da luta de classes.

pagos ao Estado e os possíveis gastos com manutenção¹³⁴. Ou seja, para o poder público um prejuízo de mais de um bilhão, já para a iniciativa privada um lucro extraordinário.

O consórcio que administrará o complexo do Maracanã conta com a participação da empresa IMX de Eike Batista¹³⁵. Ela já havia feito o estudo de viabilidade econômica em que foi baseado o edital de concessão do estádio. Além da IMX fazem parte do consórcio a Odebrecht, uma das construtoras que reformaram o Maracanã para a Copa do Mundo de 2014 e a AEG¹³⁶.

Além da alta quantia de recursos públicos, a obra ainda é marcada por remoções de moradores da favela Metrô-Mangueira para a construção de estacionamentos e também de indígenas da ocupação Aldeia Maracanã.

Os índios ocupavam um prédio em ruínas ao lado do Maracanã desde 2006 e reivindicavam do governo a posse do local e a instalação no local de uma universidade indígena. Contudo, em abril de 2013 o governo estadual através da força policial expulsou os índios e iniciou as obras para a construção de mais um acesso ao estádio.

Para o novo Maracanã o governo estadual também demoliu o estádio Célio de Barros, palco de importantes competições de atletismo e único espaço de treinamento para os atletas na modalidade no país. No local serão construídos estacionamentos, tendo o mesmo destino o parque aquático Julio Delamare.

Ainda sobre o Maracanã, a Articulação Nacional dos Comitês Popular da Copa e dos Jogos (2012), demonstra o descumprimento das construtoras com legislação trabalhista e a omissão dos órgãos governamentais de fiscalização. A precarização da mão de obra, a perseguição a líderes sindicais e o desrespeito às liberdades de organização e greves são recorrentes em sedes de megaeventos. Ainda assim, entre abril de 2011 e abril de 2012, os trabalhadores paralisaram as

¹³⁴ Informação disponível em: <http://comitepopulario.wordpress.com/tag/maracana/>. Acesso em: 8/5/2013.

¹³⁵ O empresário é um dos mais influentes no país, com negócios centralizados no estado do Rio de Janeiro. Ele patrocinou as campanhas de Sergio Cabral para o governo do estado e Eduardo Paes para prefeito da capital fluminense. Além disso, contribuiu para o êxito da candidatura do Rio ao Jogos de 2016 e também disponibilizou recursos para a implementação das UPPs.

¹³⁶ No dia 10 de abril, o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) conseguiu uma liminar que suspendia o processo de licitação do Maracanã, apontando diversas irregularidades. Entre elas, o fato de haver indício de favorecimento, uma vez que a IMX produziu o estudo de viabilidade e também integra um consórcio que disputa a concessão. Entretanto, o governo derrubou a liminar e deu continuidade no processo de concessão.

atividades do Maracanã por vinte e quatro dias, reivindicando aumento salarial, melhoria nas condições de trabalho (em especial no que se refere às condições de segurança, salubridade e alimentação), aumento do pagamento para horas extras, fim do acúmulo de tarefas e de jornadas de trabalho desumanamente prolongadas, assim como concessão de benefícios – plano de saúde, auxílio alimentação, garantia de transporte, entre outros.

A repressão ao trabalho é outra característica recorrente. Na cidade do Rio de Janeiro, a política municipal denominada “Choque de Ordem” já vem promovendo uma “limpeza social”, caçando e expulsando os ambulantes, os flanelinhas e, mesmo, os comerciantes regularizados serão proibidos de circular e comercializar produtos que façam referência aos símbolos dos eventos e patrocinadores destes.

Em 2009 a prefeitura municipal aprovou projeto de lei que proíbe qualquer camelô no raio de 2km dos locais de competição e de interesse das entidades esportivas, bem como, de hospedagem dos atletas (Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2011). O Legado para os trabalhadores vai ser bem diferente daquele previsto no dossiê de candidatura.

Esse movimento de criminalização da pobreza se estende com a política de segurança pública implementada pelo estado, que privilegia os interesses do mercado, ou seja:

[...] usando medidas baseadas em armamentos pesados, na importação de tecnologias de última geração e na centralização de comando e controle visando vigiar as zonas turísticas e as infraestruturas voltadas para os eventos (estádios, centros de treinamento, transporte, centros de mídia, hotéis). Como foi evidenciado nas últimas edições das Olimpíadas e das Copas Mundiais de Futebol, o aparato de segurança não se estende na cidade de forma igualitária, mas tende a estar focado em pequenos delitos e na repressão do mercado informal em favor dos interesses das grandes empresas. Identificadas como ameaças, algumas categorias sociais e algumas áreas da cidade são os alvos preferenciais dos novos aparatos (COMITÊ POPULAR DA COPA E JOGOS DO RIO DE JANEIRO, 2011, p. 50).

A tabela a seguir demonstra detalhadamente algumas das ações previstas no campo da segurança desenvolvida na capital fluminense para garantir a tranquilidade no período de competição.

Tabela 16: Ações e previsão de investimento em segurança para os Jogos Rio 2016.

Ação	Gastos R\$ (milhões)
Aumento das tropas da polícia militar	115,20
Aumento do treinamento e da produtividade da Polícia Civil	10,75
C3 e capacidade de vigilância	6,0
Gestão operacional e administrativa da Polícia Civil	11,70
Início do programa de melhoria psicológica e física dos oficiais da Polícia Militar	9,60
Instalação de Postos Médico-Legais	23,6
Introdução das Bolsas PRONASCI	6,79
Melhoria da prevenção criminal e da manutenção da ordem de forte visibilidade (Polícia Militar).	40,00
Melhoria dos sistemas de treinamento da Polícia	6,84
Centralização das funções policiais especializadas (Projeto Cidade da Polícia).	100,00
Aumento das tropas da Polícia Civil (Projeto Gênesis)	129,50
Treinamento intensivo da Polícia Militar	11,9
Total	471,90

Fonte: www.portaldatransparencia.gov.br. Elaboração do autor (2013).

A presença do policiamento comunitário nas regiões onde até pouco tempo o tráfico dominava faz parte também das estratégias de monitoramento dos pobres e valorização das regiões “pacificadas” para a especulação imobiliária.

Não é por acaso, aliás, que quase todas as primeiras 18 UPPs foram instaladas em favelas existentes nas regiões mais nobres da cidade, formando um “cinturão” associado explicitamente às áreas das competições Olímpicas, aos sistemas de transporte que os entrelaçam e aos centros de maior poder aquisitivo. As complexidades e contradições do projeto das UPPs são, portanto, profundas. É claro que esses investimentos em segurança fazem parte de um projeto maior de reterritorialização urbana e de controle social elementos chaves dos megaeventos no século XXI (articulação NACIONAL DOS COMITÊS DA COPA E JOGOS RIO 2016, 2012, p. 51).

Isto se confirma com o lançamento das novas cartas do jogo Banco Imobiliário, por exemplo, onde as favelas “pacificadas” faziam parte do conjunto de equipamentos/mercadorias construídos para e pela “cidade olímpica”¹³⁷.

Ao instalar as UPPs o Estado sobe os morros com os programas focalizados, com serviços de urbanização, com programas de esporte e lazer entre outros. Dentre as estratégias de controle social estão a expansão do PST e do Mais Educação. Além disso, poderíamos apontar as parcerias do PRONASCI com o PELC, todos subordinados à pauta da segurança.

Em suma, o cenário exposto denota um processo de acumulação por espoliação, retirando dos pobres qualquer perspectiva de ascensão social. A violação dos direitos humanos, a privatização dos equipamentos e terras públicas, as ameaças e a criminalização da pobreza, o desperdício de recursos públicos são alguns dos impactos do evento que sinalizam um legado sombrio para as camadas populares.

As estratégias dos gestores urbanos, associados com os interesses privados, pautado no empreendedorismo urbano, demonstram uma face cruel do “empresariamento da cidade”. A “cidade olímpica” está cada vez mais se dividindo. As intervenções visam apenas à ampliação do lucro dos investidores e a construção de uma cidade para quem pode comprar os serviços e produtos.

O empreendimento Jogos Rio 2016 demarca mais uma vitória dos proprietários das marcas do Movimento Olímpico. Afinal, todas as garantias foram dadas pelo governo brasileiro. O lucro é certo! Ressalta-se que do Estatuto Social do Rio 2016 prevê a divisão dos ganhos da seguinte forma: a) 20% para Comitê Olímpico Brasileiro; b) 20% para o Comitê Olímpico Internacional; c) e, 60% a serem utilizados em benefício geral do esporte no país-sede, conforme determinado pelo Acordo da Cidade-Sede¹³⁸.

Da mesma forma, é fato consumado o ganho das consultorias internacionais e nacionais¹³⁹, bem como os patrocinadores mundiais do evento - Mcdonald’s, Omega, Atos, Coca-Cola, Dow, GE, Panasonic, P&G, Samsung e visa-

¹³⁷ “Paes distribui em escola pública Banco Imobiliário com marcas da própria gestão”. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,paes-distribui-em-escola-publica-banco-imobiliario-com-marcas-da-propria-gestao,999752,0.htm>. Acesso em: 8/5/2013.

¹³⁸ Informação disponível em: <http://www.rio2016.org/comite-organizador/perguntas-frequentes>. Acesso em: 8/5/2013.

¹³⁹ Conforme dados do Portal da Transparência dos Jogos, somente entre 2008 e 2010 o Ministério do Esporte gastou em consultorias mais de R\$ 40 milhões.

patrocinadores olímpicos oficiais - Bradesco, Bradesco Seguros, Embratel, Claro e Nissan; apoiadores - Ernest & Young Terco -, que possuem a exclusividade para utilizar as marcas olímpicas e paralímpicas e comercializar os produtos nos locais e regiões que ocorrerem as competições.

Outros grandes conglomerados do setor privado também vão lucrar: as redes hoteleiras, com os financiamentos do BNDES e da Caixa, com empréstimos no valor abaixo de mercado e isenções da prefeitura; as empresas de aviação civil, especialmente a TAM que colaborou com a candidatura carioca e as empresas de tecnologia da comunicação, como a Embratel que já faz parte do programa de patrocinadores olímpicos oficiais.

É certo também o ganho das emissoras de TV de cada país que possui o direito das imagens do espetáculo. Elas pagam caro, mas possuem a exclusividade. No Brasil a Rede Globo, a Bandeirantes e a Record desembolsaram juntas mais de US\$ 210 milhões, se tornando o terceiro maior mercado em direitos de imagens para o COI¹⁴⁰.

Da mesma forma, os membros do governo urbano devem conseguir vantagens eleitorais, afinal, a atração dos Jogos para o Brasil, por si já gerou um capital político para os líderes políticos/partidários do bloco de poder e a tendência é que se amplie e influencie tanto na captação de recursos para campanhas, tendo em vista que o mercado de patrocínio de campanhas é lucrativo para as construtoras¹⁴¹, como nos próximos processos eleitorais.

Portanto, ainda que ocorra uma tragédia, o evento será um sucesso para os agentes sociais que citamos. Já para os trabalhadores, aqueles que dependem do serviço público para viver, a situação na verdade está piorando.

Esta é a fotografia de momento da preparação dos Jogos na cidade do Rio de Janeiro. Infelizmente, as perspectivas de mudança em favor dos trabalhadores

¹⁴⁰ “Rio comemora acordo histórico sobre direitos de transmissão Olímpicos para 2014 e 2016 no Brasil”. Disponível em: <http://www.cob.org.br/noticias-cob/rio-2016-comemora-acordo-historico-sobre-direitos-de-transmissao-olimpicos-para-2014-e-2016-no-brasil-020951>. Acesso em: 08/05/2013.

¹⁴¹ A Odebrecht, a Camargo Correia, a Andrade Gutierrez, a Queiroz Galvão, a OAS, a Delta e a Galvão Engenharia, juntas somaram em 2010 uma receita bruta de R\$ 28,5 Bilhões. Elas são também as maiores financiadoras de campanhas eleitorais milionárias no Brasil. As sete estão atuantes na construção de estádios para a Copa de 2014, na construção de habitações e obras do PAC do governo e nas obras para os Jogos de 2016. De acordo com a Articulação Nacional dos Comitês Popular e dos Jogos (2012, p. 41), “para cada real doado a políticos do partido do Governo (PT) em 2006, as empreiteiras receberam 8,5 vezes o valor na forma de contratos de obras escolhidas por políticos do mesmo partido e incluídas nos orçamentos federal e estadual, ao longo dos 33 meses que se seguiram às eleições”. Este sem dúvida é um bom negócio!

parecem improváveis. As cartas estão jogadas e o resultado parece que já foi traçado, ou seja, mais uma vitória do capital. Será?

De todo modo, preferimos concordar mais uma vez com Gramsci (2002), se a razão aponta um cenário pessimista, ficamos com o otimismo da vontade, na perspectiva que os projetos ruins para os trabalhadores, como foi o Pan 2007 e como são a Copa FIFA 2014 e os Jogos Rio 2016, possam impulsionar uma coalizão de forças boas, como diz Harvey (2006), comprometida com a emancipação política e humana. É justamente isto que esperamos que aconteça nos próximos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao final desse estudo a sensação é que ainda temos muito a caminhar. Estamos certos que diante de uma realidade dinâmica, contraditória e dialética, ficaram lacunas e elementos que acabaram não sendo explorados ou não foram totalmente esmiuçados.

De todo modo, as categorias analisadas permitem afirmar que o esporte está totalmente inserido na lógica de produção e reprodução do capital, e o Governo Lula contribuiu significativamente para tanto. O empreendimento Jogos Rio 2016 é uma das principais expressões do esporte-mercadoria da atualidade.

Para a essa conclusão, inicialmente apresentou-se as transformações ocorridas no modo de produção capitalista, em especial, a reestruturação que se iniciou em meados da década de 1970. Tal fato alterou a dinâmica do mundo esportivo, esvaziando os sentidos humanos e supervalorizando seu valor de troca.

As mudanças no âmbito da economia com a financierização, com a transnacionalização e a tendência aguçada de concentração do capital, do aumento do investimento em tecnologia, da flexibilização da legislação trabalhista, da precarização do trabalho, da superexploração da mão de obra, da descartabilidade e obsolescência programada das mercadorias, aliadas à mercantilização e espetacularização do mundo da cultura e à valorização do efêmero, do prazer imediato e do consumo do supérfluo, conjugado com a destituição de direitos sociais, canalizando o fundo público para as ações de ampliação do capital, foram fatores determinantes para o processo de mercantilização do esporte.

A partir daí, o esporte passa a configurar – como as demais políticas sociais – como um não direito, conquistado somente por quem pode comprar no mercado ou através do Estado com as políticas precárias e focalizadas.

O esporte, inserido na lógica, mercantil seguiu a tendência de expansão e concentração do capital, se globalizou, e foram surgindo os centros e as periferias do mundo esportivo. Nos grandes centros econômicos, estão as melhores ligas, com os melhores atletas. Da mesma forma, houve a concentração de grandes grupos empresariais de materiais esportivos, de gestão de arenas, de *marketing* e de atletas.

Como em todos os campos do mundo do trabalho, em torno do esporte formou-se uma divisão social, com a exploração da força de trabalho, seja de atletas ou de diversos profissionais que passaram a atuar em volta dos campos, quadras, tatames, entre outros.

No Brasil, a Lei nº. 6.251/1975 dá início ao processo de abertura no País para o mercado. No entanto, tal aspecto somente se torna evidente a partir da Lei Zico e, posteriormente, com a lei Pelé.

O ordenamento legal fomentado pelos governos neoliberais da década de 1990 modernizou para o mercado o campo esportivo nacional, adequando-o ao contexto internacional de mercantilização, porém, sem romper com os interesses dos conservadores dirigentes esportivos.

Com a chegada da coalizão liderada pelo PT ao centro do poder executivo, discutida no capítulo três, ascendeu-se à esperança de inversão na agenda, no sentido de priorizar as políticas de esporte como direito sociais.

No entanto, apesar dos avanços na diminuição da pobreza e o Estado retomando para si o papel de condutor da política econômica, não foi tomada nenhuma medida que afrontasse os interesses do capital; pelo contrário, as políticas sociais ficaram subordinadas às medidas do governo de emulação do crescimento econômico do País.

No âmbito esportivo, apesar dos acenos nos primeiros anos de governo em direção à implementação de políticas esportivas, balizados sobre o princípio do direito universal, não se materializou no ordenamento legal e no financiamento.

As políticas sociais esportivas continuaram com um viés conservador, ao se pautarem pelo discurso de fomento a “paz social”, propalado principalmente pelos documentos das Organizações Internacionais (OIs), como, por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU). Ou seja, visam apenas amenizar a situação de vulnerabilidade social dos pobres e estimular o desejo de consumo de produtos, eventos e serviços.

Se havia algum interesse em implementar políticas que universalizassem o esporte, tal aspecto foi abandonado com a inserção do País na agenda dos megaeventos, primeiramente, com o Pan 2007 e, posteriormente, com as conquistas de sediar a Copa FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, que passaram a organizar toda a agenda estatal, promovendo arranjos institucionais, criando leis em

favor dos feudos esportivos, especialmente no âmbito financeiro – leis que suspendem a legislação nacional em favor dos interesses da FIFA, COI e parceiros.

O projeto Jogos Rio 2016 foi desvelado no capítulo 4, ou seja, demonstrou-se aqui que os referidos jogos estão inseridos na lógica de reorganização do capital, de preparação *ad doc* da cidade para os consumidores locais e de fora e para os empreendedores.

Os Jogos Olímpicos tornaram uma *commoditie* cultural amplamente disputada pelas cidades, a partir dos êxitos urbanos e financeiros para as frações da burguesia envolvida, geradoras de renda monopolista, legitimando o processo de acumulação por espoliação.

Quanto aos Legados, estes são apenas legitimadores do direcionamento de recursos públicos para as áreas de interesse da burguesia. Os possíveis benefícios para trabalhadores não ocorrem, como poderia ser: com moradias, através da Vila Olímpica; com as obras de transporte urbano, caso não houvesse remoções, expulsões e deslocamento para locais distantes dos centros de negócios e do trabalho; com a ampliação dos equipamentos públicos de esporte, caso não fossem privatizados ou terceirizados; e, com a geração de emprego, se não fossem precários.

Em suma, ao analisar o objeto desta pesquisa, encontra-se como resposta em relação às questões de partida que: o Governo Lula, hegemônico pelo Partido dos Trabalhadores (PT), criou programas com princípios progressistas, inclusive, com prioridade no gasto ministerial nos anos de 2004 e 2005, bem como instituiu espaços de discussão (Conferências Nacionais) e sinalizou para a criação de um Sistema Nacional do Esporte. No entanto, a articulação com os setores conservadores e com os membros do setor privado acabou priorizando o financiamento e o estabelecimento de um ordenamento legal, conforme os interesses dos atores ligados às entidades esportivas e ao mercado. Tal fato se acentua com a chegada dos megaeventos, em especial, dos Jogos Rio 2016.

O referido empreendimento contribuiu para que o Estado ampliasse a presença do fundo público nas ações de interesse do setor privado, inserindo a cidade do Rio de Janeiro e o próprio País no fluxo mundial de circulação de capital.

Portanto, não houve rompimento do Governo Lula com as políticas de esporte como mercadoria; pelo contrário, estas foram ampliadas, principalmente com a entrada na agenda dos megaeventos esportivos.

Esta é a síntese da imagem observada, confirmando a hipótese inicial. No entanto, é preciso questionar se tal atitude governamental significa o fim do jogo. Ousamos a responder que, sem dúvida, a vantagem do oponente, daqueles que defendem a destituição dos direitos sociais e, conseqüentemente, a sua mercantilização, é considerável, porém, o jogo ainda está sendo jogado, e a contradição estruturante do modo de produção capitalista, deixa aberta a possibilidade de se estabelecer alternativas.

É nisto que acreditamos e, neste sentido, é preciso ressaltar a necessidade de reinvenção especificamente do mundo esportivo pelos segmentos sociais, que vêm nele uma vivência emancipadora. Isso longe de qualquer idealismo.

Por fim, considera-se que a luta pela universalização do acesso ao esporte deve ser pautada pela criação de um sistema nacional para o setor, com funções claras para cada segmento federativo, com o desenvolvimento e o incentivo da formação de professores de Educação Física e profissionais afins, em uma perspectiva crítica, que tenha o esporte como valor de uso, bem como pela implementação de uma rede de centros esportivos, públicos e gratuitos.

Espera-se que as forças progressistas se unam em torno desta luta.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Bárbara Schausteck; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Cômite Olimico Brasileiro e o Financiamento das Confederações Brasileiras. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 1, p. 163-179, jan./mar 2011.
- ANTUNES, RICARDO. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. 7. Ed.: Boitempo, 1999.
- ARAÚJO, Artur. **A crise mundial vai atingir o Brasil**: Entrevista com David Harvey. Rev. Desafios do desenvolvimento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), edição nº 71, ano 9, 2012.
- ARIENTI, Wagner Leal. Do Estado keynesiano ao Estado schumpeteriano. **Revista de economia política**, vol. 23, nº 4, out./dez., 2003.
- ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. **Dossiê Nacional Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil**. Rio de Janeiro, junho de 2012. Disponível em: http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=396&Itemid=294. Acesso em: 25/04/2013.
- ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. **Programa Segundo Tempo: Conceitos, Gestão e Efeitos**. Brasília, 2009. 189f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, UNB, 2009.
- _____. O “lugar do social” na política de esporte do governo Lula. **SER Social**. Brasília, v. 13, n. 28, p. 184-209, jan./jun. 2011.
- _____. **Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. No prelo.
- ATHAYDE, P.; NETO, Alfredo Feres; VIEIRA, Luiz Renato. Estado, poder e programas sociais: PELC e o Governo Lula. IN: FIGUEIRA, Dulce; NETO, Alfredo Feres (ORGs.) **Esporte e lazer: a cidadania em construção**. Brasília: Thesaurus, 2012.
- BARBALET, J. M.. **A cidadania**. Lisboa: Editora Estampa, 1989.
- BERING, Elaine R. **Política social no capitalismo tardio**. 3ed.: São Paulo, Cortez, 2007.
- BEHRING, Elaine R. **Brasil em Contra-Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. Acumulação capitalista, fundo público e política social. BEHRING, Elaine Rossetti *et al* (Orgs.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 44-63.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: Fundamentos e história. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOITO Jr., Armando. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista Sociologia e política**, Curitiba, nº 28, p. 57-73, jun.2007.

BORON, Atílio A. **O socialismo no século 21**: Há vida após o neoliberalismo? Trad. Fabiane Tejada da Silveira et all. São Paulo: Expressão popular, 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. América Latina, política social e pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento? IN: SALVADOR, Evilasio et al (orgs). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRACHT, Valter. **Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução**. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

BRANDÃO, Alessandra Matos et al. As conferências nacionais do esporte: avanços e limites na construção das políticas de esporte e lazer. **EFdeportes**. Buenos Aires, ano 14, nº 137, outubro de 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Luiz Eduardo Alves de Siqueira. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. Coleção Saraiva de legislação.

_____. **Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975**. In: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=205630>. Acesso em: 08.11.2012.

_____. **Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941**. In: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=152593>. Acesso em: 06.11.2012.

_____. **Lei nº 8672, de 6 de julho de 1993**. In: <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1993/8672.htm>. Acesso em: 10.11.2012.

_____. **Lei nº 9615, de 24 de março de 1998**. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9615consol.htm. Acesso em: 13.11.2012.

_____. **Lei nº 10.871 de 15 de maio de 2003**. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9615consol.htm. Acesso em: 13.11.2012.

_____. **Lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001.** In: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10264.htm. Acesso em: 13.11.2012.

_____. Lei nº 10.891 de 09 de julho de 2004. In: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.891.htm.

_____. **Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006.** In: [www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11438](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11438.htm). Acesso em: 13.11.2012.

_____. **Lei nº 11.345 de 14 de setembro de 2006.** In: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/.../Lei/L11345.htm. Acesso em: 13.11.2012.

_____. **Lei nº 12.663 de 05 de junho de 2012.** www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/.../Lei/L12663.htm. Acesso em: 13/11/2012.

_____. **Lei nº 12.395 de 25 de março de 2011.** www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm. Acesso em 13/11/2012.

_____. **Censo do Esporte.** Brasília: IBGE: 2003.

_____. **Programa Esporte e Lazer na Cidade.** Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/default.jsp>. acesso em 13-09-2010.

_____. **Orientações para Implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade.** Brasília: Ministério do Esporte, 2009.

_____. **Segundo Tempo: Manual.** Brasília: Ministério do Esporte, 2007.

_____. **I Conferência Nacional do Esporte:** documento final. Brasília: Ministério do Esporte, 2004.

_____. **Política Nacional do Esporte.** Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2005.

_____. **II Conferência Nacional do Esporte:** documento final. Brasília: Ministério do Esporte, 2007.

_____. **III Conferência Nacional do Esporte:** texto básico Brasília: Ministério do Esporte, 2009a.

_____. **III Conferência Nacional do Esporte:** cartilha de orientações. Brasília: Ministério do Esporte, 2009b.

_____. **III Conferência Nacional do Esporte:** construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Caderno 2.. Brasília: Ministério do Esporte, 2009c.

_____. **III Conferência Nacional do Esporte**: esporte, lazer e desenvolvimento humano. Caderno 1. Brasília: Ministério do Esporte, 2009d.

_____. **III Conferência Nacional do Esporte**: programas e ações do Ministério do Esporte. Caderno 3. Brasília: Ministério do Esporte, 2009d.

_____. **III Conferência Nacional do Esporte**: documento final. Brasília: Ministério do Esporte, 2010.

_____. Lei 12.035, de 01 de outubro de 2009, institui o Ato Olímpico. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 01 de outubro de 2009.

_____. **Balço da gestão do Ministério do Esporte- 2003 a 2010**. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2011.

_____. **Tomada de Contas Geral**: Relatório de gestão. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2005.

_____. **Balço de Gestão da Casa Civil- 2003-2010**. Brasília: Governo Federal, Casa Civil, 2010.

_____. Tribunal de Contas da União. **Relatório de auditoria**. Brasília, 30 jan. 2013. Disponível em: <<http://www2.tcu.gov.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

_____. **Prestação de Contas do presidente da República**. Brasília: Casa Civil, 2009.

_____. **Plano plurianual 2000-2003**: projeto de lei. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1999. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>> Acesso em 30 jan. 2013.

_____. **Plano plurianual 2004-2007**: projeto de lei. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2003. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>> Acesso em 30 jan. 2013.

_____. **Plano plurianual 2008-2011**: projeto de lei. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>> Acesso em 30 jan. 2013.

_____. **Plano plurianual 2012-2015**: projeto de lei. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2011. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>> Acesso em 30 jan. 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

BUENO, Luciano. **Políticas públicas do esporte no Brasil**: Razões para o predomínio do alto rendimento. São Paulo, 2008. 200f. Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, FGV, 2008.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. GONÇALVES, Reinaldo. Desempenho macroeconômico em perspectiva histórica: governo Lula (2003-2010). IN: MAGALHAES, João Paulo de Almeida et all. **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. São Paulo: Papirus, 2000.

CASTELAN, Lia Polegato. **As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)**. Campinas, 2011.188f. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, UNICAMP, 2011.

CASTELLANI FILHO, Lino (org.). **Gestão pública e política de lazer**: a formação de agentes sociais. Ed. Autores associados, Campinas, SP: 2007.

CASTELLANI FILHO, Lino. **O PT, a política esportiva brasileira e a síndrome de Estocolmo**. Disponível em: <http://observatoriodoesporte.org.br/o-pt-a-politica-esportiva-brasileira-e-a-sindrome-de-estocolmo/>. Publicado em: 17/02/2009. Acesso em 22/11/2010.

CASTELLANI FILHO, LINO. O Estado brasileiro e os direitos sociais: o esporte. In. Garcia, Carla Cristina; HÚNGARO, Edson Marcelo; DAMASCENO, Luciano Galvão (Orgs.). **Estado, política e emancipação humana**: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais. Santo André: Alphrabbio, 2008.

CASTRO, Damian Garcia. **Megaeventos esportivos e empreendedorismo urbano**: os jogos olímpicos de 2016 e a produção do espaço urbano no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. 124f. Dissertação (Mestrado em engenharia urbana). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola politécnica, Programa de Engenharia Urbana, 2012.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COMITÊ OLIMPÍCO BRASILEIRO. **Estatuto 2007**. Rio de Janeiro: COB, 2008. Disponível em: <<http://www.cob.org.br>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. RIO 2016: cidade candidata. **Dossiê de candidatura**. V.1. Rio de Janeiro: COB, 2009.

COMITE POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. **Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.**

COMITE POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, maio de 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). **O leitor de Gramsci.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011a.

_____. **De Rousseau a Gramsci:** ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. **Marxismo e política:** a dualidade de poderes e outros ensaios. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Notas sobre cidadania e modernidade. In: **Revista Ágora:** Políticas Públicas e Serviço Social, Ano 2, nº 3, dez 2005. Disponível em: <www.assistentesocial.com.br/agora3/coutinho.doc>. Acesso em: 10 abr. 2012.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses Estado e Industrialização no Brasil: 1930-1960.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

FAGNANI, Eduardo. Avaliação do ponto de vista do gasto e financiamento das políticas públicas. IN: RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de políticas sociais:** uma questão em debate. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. A política social do governo Lula: perspectiva histórica. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 41-80, jan./jun. 2011.

FARIA, Glauco. **Governo Lula e o novo papel do Estado brasileiro.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

FAULHABER, Lucas. **Rio maravilha:** práticas, projetos políticos e intervenção no território no início do século XX. Rio de Janeiro, 2012. 105f. Monografia. EAU-UF, 2012F.

FERREIRA, Helder et all. **Perspectivas da política social no Brasil.** Instituto de pesquisa e econômica aplicada. Brasília: IPEA, 2010

FERNANDEZ, M. A indústria do esporte no Brasil. In. Instituto Iluminatus (Orgs). **Encontro de gestores de esporte e lazer.** São Paulo: 2011.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. São Paulo: contraponto, 2007

FIORI, José Luis. **Estado do Bem Estar Social: padrões e crises**. São Paulo: IEA/USP, 1991.

FLAUSINO, Michele. **Plano decenal: as políticas de públicas de esporte e lazer em jogo**. Brasília, 2013. 155f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação Física, UNB, 2013.

GIAMBIAGI, Fabio et all. **Papel do Estado, o projeto olímpico e a importância do legado e responsabilidade social**. IN. VELLOSO, João Paulo dos Reis. Brasil, novas oportunidades: economia verde, pré-sal, carro elétrico, copa e olimpíadas. Rio de Janeiro: José Olympo, 2010.

GOERG, Marcelo. **Futebol na várzea: uma investigação sobre os valores presentes no cotidiano da prática**. Porto Alegre, 2010. 25f. Monografia, UFRGS,2010.

GONÇALVES, Reinaldo. Desempenho macroeconômico em perspectiva histórica: governo Lula (2003-2010). IN: MAGALHAES, João Paulo de Almeida et all. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010

_____. Redução da desigualdade da renda no Governo Lula: análise comparativa. IN: SALVADOR, Evilasio et al (orgs). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. (2002) (v.5 Caderno 25). (Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira Trad). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, (Obra Original publicada em 1975).

HARVEY, David. **O Enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A produção capitalista do espaço**. 2ªed. São Paulo: Annblume,2006.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOBBSBAWN, E . **Quem é quem ou as incertezas da burguesia**. A era dos impérios 1875-1914 . Rio de Janeiro – RJ. Paz e Terra, 1988 .

_____. **Era dos Extremos: o Breve Século XX**. (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HUNGARO, Edson Marcelo et al. Balanço inicial do GTT de políticas públicas do CBCE (1997-2005): Avanços, ausências e perspectivas. IN: HUNGARO, Edson Marcelo; SOUSA, Wilson Lino de. **Cultura, educação, lazer e esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas**. Santo Andre: Alpharrabio, 2008.

HUNGARO, Edson M.;ATHAYDE, Pedro F.; OLIVEIRA, Bruno Assis de. O crescimento do 'terceiro setor' no campo do esporte e lazer: apontamentos críticos. **EFDeportes.com. Buenos Aires**, Ano 15, nº 153, fev. de 2011.

JESSOP, Bob. A globalização e o Estado nacional. **Crítica marxista**, São Paulo: Xamã, n.7, 1998.

JUNIOR, Newton N. Gomes; PEREIRA, Potyara A. P. Necessidades do capital x versus Necessidades Humanas no capitalismo contemporâneo: uma competição desigual. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 5, n.1, p.50- 65, jan./jun. 2013.

LANCELLOTTI, S. **Olimpíada 100 anos: história completa dos Jogos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1996.

LEONE, Eugenia Trancoso. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal** / Eugenia Trancoso Leone; Escritório da OIT no Brasil. - Brasília: OIT, 2010 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n.3).

LINHALES, Meily Assbú. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. Dissertação de mestrado em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996. 242 p.

_____.Jogos da política, jogos do esporte: subsídios para a reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. In: Nelson Carvalho Marcellino. (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas/SP: Editora autores Associados, 2001, v. , p. 31-56.

MANHÃES, Eduardo Dias. **Política de esportes no Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: graal, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Expressão popular, 2009.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril cultural, 1983.

_____. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio**: teses acerca da anatomia do lazer. Campinas, 2005, 325f. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, UNICAMP, 1996.

MASCARENHAS, Fernando et all. O bloco olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da agenda Rio 2016. In: **Revista da Associação Latino-Americana de Estudos Sócio-Culturais do Esporte - ALESDE**, Curitiba, v.1, n.2, 2012.

MEDEIROS, Marcelo. **A trajetória do Welfare State no Brasil**: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Texto para discussão: IPEA: Brasília, dezembro de 2001.

MELO, Marcelo. P. Organismos internacionais e grandes eventos esportivos: novas dinâmicas da dominação burguesa para o século XXI. **Motrivivência** (Florianópolis), v. 32-33, p. 28-48, 2009

_____. **Esporte e dominação burguesa no século XXI**: a agenda dos organismos internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje. Rio de Janeiro, 2011. 344f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFRJ, 2011.

MERCADANTE, Aloisio. **As bases do novo desenvolvimento no Brasil**: análise do governo lula (2003-2010). Campinas, 2010. 537f. Tese (Doutorado), Instituto de economia, UNICAMP, 2010.

MÉSZAROS, István. **O século XXI socialismo ou barbárie?** Trad. Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para além do capital**. São Paulo, 2011.

MINUZZI, Evelize Dorneles; MARIN, Carolina. Jogos olímpicos: da tradição antiga à produto moderno. In: Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte, 4, 2012, Rio Grande. **Anais...** Rio Grande, CBCE, 2012.

MIRANDA, Natalia N.; FERNANDO, Mascarenhas. Os estudos olímpicos no Brasil: um mapeamento a partir dos periódicos científicos da educação física brasileira. **Efdeportes.com**: Buenos Aires, ano 16, nº 160, setembro, 2011.

MONTÃO, Carlos. **Terceiro Setor e a Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: expressão popular, 2011.

_____. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012.

NEVES, Maria Lucia; PRONKO, Marcela. A atualidade das idéias de Nicos Poulantzas no entendimento das políticas sociais no século XXI. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 97-111, jan. 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os Direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. São Paulo: Vozes, 1998.

_____. **Crítica à razão dualista**: O onitorrinco. 1ª Ed., 3ª reimpressão. São Paulo, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório da força tarefa entre agências das nações unidas sobre o esporte para o desenvolvimento e a paz**: em direção às metas de desenvolvimento do milênio. 2003. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br>> Acesso em: 18 mai.2012.

_____. **Investimento no desenvolvimento**: um plano para atingir os objetivos do desenvolvimento do milênio. Nova Iorque, 2005.

OURIQUES, N. O gol contra do rei: a lei Pelé e suas conseqüências. **Motrivivência**, Florianópolis, v. XI, n. 12, p. 37-64, 1999.

OURIQUES, N. Olimpíada de 2016: o desenvolvimento do subdesenvolvimento. **Motrivivência**, ano XXI, Nº 32/33, P. 126-155 Jun-Dez./2009.

PAIVA, Beatriz Augusto de; OURIQUES, Nildo Domingos. Uma perspectiva latinoamericana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? **Katálysis**, v. 9 n. 2 jul./dez. 2006 Florianópolis SC 166-175.

PAULANI, Leda Maria. **A inserção da economia brasileira no cenário mundial**: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. Boletim de economia e política internacional. Instituto de pesquisa econômica aplicada. Diretoria de estudos e relações econômicas e políticas internacionais, nº10, abr./jun., 2012.

_____. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; Rizek, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PENNA, Adriana M. **Esporte contemporâneo: um novo templo do capital monopolista**. Tese de doutorado defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro, 2011. 172 f.

_____. Lei Geral da Copa: benesses para a FIFA, repressão e insegurança para a classe trabalhadora. In: III Congresso Internacional do Núcleo de Estudo das Américas - América Latina: processos civilizatórios e crises do capitalismo contemporâneo, 2012, Rio de Janeiro. **Anais** do III Congresso Internacional do Núcleo de Estudo das Américas - América Latina: processos civilizatórios e crises do capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: UERJ/NUCLEAS/FCE FACULDADE DE DIREITO, 2012.

PEREIRA, Potyara A. P.; STEIN, Rosa Helena. Política Social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre a América Latina. IN: **Capitalismo em crise: política social e direitos**. BOSCHETTI, Ivanete et al. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**. In BOSCHETTI, Ivanete, et al. Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009, p.87-108.

_____. **Política social: temas e questões**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

PEREIRA, Camila Potyara; AMORIM, Álvaro André Santarém. Pobreza no Brasil e na América Latina: concepções restritas em realidades complexas. **Argumentum**, Vitória, v. 2, n. 2, p. 132-148, jul./dez. 2010.

POCHMANN, Marcio. **Políticas Sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula**. Ser Social, Brasília, v. 3, n. 28, p. 12-40, Jan/Jun.,2011.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PREUSS, Holger. Impactos econômicos de megaeventos: copa do mundo de futebol e jogos olímpicos. IN: RODRIGUES, Rejane Penna et all. **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte; Rio de Janeiro: CONFEF, 2008. P. 79-90.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **Esporte-espetáculo e esporte-empresa**. Campinas, 1998. 275f. Tese (Doutorado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, UNICAMP, 1998.

PRONI, Marcelo; SILVA, Leonardo Oliveira da. Impactos econômicos da Copa do Mundo de 2014: projeções superestimadas. Texto para Discussão. **IE/UNICAMP**, Campinas, n. 211, out. 2012.

PRONI, M. W. Observações sobre os impactos econômicos esperados dos Jogos Olímpicos de 2016. **Motrivivencia** (UFS), v. 32/33, p. 49-70, 2009.

_____. A reinvenção dos Jogos Olímpicos. **Esporte e Sociedade**, v. 3, p. 01-10, 2008a.

QUELHAS, Álvaro de Azeredo. **Trabalhadores de educação física no segmento fitness: um estudo da precarização do trabalho no Rio de Janeiro**. Marília, 2012. 250 f.; Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2012.

RAEDER, Sávio. **Jogos e cidades: ordenamento territorial urbano em grandes eventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2010.

RICCI, RUDÁ. **Lulismo: Da era dos movimentos sociais a ascensão da nova classe média brasileira**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2010.

RODRIGUES, Eduardo Fantato; MONTAGNER, Paulo Cesar. Esporte-espetáculo e sociedade: estudos preliminares sobre sua influência no âmbito escolar. **Conexões**, Campinas, nº 1, v. 1, 2003.

ROUSSEFF, Dilma. Um país para 190 milhões. IN: GARCIA, Marco Aurélio; SADER, Emir (Org.) **Brasil entre passado e o futuro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010.

RUBIO, K. . Jogos Olímpicos da Era Moderna: uma proposta de periodização. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (Impresso)**, v. 24, p. 55-68, 2010.

SADER, Emir. Brasil, de Getúlio a Lula. IN: GARCIA, Marco Aurélio; SADER, Emir (Org.) **Brasil entre passado e o futuro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010.

SANCHEZ, Fernanda et al. **Jogos Pan-Americanos Rio 2007**: um balanço multidimensional. IN: MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SANCHEZ, Fernanda. O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

SALVADOR, Evilasio. Crise do Capital e Socorro do Fundo Público. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; SANTOS, S.; MIOTO, R.. (Org.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. 1ªed.São Paulo: Cortez Editora, 2010a, v. 1, p. 35-63.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010b.

SANTOS, Mariângela Ribeiro dos. **O futebol na agenda do governo Lula**: um salto de modernização (conservadora) rumo a copa FIFA 2014. Brasília, 2011. 222f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, UNB, 2011.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio: Zahar. 1984.

_____. **Teoria de desenvolvimento econômico**. Trad. Maria Silva Possas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

SILVA, Luís Inácio Lula da. **Carta aos brasileiros**. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva>. Acesso em: 25/11/2010.

SILVA, Gisele Souza da. Dívida pública e política social no governo Lula: Fundo público sob o capital portador de juros. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 81-103, jan./jun. 2011.

SILVA, Ana Márcia. **Esporte espetáculo**: a mercadorização do movimento corporal humano. 1991. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

SILVA, M. R.; SILVEIRA, J.; ÁVILA, A. B. Políticas públicas para o esporte: cidadania e inclusão social. In: SILVA, M. R. da. (Org.). **Esporte, educação, estado e sociedade**. Chapecó: Argos, 2007. p. 105-176.

SIMSON, Vyv; JENNINGS, Andrew. **Os senhores dos anéis**: poder, dinheiro e drogas nas olímpiadas modernas. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: ed. Best seller, 1992.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos**, São Paulo, 85, p. 83-102, nov. 2009.

_____. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. **Novos Estudos**, São Paulo, 88, p. 89-111, out. 2010.

SINGER, Paul. **A crise do “milagre”**: a interpretação crítica da realidade brasileira. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

SOUZA, José Antonio P. de; BARBOSA, Nelson. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. IN: GARCIA, Marco Aurélio; SADER, Emir (Org.) **Brasil entre passado e o futuro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010.

SOUZA, Carlos Eduardo de. **A política nacional de esporte no Brasil contemporâneo como estratégia para educar o consenso**. Juiz de Fora, 2011. 144f. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, UFJF, 2011.

SOUZA JUNIOR, Marcilio B. Mendonça de. A análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em educação física escolar. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 03, p. 31-49, julho/setembro de 2010.

SPOSATI, Aldaiza. Tendências latino- americana da política social pública no século XXI. 2011. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 104-115, jan./jun. 2011

STAREPRAVO, Fernando. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil**: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. Curitiba, 2011. 422f. Tese (Tese de Doutorado em Educação Física), UFPR, 2011.

STEIN, Rosa Helena. Pobreza e desigualdade na América latina sob o olhar dos organismos internacionais. **SER Social**, Brasília, nº 18, p. 79-125, jan./jun. 2006.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Estudos brasileiros sobre o esporte**: ênfase no esporte-educação. Maringá: EDUEM, 2010.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento. In: Arantes, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia (Orgs). **A cidade do pensamento único**: desmanchado consensos. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

VERONEZ, L. F. C. **Quando o Estado joga a favor do privado:** As políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988. Campinas, 2005. 370f. Tese (Doutorado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, UNICAMP, 2005.

VLASTUN, Juliana; MARCHI JR, Wanderley. O consumo do voleibol na cultura midiática. **EFDeportes.com**, Revista Digital. Buenos Aires, ano 15, nº 151, dezembro, 2010.